

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

DOUGLAS RAMOS VAQUEIRO

**"A SAGA DE RESISTÊNCIA, IDENTIDADE E CULTURA NO PAMPA GAÚCHO":
O AQUILOMBAMENTO COMO ESTRATÉGIA DE VIDA E TRABALHO NO
QUILOMBO IBICUÍ DA ARMADA**

**Sant'Ana do Livramento, RS
2026**

DOUGLAS RAMOS VAQUEIRO

**"A SAGA DE RESISTÊNCIA, IDENTIDADE E CULTURA NO PAMPA GAÚCHO":
O AQUILOMBAMENTO COMO ESTRATÉGIA DE VIDA E TRABALHO NO
QUILOMBO IBICUÍ DA ARMADA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Administração, linha de pesquisa Organização e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Sebastião Ailton da Rosa Cerqueira Adão.

**Sant'Ana do Livramento, RS
2026**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados
fornecidos pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

VV286a" Vaqueiro, Douglas Ramos

" A saga de resistência, identidade e cultura no Pampa
Gaúcho": O aquilombamento como estratégia de vida e trabalho
no Ibicuí da Armada / Douglas Ramos Vaqueiro.

109 p.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Pampa,
MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO, 2026.

"Orientação: Sebastião Ailton da Rosa Cerqueira-Adão".

1. Quilombos. 2. Aquilombamento. 3. Organização do
trabalho rural. 4. Cultura; Resistência. 5. Ibicuí da Armada.

I. Título.

DOUGLAS RAMOS VAQUEIRO

**"A SAGA DE RESISTÊNCIA, IDENTIDADE E CULTURA NO PAMPA GAÚCHO":
O AQUILOMBAMENTO COMO ESTRATÉGIA DE VIDA E TRABALHO NO
QUILOMBO IBICUÍ DA ARMADA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Administração.

Dissertação defendida e aprovada em: 27, fevereiro de 2026.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Sebastião Ailton da Rosa Cerqueira-Adão
Orientador
(Unipampa)

Prof. Dr. Igor Baptista de Oliveira Medeiros
(Unipampa)

Profa. Dra. Rosemeri da Silva Madrid
(Unipampa)

Prof. Dr. Marcio
Zamboni Neske
(UERGS)

https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador.php?acao=procedimento_trabalhar&acao_origem=procedimento_controlar&acao_re
torno=procedime... 1/2 23/03/2026, 16:50 SEI/UNIPAMPA - 1960209 - SISBI/Folha de Aprovação



Assinado eletronicamente por **SEBASTIAO AILTON DA ROSA CERQUEIRA ADAO**,
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR, em 23/03/2026, às 16:45, conforme
horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
[https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?
acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código
verificador **1960209** e o código CRC **29D6558A**.

https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador.php?acao=procedimento_trabalhar&acao_origem=procedimento_controlar&acao
_retorno=procedime... 2/2

Dedico esta pesquisa aos meus avós maternos
(*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, pela oportunidade de chegar até aqui e por me conceder forças e sabedoria ao longo de todo esse processo.

Agradeço ao meu quilombo Ibicuí da Armada, na figura de sua presidenta Maria Leci Vieira, pela acolhida e pela oportunidade desse reencontro com a minha própria história. Saio desta pesquisa pronto para levar meu quilombo a cada lugar onde eu tiver o privilégio de chegar.

À minha família, especialmente à minha mãe, Clemir Ramos, e ao meu irmão, Wiliam Ramos, por todo o suporte, cuidado e estrutura oferecidos durante esse período. Foram meus ouvintes atentos e conselheiros ao longo desta jornada.

Ao meu orientador, Prof. Sebastião Ailton da Rosa Cerqueira-Adão, por todo o suporte necessário ao desenvolvimento desta pesquisa. Mais do que orientador, foi um pai, sempre oferecendo um conselho e uma palavra de incentivo. Sua orientação permitiu que eu me reconhecesse dentro da academia enquanto sujeito negro, tornando-se minha maior referência. Não há palavras que expressem o quão significativo isso foi para que hoje eu esteja escrevendo estas palavras.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), meu reconhecimento pelo suporte financeiro, essencial para minha dedicação exclusiva ao mestrado e para a realização desta pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Pampa (PPGA/UNIPAMPA), por cada aula ministrada, nas quais tive a oportunidade de aprender e conhecer a multiplicidade do fazer acadêmico.

À Secretaria de Pós-Graduação, na pessoa de Gabrieli Pes Turchiello, que sempre se mostrou extremamente acolhedora e atuou como uma amiga e conselheira nos momentos de dúvidas e angústias acadêmicas.

Agradeço também aos membros da banca examinadora, Prof. Igor Medeiros, Prof.^a Carolina Fleck, Prof.^a Rosemeri Madrid e Prof. Marcio Neske, pelas contribuições, críticas construtivas e sugestões que enriqueceram significativamente este estudo.

Gostaria de fazer um agradecimento especial à Prof.^a Alessandra Troian, pela amizade, pelos conselhos e pelo apoio durante todo esse processo. Sua presença foi fundamental para que eu pudesse chegar até aqui, e levarei comigo esse vínculo para toda a minha trajetória acadêmica.

Aos meus colegas de curso, agradeço pelas trocas enriquecedoras, pelo apoio e por contribuírem para o meu crescimento acadêmico. Um agradecimento especial ao meu grupo de todas as horas, André, Flávio e Yuri. Sou imensamente grato pela amizade, que, sem dúvidas, levarei para a vida toda.

Não poderia deixar de agradecer aos meus amigos que estiveram ao meu lado fora do ambiente acadêmico, em especial ao meu amigo-irmão Matheus Gonçalves de Castro, que teve conversas fundamentais comigo sobre a importância dos estudos e sempre foi uma referência para mim, e ao meu irmão de vida Pedro Henrique Alves de Almeida Filho, que esteve sempre disposto a me ouvir e a me auxiliar, seja estruturalmente ou por meio de conselhos.

Agradeço a todos vocês!

"A Terra é o meu quilombo. Meu espaço é meu quilombo. Onde eu estou, eu estou. Quando eu estou, eu sou"

Beatriz Nascimento

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar como a cultura, a identidade e a resistência quilombola influenciam a organização do trabalho rural no Quilombo Ibicuí da Armada, localizado no Pampa Gaúcho. Nossa preocupação central versou sobre a compreensão de como os modos de trabalho são organizados para além da lógica estritamente econômica, articulando saberes ancestrais, práticas coletivas e estratégias de permanência no território. Nesse contexto, trata-se de um estudo qualitativo, de caráter descritivo e exploratório, adotando a etnografia como método. A unidade de análise foi a comunidade quilombola do Ibicuí da Armada, com a realização de observação participante, entrevistas em profundidade, registros em diário de campo e fotografias. Os resultados demonstram que a organização do trabalho rural na comunidade se estrutura de forma coletiva e relacional, sendo atravessada pela cultura, pela identidade quilombola e por práticas de resistência que ressignificam o trabalho como elemento fundamental da vida social e comunitária. Observei que o aquilombamento opera como estratégia organizativa, sustentando práticas coletivas, cooperação e transmissão de saberes como o "saber fazer de antigamente" no cotidiano da comunidade, ao mesmo tempo em que enfrenta as heranças históricas da escravização e da precarização do trabalho rural no Pampa Gaúcho. Com esta pesquisa, percebemos que o trabalho quilombola se constitui como prática social, cultural e política, reafirmando o território como espaço de existência, resistência e reprodução da vida coletiva. Como principal contribuição, meu estudo amplia o campo dos estudos organizacionais ao evidenciar formas alternativas de organização do trabalho rural em comunidades tradicionais, destacando a centralidade da cultura, da identidade e da resistência quilombola como bases organizativas. Esta pesquisa está vinculada ao Observatório de Gestão Universitária para a Inclusão e Desenvolvimento Social do Pampa – OBSERVAPAMPA.

Palavras-Chave: Quilombos; Ibicuí da Armada; Aquilombamento; Organização do trabalho rural; Cultura; Resistência.

ABSTRACT

This study aimed to analyze how quilombola culture, identity and resistance influence the organization of rural work in Quilombo Ibicuí da Armada, located in the Pampa Gaúcho. Our central concern was to understand how the modes of work are organized beyond the strictly economic logic, articulating ancestral knowledge, collective practices and strategies of permanence in the territory. In this context, it is a qualitative, descriptive and exploratory study, adopting ethnography as a method. The unit of analysis was the quilombola community of Ibicuí da Armada, with participant observation, in-depth interviews, field diary records and photographs. The results demonstrate that the organization of rural work in the community is structured in a collective and relational way, being crossed by culture, quilombola identity and practices of resistance that resignify work as a fundamental element of social and community life. I observed that the aquilombamento operates as an organizational strategy, sustaining collective practices, cooperation and transmission of knowledge as the "know-how of yesteryear" in the daily life of the community, while facing the historical legacies of enslavement and the precariousness of rural work in the Pampa Gaúcho. With this research, we realize that quilombola work is constituted as a social, cultural and political practice, reaffirming the territory as a space of existence, resistance and reproduction of collective life. As my main contribution, my study broadens the field of organizational studies by highlighting alternative forms of organization of rural work in traditional communities, highlighting the centrality of quilombola culture, identity and resistance as organizational bases. This research is linked to the University Management Observatory for Inclusion and Social Development of the pampa – OBSERVAPAMPA.

Keywords: Quilombos; Ibicuí da Armada; Aquilombamento; Organization of rural work; Culture; Resistance.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Paisagem e localização do Pampa	26
Figura 2 - Desenho da pesquisa	43
Figura 3 - Paisagem do pampa no Ibicui da Armada.....	55
Figura 4 - Objetos e memórias do quilombo Ibicui da Armada	60
Figura 5 - Reunião da plataforma de territórios	64
Figura 6 - Produtos do quilombo	68
Figura 7 - Registro da organização do almoço	71
Figura 8 - Cartografia social.....	75
Figura 9 - Trabalho coletivo no quilombo	76
Figura 10 - Trabalho no centro de manejo	83
Figura 11 - Trabalho com apicultura	85

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Comparativo dos conceitos de Aquilombamento, Quilombismo e Quilombagem.	23
Quadro 2 - Legislação brasileira sobre território quilombola	29
Quadro 3 - Legislação trabalhista rural no Brasil.....	39
Quadro 4 - Passo a passo da coleta e análise de dados	47
Quadro 5 - Perfil dos entrevistados.....	48
Quadro 6 – Registro das situações observadas no quilombo Ibicuí da Armada	50
Quadro 7 - Procedimentos e análise dos dados da pesquisa.....	52
Quadro 8- Aquilombamento no Ibicui da Armada	65
Quadro 9 - Estratégia a partir da Cultura, Identidade e Resistencia	77
Quadro 10 - Formas de trabalho presentes no quilombo Ibicui da Armada	86
Quadro 11 - Organização do trabalho rural no quilombo Ibicui da Armada	88

LISTA DE ABREVIATURAS

n.	número
p.	página
f.	folha
cap.	capítulo
v.	volume
org.	organizador
coord.	coordenador
col.	colaborador

LISTA DE SIGLAS

ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
FCP	Fundação Cultural Palmares
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MINC	Ministério da Cultura
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
TRT-4	Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região
TST	Tribunal Superior do Trabalho

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Problema De Pesquisa	15
1.2 Objetivos.....	17
1.2.1 Objetivo Geral.....	17
1.2.2 Objetivos Específicos	18
1.2 Justificativa	18
2. REFERENCIAL TEÓRICO	21
2.1 Quilombo e Aquilombamento No Brasil.....	21
2.2.1 Comunidades Tradicionais No Pampa Gaúcho	25
2.2 Estratégias Quilombolas no Contexto do Trabalho: A Força da Cultura, Identidade e Resistência como Norte.....	30
2.3 Modos de Organização Do Trabalho Rural	35
3 METODOLOGIA	41
3.1 Tipo de Pesquisa	41
3.2 Método de Pesquisa.....	42
3.3 Coleta de Dados da Pesquisa	44
3.4 Pesquisa de Campo	46
3.6 A Observação Participante	49
3.7 A Análise dos Dados.....	51
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	53
4.1 Aquilombar é Existir: Raízes, Território e Vínculos no Quilombo Ibicuí Da Armada	54
4.1.1. Raízes da Sustentação: História, Memória e Território.....	54
4.1.2 Ser do Ibicuí: A Fabricação Cotidiana do Pertencimento	58
4.1.3 Quando O Coletivo Se Faz Corpo: Aquilombamento Como Ação Política.....	61
4.2 Práticas que Semeiam Resistências Quilombolas: Estratégias Culturais, Identitárias e de Trabalho no Ibicuí Da Armada.....	66
4.2.1 O Saber Fazer De Antigamente: A Cultura que Organiza O Trabalho	67
4.2.2 Identidade Quilombola e Trabalho no Pampa Gaúcho	70
4.2.3 Lutar Para Permanecer: A Resistência Como Método	73
4.3 Trabalho de Território: Modos de Organizar o Trabalho Rural No Quilombo	78
4.3.1 Trabalho, Subsistência E Heranças Pós-Escravização no Quilombo Ibicuí Da Armada.....	79
4.3.2 Práticas de Trabalho Coletivo no Quilombo Ibicuí Da Armada.....	81

4.3.3 Entre A Herança da Escravização e a Autonomia Quilombola: Tensões Históricas do Trabalho Rural no Quilombo Ibicui Da Armada.	87
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
REFERÊNCIAS.....	95
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	103
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA PROFUNDIDADE	104
APÊNDICE C – DIÁRIO DE CAMPO.....	105

1 INTRODUÇÃO

As comunidades quilombolas ocupam territórios vivos que compartilham características sociais, econômicas e culturais que contribuem para a formação de sua identidade coletiva e para a preservação de tradições de origem africana. Essas comunidades se constituem por grupos étnico-raciais com ancestralidade negra e trajetória histórica vinculada ao processo de resistência à escravização (Brasil, 2003). O modo de vida quilombola, portanto, é resultado de estratégias históricas de enfrentamento, de solidariedade e de organização do trabalho, que se mantêm como expressão concreta da luta pela terra e pela dignidade.

Conforme Munanga (1996), o termo “*kilombo*” tem raízes na cultura *Bantu* (atual Angola), simbolizando não apenas um espaço físico, mas também a luta pela liberdade e a construção coletiva de uma forma própria de organização social. Essa compreensão amplia a noção de quilombo para além da geografia, reconhecendo-o como território simbólico, político e cultural. Nesse sentido, Lira e Neto (2016) reforçam que o território constitui elemento central na construção e manutenção da identidade quilombola, pois nele se materializam as práticas culturais, as relações de trabalho e as estratégias de resistência frente às desigualdades históricas.

Os povos quilombolas, reconhecidos como comunidades tradicionais, constroem suas formas de organização a partir de saberes ancestrais e de relações solidárias de trabalho, fortemente vinculadas à terra, à natureza e à luta por direitos constitucionais. De acordo com Silva (2012), o território não é apenas um espaço físico de moradia e produção, mas um elemento essencial na constituição da identidade quilombola. Ele representa a base material e simbólica sobre a qual se estruturam os modos de vida, de produção e de reprodução social.

Os povos quilombolas, reconhecidos como comunidades tradicionais, constroem suas formas de organização a partir de saberes ancestrais e de relações solidárias de trabalho, fortemente vinculadas à terra, à natureza e à luta por direitos constitucionais. Segundo Moura (2020) a organização dos quilombos historicamente se dava em regime comunitário na criação de animais de subsistência e da agricultura. Nisso percebe-se a importância compreender como esses territórios e práticas culturais se mantêm como espaços de organização resistência e afirmação identitária ao longo do tempo.

Nesse contexto, Monteiro (2019) destaca que os territórios e as territorialidades quilombolas funcionam como espaços de resistência ativa, afirmação identitária e reconstrução da memória ancestral. São nesses espaços que se perpetuam práticas de cultivo,

celebrações religiosas, formas de sociabilidade e relações de reciprocidade que constituem a base da organização do trabalho rural quilombola. Nesse sentido, essas relações são permeadas por uma relação direta com a natureza, nas práticas do dia a dia do quilombo.

A vivência quilombola é marcada por um processo contínuo de construção da identidade coletiva, no qual o território, apropriado comunitariamente, integra o modo de vida, a cultura e a identidade do grupo. Na zona rural, após a abolição, os modos de trabalho foram fortemente impactados pela permanência de estruturas escravagistas, que mantiveram o poder do latifúndio e pouco modificaram os vínculos produtivos (Gonzalez, 2020). Tais condições impulsionaram estratégias de trabalho rural que reforçam a autonomia e dignidade das comunidades quilombolas.

1.1 Problema de Pesquisa

O Brasil carrega, em sua história, a marca da escravização de pessoas negras. Foram mais de 300 anos dessa prática, que, apesar de ter sido revogada em 1888, ainda persiste como uma ferida aberta no país. Os quilombos, assim como outros espaços de resistência, desempenharam um papel importante na consolidação de uma memória afrodiáspórica. Essa memória esteve intimamente ligada a estratégias de sobrevivência material, cultural e espiritual, que resultaram na formação de uma identidade singular, ao mesmo tempo social e histórico.

Essa identidade pode ser descrita como afro-brasileira, quilombola e amefricana, no sentido proposto por Gonzalez (2020), que compreende a Amefricanidade como uma construção histórico-cultural forjada a partir da diáspora africana, da colonização e das resistências negras nas Américas. Trata-se de um conceito que articula as heranças africanas às experiências sociais, políticas e simbólicas vividas no contexto americano, evidenciando modos próprios de existir, trabalhar e produzir sentidos no cotidiano quilombola (Gonzalez, 2020).

O Censo Demográfico de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelou que o Brasil tem mais de 1,3 milhão de quilombolas, e destes, 90% estão em territórios ainda não titulados. Esses números equivalem a 0,65% do total de habitantes do Brasil (203,1 milhões), espalhados por todos os estados da federação. Infelizmente, a sociedade brasileira ainda hoje inferioriza e coloca a população negra às margens da sociedade, pois mantém uma estratégia de silenciamento e opressão, através da precariedade

do acesso à educação, saúde, assistência social, empregos de menor prestígio e desigualdade salarial (Bargas; Maia, 2019).

Conforme Souza e Brauner (2024), as comunidades tradicionais têm territórios ocupados, historicamente, constantemente ameaçados por atividades como agropecuária, garimpo, desmatamento e exploração insustentável dos recursos naturais. Essas comunidades desempenham um papel crucial na conservação ambiental e na manutenção da biodiversidade por meio de suas práticas ancestrais, que integram saberes e modos de vida transmitidos entre gerações.

Desde o período pós-abolição, as comunidades quilombolas têm lutado pelo reconhecimento de seus territórios. O Decreto nº 4.887/2003 estabelece as normas para a identificação, delimitação e titulação dessas terras, definindo como remanescentes de quilombos os grupos étnico-raciais que se autodeclaram como tal, possuem uma história própria, mantêm vínculos territoriais específicos e têm ancestralidade negra ligada à resistência contra a opressão histórica (Brasil, 2003).

Entretanto, o debate sobre o chamado Marco Temporal, tese jurídica que defende que povos indígenas e quilombolas só teriam direito à posse das terras que ocupavam em 05/10/1988, data da promulgação da Constituição Federal, tem gerado discussões acaloradas no cenário nacional. Essa questão ganhou ainda mais relevância após a movimentação jurídica da ADPF 186 (Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental), que questiona a constitucionalidade da aplicação do marco temporal para a demarcação das terras indígenas e quilombolas. A discussão coloca em risco a garantia de direitos territoriais dessas comunidades, uma vez que pode restringir ou inviabilizar o reconhecimento de territórios tradicionais ocupados antes ou após esse marco. Assim, as consequências desse embate jurídico e político manifestam-se de maneiras distintas nas diferentes regiões do Brasil, impactando diretamente a luta por direitos, identidade e território dessas populações (Jorge, 2014).

Em relação ao trabalho, com a abolição da escravização em 1888, a organização do trabalho no Brasil passou por um período de muitas mudanças. Mazurana; Dias e Laureano (2016) destacam que, no contexto do Pampa Gaúcho, muitas comunidades quilombolas continuaram a trabalhar em estâncias e propriedades rurais, muitas vezes em condições análogas à escravidão, sem acesso a direitos trabalhistas básicos. Essa precariedade das relações de trabalho reflete a continuidade de processos opressores que marcaram o período escravocrata.

A permanência nas comunidades quilombolas após a abolição da escravização pode ser entendida como uma estratégia de resistência e sobrevivência. Conforme Nascimento (2018), o quilombamento é um movimento histórico, político e cultural que resgata e valoriza saberes ancestrais, articulando-se como ferramenta de resistência e sobrevivência cotidiana. Assim, permanecer quilombado significa não apenas garantir a posse da terra, mas também preservar uma identidade cultural e histórica que resiste às tentativas de apagamento e marginalização.

Além disso, Souto (2021) argumenta que o quilombamento vai além do resgate da memória histórica, se tornando uma estratégia de organização social que se adapta às diversas realidades enfrentadas pela população negra ao longo do tempo. Essa prática, enraizada em uma tecnologia ancestral, demonstra a capacidade de resistência e renovação das comunidades negras, preservando e reinventando suas formas de existência diante das adversidades históricas e contemporâneas.

Moura (2020) afirma que os quilombos, para garantir sua subsistência, costumavam adotar internamente o modelo econômico predominante da região em que estavam inseridos. Nesse sentido, investigar um quilombo localizado no Pampa Gaúcho permite compreender como as dinâmicas regionais influenciam as estratégias de sobrevivência, a organização do trabalho e a resistência dessas comunidades. Nesse contexto, o estudo apresenta a seguinte pergunta de pesquisa: **Como a cultura, a identidade e a resistência quilombola influenciam a organização do trabalho rural no Quilombo Ibicuí da Armada, no Pampa Gaúcho?**

1.2 Objetivos

Para responder à pergunta central acima, esta pesquisa busca atingir os seguintes objetivo geral e objetivos específicos.

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar como a cultura, a identidade e a resistência quilombola influenciam a organização do trabalho rural no Quilombo Ibicuí da Armada, no Pampa Gaúcho.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Caracterizar o processo de Aquilombamento no Quilombo Ibicuí da Armada no Pampa Gaúcho;
- b) Identificar as estratégias utilizadas pelos membros do Quilombo do Ibicuí da Armada para lidar com as práticas culturais, as identidades e a resistência quilombola no contexto do trabalho; e
- c) Investigar como se dão os modos de organização do trabalho rural entre os membros do Quilombo do Ibicuí da Armada.

1.2 Justificativa

A importância de estudar como a cultura, a identidade e a resistência quilombola influenciam a organização do trabalho rural insere-se em uma tradição de análise crítica das condições de vida e das formas de resistência das populações afro-brasileiras. Encontram-se algumas justificativas, tanto teóricas quanto práticas, que evidenciam a relevância desta pesquisa.

Na perspectiva teórica, estudos indicam que as políticas públicas presentes na comunidade, incluindo aquelas relacionadas à demarcação territorial, não abordam diretamente o que se propõe com este estudo, evidenciando lacunas que destaquem as estratégias de resistência e organização do trabalho quilombola (Hander; Duarte, 2019; Moreira, 2022). Dessa forma, o entendimento da cultura, da identidade e da resistência do quilombo Ibicuí da Armada se mostra efetiva para compreender como a organização do trabalho rural se sustenta e se adapta frente a desafios sociais, econômicos e políticos.

A produção acadêmica recente sobre comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul tem enfatizado aspectos identitários, de gênero e de memória, revelando a densidade simbólica e social desses territórios. Costa (2016), ao investigar o território negro em Sant'Ana do Livramento, destaca as dimensões de memória e emancipação social do quilombo do Ibicuí da Armada. Já Leal (2001), ao estudar a saúde das famílias da mesma comunidade, de forma semelhante prioriza dimensões sociais e sanitárias. Nos estudos como os de Rodrigues (2020), Marques (2019) e Madrid (2025) percebe-se o protagonismo das mulheres quilombolas e os saberes tradicionais, com foco sobre as práticas culturais e de cuidado.

Outras pesquisas, como as de Christo (2018), Martins (2020) e Daubermann (2020), avançam na discussão sobre resistência, ancestralidade e narrativas de mulheres negras, ressaltando o papel das práticas cotidianas como formas de enfrentamento e preservação cultural. Entretanto, tais estudos permanecem com foco na dimensão subjetiva e simbólica da resistência, deixando em aberto como esses elementos se materializam na organização do trabalho rural e comunitário. Da mesma forma, Dias (2022) e Fonseca (2022) enfatizam o corpo-território e a inserção da mulher quilombola no mercado de trabalho, com foco nas trajetórias individuais, o estudo não incorpora essas experiências aos modos coletivos de produção e às estratégias de gestão interna das comunidades quilombolas do Pampa.

Mais recentemente, pesquisas como as de Madrid (2025), Hander e Duarte (2019) e Moreira (2022) aproximam-se da temática territorial e política, evidenciando disputas por reconhecimento e por demarcação de terras. Observa-se que a maioria dos estudos foca nas lutas jurídicas e nas políticas públicas. O presente estudo busca avançar ao analisar como cultura, identidade e resistência quilombola se articulam na organização do trabalho rural, contribuindo para entender de que forma esses elementos influenciam as práticas de cooperação e trabalho no quilombo Ibicuí da Armada, no Pampa Gaúcho.

Em questões práticas a Constituição Federal do Brasil (art. 68, ADCT) assegura aos remanescentes de quilombos o direito à propriedade das terras que ocupam, tema que vem ganhando destaque nos estudos sobre organização e trabalho. Nesse contexto, Sousa e Santos (2019) destacam que as formas de criação, produção e existência refletem e revelam as relações construídas pelos remanescentes quilombolas com a natureza.

O estudo evidencia a conexão direta entre os quilombolas, seu território e o meio ambiente. Mazurana, Dias e Laureano (2016) apontam que as comunidades quilombolas do Pampa estão, em sua maioria, situadas em locais de difícil acesso, tradicionalmente desprezados para atividades produtivas, o que historicamente garantiu certa segurança territorial. Entretanto, essa localização também impôs limitações econômicas, fazendo com que muitas famílias dependam de trabalhos sazonais em estâncias e propriedades vizinhas, muitas vezes sem direitos trabalhistas assegurados, gerando instabilidade e vulnerabilidade social. Assim, compreender como a cultura, a identidade e a resistência quilombola moldam a organização do trabalho rural torna-se importante para alcançar as práticas produtivas e os processos de valorização do trabalho coletivo e ancestral no Quilombo Ibicuí da Armada.

Enquanto pesquisador negro e vinculado à comunidade objeto deste estudo, reconheço que esta pesquisa também é atravessada por minha trajetória pessoal e pelo compromisso de produzir conhecimento voltado às comunidades quilombolas do Pampa. Minhas raízes

ancestrais, provenientes de meus pais e avós, estão ligadas a esse território. Na condição de um dos primeiros membros de minha família a ingressar na pós-graduação, compreendo a produção deste estudo também como uma responsabilidade histórica de contribuir para a visibilização dessas comunidades, frequentemente marcadas por processos de apagamento de sua presença e de sua trajetória no Pampa.

Após a introdução e a apresentação dos objetivos, problemática e justificativa que baseiam o presente trabalho, a seção a seguir contempla o referencial teórico que busca fundamentar os principais conceitos e teorias para uma completa compreensão acerca desta pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo apresenta o embasamento teórico desta pesquisa, estruturado conforme os seguintes tópicos: inicialmente, aborda-se o conceito de quilombo e aquilombamento no Brasil; em seguida, discute-se estratégias quilombolas no contexto do trabalho: a força da cultura, identidade e resistência como norte; por fim, analisam-se os modos de organização do trabalho rural. Esses fundamentos teóricos servirão, posteriormente, como base para a coleta e a análise dos dados.

2.1 Quilombo e Aquilombamento no Brasil

A escravização no Brasil foi um pilar econômico e estruturou as relações sociais e políticas do período colonial. O sistema escravista consolidou a desigualdade e a exclusão como princípios fundamentais da organização social, sustentados pela imposição da força colonial (Moraes, 2005). O Brasil foi o país que mais importou africanos escravizados e o último a abolir legalmente a escravização, deixando marcas profundas na formação da sociedade brasileira. Estima-se que cerca de 40% dos africanos escravizados transportados pelo tráfico transatlântico entre os séculos XVI e XIX tenham sido trazidos para o Brasil, evidenciando o papel central do país nesse sistema de exploração colonial (Gomes; Reis, 2000).

A resistência negra à escravização se manifestou de diversas formas, sendo os quilombos um dos principais símbolos dessa luta. Mais do que espaços de refúgio, os quilombos representavam resistência, organização comunitária e enfrentamento ao racismo. Como destaca Silva (2012, p. 6), “a história do negro no Brasil não se constitui somente de submissão, houve também, é claro, diversas formas de resistência negra à escravização como revoltas, fugas, assassinato de senhores, abortos e a constituição de quilombos”, demonstrando que as estratégias de enfrentamento iam muito além do simples escape, englobando diversas formas de resistência ativa ao sistema escravista.

O termo "quilombo" tem origem *Bantu* e pertence às tradições culturais africanas dessa etnia. Segundo Munanga (1996), seu significado transcende a mera localização física, representando a luta pela liberdade e organização comunitária. Derivado da palavra *Kilombo*, que em quimbundo designava um local de descanso para grupos nômades, o termo passou a

ser compreendido, no contexto colonial, como espaços de refúgio para escravizados fugitivos (Souza, 2013).

Segundo Moura (2020), o quilombo pode ser compreendido como qualquer agrupamento de negros fugitivos com mais de cinco pessoas estabelecido em áreas despovoadas, independentemente da existência de edificações. Nesse sentido, essas formações históricas constituíram-se como importantes símbolos de organização coletiva e mobilização da população negra escravizada. Ademais, a trajetória da população negra no Brasil não se restringe ao período colonial e à experiência da escravização, uma vez que sua ancestralidade é anterior e extrapola esse contexto histórico.

Nascimento (1980), argumenta que a memória dos afro-brasileiros não se inicia com a escravização, mas sim antes disso, marcada pelas culturas e histórias africanas. A memória, a cultura e os saberes trazidos da África foram essenciais para a formação da identidade afro-brasileira, resistindo e se transformando ao longo do tempo.

Para ampliar o entendimento sobre os processos de resistência, é fundamental observar como distintos autores negros elaboram conceitos que dialogam entre si e enriquecem a análise das comunidades quilombolas. Nessa perspectiva, a autora propõe a ideia de "aquilombamento" como um dispositivo derivado da instituição quilombo, mas que se desliga de seu caráter territorial. No documentário "Ôrí" (1989), ela enfatiza que o conceito de quilombo vai além de um local físico, configurando-se como um contínuo cultural e político. O aquilombamento se manifesta como uma estratégia de resistência e organização social na atualidade, articulando saberes ancestrais como ferramentas para sobrevivência e reivindicação de direitos (Nascimento, 2018).

Em diálogo com essa visão, Nascimento (2009) traz o conceito de quilombismo, que é baseado na experiência histórica da comunidade negra no Brasil. Para ele, o quilombismo "objetiva a implantação de um Estado Nacional Quilombista, inspirado no modelo da República dos Palmares, no século XVI, e em outros quilombos que existiram e existem no país" (Nascimento, 2009, p. 212). Dessa maneira, o autor expande o debate ao propor o quilombo como referência para um projeto político e social.

Por fim, Moura (2020) contribui com o conceito de quilombagem como um movimento histórico e social que, no Brasil, teve início no final do século XVI. Identificada com a marronagem nas áreas do Caribe e outros contextos de resistência, a quilombagem caracterizou-se pela formação contínua de grupos negros rebeldes e fugitivos, os quilombos. Assim, esse movimento social permanente influenciou profundamente a estrutura econômica da época e proporcionou a conservação da consciência étnica do negro até os dias atuais.

Ao conectar as reflexões desses autores, pode-se perceber que, apesar das abordagens distintas, todos convergem para a valorização dos quilombos como espaços de resistência, memória coletiva e luta por direitos, ampliando o significado histórico e contemporâneo dessas comunidades no Brasil.

O Quadro 1 abaixo apresenta distintas interpretações de autores acerca dos quilombos e dos conceitos relacionados ao processo histórico de resistência. Embora haja diversidade nas abordagens, observa-se consenso quanto à relevância dos quilombos como espaços de resistência, memória coletiva e reivindicação de direitos. Essas perspectivas contribuem para o aprofundamento do entendimento sobre a experiência quilombola e evidenciam sua importância na construção da identidade e das estratégias de sobrevivência da população afro-brasileira.

Quadro 1- Comparativo dos conceitos de Aquilombamento, Quilombismo e Quilombagem

Autor	Conceito	Definição / Sentido	Convergências	Divergências
Beatriz Nascimento (2018)	Aquilombamento	Processo cultural, político e social contínuo, que ultrapassa a dimensão territorial. Expressa-se em redes, coletivos e estratégias de resistência atuais, articulando saberes ancestrais.	Reconhece o quilombo como espaço de resistência, memória e identidade coletiva, assim como os demais autores.	Territorialidade: desterritorializada; Nível de análise: práticas cotidianas e redes; Agência: comunidades e coletivos contemporâneos; Finalidade: afirmação identitária e sobrevivência.
Abdias do Nascimento (2009)	Quilombismo	Projeto político inspirado em Palmares e outros quilombos, propondo um Estado Nacional Quilombista baseado em solidariedade, justiça e autonomia do povo negro.	Valoriza o quilombo como símbolo de resistência e como matriz de organização política, em consonância com Beatriz e Moura.	Territorialidade: referência mítica-política (Palmares); Nível de análise: macro, voltado à sociedade/Estado; Agência: povo negro organizado; Finalidade: transformação institucional e societal.
Clóvis Moura (2020)	Quilombagem	Movimento histórico e insurgente, desde o século XVI, marcado por fugas, rebeldia e comunidades autônomas que corroeram a ordem escravista e preservaram a consciência étnica.	Assim como os demais, entende o quilombo como núcleo de resistência e de preservação da identidade negra.	Territorialidade: concreta, ligada aos agrupamentos rebeldes; Nível de análise: histórico-estrutural; Agência: rebeliões e insurgência de escravizados; Finalidade: interpretar a luta contra o escravismo e seus efeitos.

Fonte: Elaborado pelo autor (2026)

O quadro destaca as diferentes concepções de quilombismo e quilombagem, mostrando seu papel político, histórico e territorial como formas de resistência e organização do povo negro. A síntese evidencia a importância dos quilombos tanto como símbolos de luta

quanto como núcleos de transformação e preservação da identidade negra no Brasil. Neste estudo, adotamos o posicionamento de Nascimento (2018) de Aquilombamento, que transcende a simples memória histórica, funcionando como uma estratégia adaptativa das comunidades negras diante das adversidades.

Atualmente, os quilombos continuam desempenhando um papel fundamental, reconhecidos como comunidades remanescentes que lutam pelo direito à terra e pela preservação de suas identidades. Como destaca Almeida (2011), essas comunidades enfrentam ameaças constantes devido a modelos de desenvolvimento que ignoram suas especificidades históricas e culturais. Souto (2021) reforça que o ato de se aquilombar transcende a simples memória histórica, funcionando como uma estratégia adaptativa das comunidades negras diante das adversidades. Assim, os quilombos, tanto históricos quanto contemporâneos, seguem como símbolos de resistência e afirmação de direitos, demonstrando a capacidade de transformação e adaptação da população negra brasileira.

Na perspectiva de território segundo o IBGE (2023), 1.327.802 pessoas no Brasil se identificam como quilombolas, representando 0,65% da população. Os dados, divulgados pelo Censo Demográfico de 2022, marcaram pela primeira vez em que essa população foi recenseada em 24 estados e no Distrito Federal. Foram identificados 473.970 domicílios com ao menos um morador quilombola, o que resulta em uma média de 3,17 moradores por residência, acima da média nacional de 2,79 (IBGE, 2023).

Nas 494 áreas oficialmente delimitadas, vivem 167 mil quilombolas, com maior concentração no Nordeste, onde estão 70% dessa população, destacando-se a Bahia como um dos estados com maior número de quilombolas. No Rio Grande do Sul, um diagnóstico recente contabilizou 146 comunidades quilombolas no estado, com base em dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e da Fundação Cultural Palmares (FCP) (INCRA/FCP; Estado RS, 2023).

Segundo Kroeff et al. (2023), as regiões Sudeste Rio-Grandense (87%) e Metropolitana de Porto Alegre (64%) apresentam maior concentração territorial de comunidades quilombolas. Essas comunidades abrigaram um total de 7.679 famílias, sendo 6.506 em áreas rurais e 1.173 em áreas urbanas. Essa concentração territorial reflete a resistência histórica dos quilombos, que hoje seguem lutando por direitos e território.

Quilombos e aquilombamento representam a resistência histórica e atual da população negra no Brasil, indo além da fuga da escravização para expressar organização, cultura e luta por direitos. Hoje, comunidades quilombolas seguem enfrentando desafios territoriais e sociais, reafirmando sua importância na construção de uma sociedade mais justa e plural.

Nesta perspectiva de território, o próximo tópico aborda o Pampa gaúcho e o território como forma de resistência, destacando a importância desse bioma não apenas no âmbito ambiental, mas também cultural e social.

2.2.1 Comunidades Tradicionais no Pampa Gaúcho

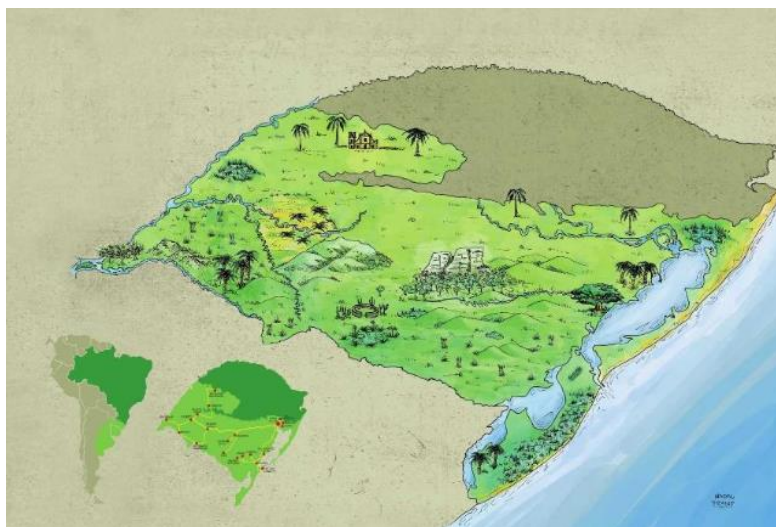
O bioma Pampa, conforme destacado por Maestri (2021), é compartilhado por Argentina, Brasil e Uruguai, apresentando-se como uma vasta extensão de campos cobertos por gramíneas e vegetação rasteira, entremeados por coxilhas que ultrapassam os cursos dos rios do Prata e Uruguai. Essa região, desde os tempos mais remotos da história, desperta grande admiração e reverência, não apenas por suas características naturais singulares, mas também pelo papel central que desempenha na formação da identidade e da paisagem cultural do Sul da América do Sul.

O bioma Pampa exerce papel fundamental na constituição da identidade da região Sul do Brasil, especialmente no Rio Grande do Sul, ao integrar elementos ambientais e culturais que se entrelaçam no cotidiano dos povos que ali vivem. Segundo Leal (2021), o Pampa, presente no território gaúcho e estendendo-se para Argentina e Uruguai, caracteriza-se pela profunda integração entre natureza e cultura, formando uma identidade gaúcha que ultrapassa fronteiras e manifesta-se de maneira singular e permanente. Dessa forma, o Pampa não é apenas um espaço físico, mas representa um patrimônio cultural e natural que reforça o sentimento de pertencimento das populações locais e destaca a riqueza de suas tradições no cenário sul-americano.

O bioma Pampa, conforme destacado por Mazurana, Dias e Laureano (2016), foi reconhecido oficialmente em 2004 e é caracterizado por sua exclusividade territorial, já que está presente apenas no estado do Rio Grande do Sul. Com uma área de 178.243 km², o Pampa ocupa 63% do território gaúcho, representando aproximadamente 2% do território nacional. Essa singularidade faz do Pampa não só um importante patrimônio ambiental, mas também um elemento central na construção da identidade regional, reforçando a conexão entre natureza, cultura e história dos povos que ali vivem, especialmente das comunidades tradicionais e quilombolas.

A **Error! Reference source not found.** ilustra as paisagens características e a localização do bioma Pampa no estado do Rio Grande do Sul, destacando sua extensão e relevância no contexto geográfico e ambiental da região.

Figura 1 - Paisagem e localização do Pampa



Fonte: Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa (2021)

Segundo Mazurana, Dias e Laureano (2016), muitas comunidades quilombolas estão localizadas no bioma Pampa, tanto em áreas rurais quanto urbanas. Isso é resultado de um processo histórico em que a mão de obra de pessoas negras escravizadas foi amplamente utilizada, especialmente nas grandes estâncias de gado, nas lidas campeiras, no trabalho doméstico e nas charqueadas.

As comunidades quilombolas do Pampa, conforme apontam Mazurana, Dias e Laureano (2016), têm como base econômica a produção de subsistência, por meio do cultivo variado de alimentos. No entanto, devido às condições precárias, muitas famílias precisam buscar trabalho em estâncias e propriedades próximas, geralmente como diaristas, muitas vezes sem acesso a direitos trabalhistas, o que gera instabilidade e insegurança. Essa realidade reflete a continuidade de estruturas opressoras que remontam ao período escravocrata, onde a mão de obra negra era explorada em grandes propriedades rurais.

O presente estudo tem como foco a análise da comunidade Ibicuí da Armada, situada no terceiro distrito municipal de Sant'Ana do Livramento, RS, conhecido como Ibicuí da Armada. A comunidade está localizada às margens do Rio Ibicuí da Cruz, que marca a divisa entre os municípios de Sant'Ana do Livramento e Dom Pedrito. A região é caracterizada por uma paisagem campestre típica do Pampa Gaúcho, com vastas áreas de pastagens e cultivos de subsistência.

A comunidade Ibicuí da Armada tem sua origem ligada à família Vaqueiro, cuja história remonta ao povoamento da região nos anos de 1800, marcada pela formação de

grandes estâncias e pelo uso da mão de obra escravizada. Segundo Costa (2016), Valeriana Vaqueiro, já falecida, era uma das 13 filhas de Januário Vaqueiro e neta de Manoel Vicente Vaqueiro, o ancestral mais antigo registrado com esse sobrenome. A família Vaqueiro desempenhou um papel central na formação da comunidade, mantendo viva a memória e as tradições culturais afro-brasileiras, mesmo diante das adversidades históricas.

Conforme Costa (2016), a comunidade Ibicuí da Armada é um exemplo de resistência e resiliência, onde os descendentes de escravizados preservam práticas culturais e saberes ancestrais, como o cultivo de alimentos tradicionais, a criação de animais e a manutenção da cultura. Essas práticas não apenas garantem a subsistência das famílias, mas também reforçam a identidade coletiva e a coesão social da comunidade.

O quilombo está localizado a 55 km do perímetro urbano de Sant'Ana do Livramento, sendo os últimos 10 km acessados por uma estrada de difícil tráfego. Ela abriga 35 famílias, que vivem em pequenas propriedades de aproximadamente cinco hectares cada. Apesar das dificuldades de acesso e da falta de infraestrutura básica, como saneamento e transporte, a comunidade mantém uma forte conexão com a terra, que é vista não apenas como um meio de subsistência, mas também como um espaço de resistência cultural e afirmação identitária.

Costa (2016) também destaca que a comunidade Ibicuí da Armada enfrenta desafios relacionados à regularização fundiária, uma vez que a titulação das terras ainda não foi completamente resolvida. Essa incerteza jurídica gera insegurança para as famílias, que dependem da terra para sua sobrevivência e manutenção de suas tradições. Além disso, a falta de políticas públicas específicas para comunidades quilombolas no Pampa Gaúcho contribui para a perpetuação de condições precárias de vida e trabalho.

Essa conexão histórica e simbólica entre o termo "quilombo" e seu território ressalta a importância do espaço como elemento central na construção e manutenção da identidade quilombola. Segundo Lira e Neto (2016, p.49) o território é a base fundamental para a reprodução identitária das comunidades quilombolas, pois “a identidade quilombola se constrói sempre na relação mútua com seu território, sendo também um espaço econômico, social, político e cultural”.

O art. 68, do ADCT da Constituição de 1988, diz que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida de propriedade definitiva, devendo a Fazenda Nacional emitir-lhes os títulos”. Na interpretação de Jorge (2014), esse artigo “possibilitou colocar na agenda política a demanda de reconhecimento de uma série de agremiações comunitárias rurais conhecidas como ‘terra de pretos’ ou ‘comunidades negras rurais’”.

Essa centralidade territorial também é reconhecida no ordenamento jurídico brasileiro, como evidencia o artigo 68 do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias, que prevê o reconhecimento da propriedade definitiva aos remanescentes de quilombos que ocupem suas terras, consolidando a proteção dos direitos territoriais dessas comunidades.

Todavia, em 2001, foi instituído o Decreto nº 3.912/2001, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, que trouxe restrições ao alcance do Artigo 68 do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988. Essa legislação limitou a definição de comunidades quilombolas às reminiscências históricas dos processos de fuga de escravos ocorridos antes de 1888, desconsiderando a complexidade e a diversidade das dinâmicas sociais que compõem essas comunidades. Tal delimitação gerou debates sobre a redução dos direitos territoriais e identitários das populações quilombolas.

Em 2003, o Decreto nº 4.887/2003 foi instituído pelo Poder Executivo durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, complementando o Decreto nº 3.912/2001 e representando um avanço significativo na consolidação da Política de Regularização Fundiária. Esse novo marco legal trouxe maior clareza sobre a definição de comunidades quilombolas e as diretrizes distribuídas mais precisas para a titulação de terras, além de definir as responsabilidades dos órgãos institucionais envolvidos.

O Decreto nº 4.887/2003 estabelece as etapas para a regularização fundiária das terras quilombolas e define os remanescentes de quilombos como grupos étnico-raciais que se autoidentificam, possuem trajetória histórica própria, vínculos territoriais específicos e ancestralidade negra relacionada à resistência à opressão (Brasil, 2003).

Assim, o Decreto nº 4.887/2003 estende o reconhecimento de comunidades quilombolas aptos para requerer demarcação e titulação coletiva de suas terras implica um grande passo à frente no que diz respeito à regularização fundiária. O reconhecimento do território quilombola no Brasil envolve diversas etapas previstas na legislação, conforme ilustrado no Quadro 2.

Quadro 2 - Legislação brasileira sobre território quilombola

Ano	Legislação	Conteúdo Principal	Impacto
1988	Arte. 68 do ADCT da Constituição	Reconhece a propriedade definitiva aos remanescentes de quilombos que ocupam suas terras.	Coloca na agenda política a exigência de reconhecimento de “terras de pretos” ou “comunidades negras rurais”.
2001	Decreto nº 3.912/2001	Restringir a definição de comunidades quilombolas às reminiscências históricas de fugas de escravos anteriores a 1888.	Limita os direitos territoriais e identitários, gerando debates sobre a redução de proteção às comunidades.
2003	Decreto nº 4.887/2003	Complementa o Decreto nº 3.912/2001, trazendo uma definição mais ampla de quilombolas e regulamentando a titulação.	Avanço significativo na regularização fundiária, reforçando a proteção dos direitos históricos das comunidades
2004	Decreto nº 5.051/2004	Promulga a Convenção 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, que também se aplica a comunidades quilombolas.	Garante direitos coletivos, incluindo consulta prévia e participação em decisões que afetem seus territórios.
2007	Decreto nº 6.040/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.	Reconhece as comunidades quilombolas como povos tradicionais e estabelece diretrizes para políticas públicas.
2012	Lei nº 12.651/2012 (Código Florestal)	Define regras para a proteção de áreas de preservação permanente e reservas legais, incluindo territórios quilombolas.	Impacta a gestão territorial das comunidades quilombolas, especialmente em áreas de preservação ambiental.
2015	Decreto nº 8.593/2015	Regulamenta o procedimento de titulação de terras quilombolas, estabelecendo prazos e responsabilidades dos órgãos envolvidos.	Busca agilizar o processo de titulação, mas enfrenta críticas por falta de efetividade na prática.
2017	ADPF 186 (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental)	Discute a constitucionalidade do marco temporal para a demarcação de terras indígenas e quilombolas.	Gera incertezas sobre o reconhecimento de territórios quilombolas, especialmente após questionamentos sobre o marco temporal.

Fonte: Elaborado pelo autor (2026)

O Quadro 3 resume a legislação brasileira sobre territórios quilombolas, mostrando avanços e desafios no reconhecimento e proteção dessas comunidades desde 1988. Com base nisso, o próximo tópico, estratégias quilombolas no contexto do trabalho: a força da cultura, identidade e resistência como norte, busca aprofundar como, diante desse cenário legal e de constantes disputas por direitos, as comunidades quilombolas desenvolvem práticas de fortalecimento cultural e político para garantir sua permanência no território e a valorização de suas tradições, evidenciando a importância da articulação entre identidade, memória e resistência na luta cotidiana.

2.2 Estratégias quilombolas no contexto do trabalho: a força da cultura, identidade e resistência como força

As estratégias quilombolas no contexto do trabalho não se restringem à dimensão econômica, uma vez que estão profundamente imbricadas em práticas culturais, identitárias e históricas construídas coletivamente ao longo do tempo. O modo de vida quilombola expressa a viabilidade de formas alternativas de apropriação e organização do espaço rural, que se distanciam dos princípios dominantes do capitalismo, especialmente daqueles fundamentados na centralidade da propriedade privada (Souza; Zuquim, 2021). Nesse sentido, é importante compreender a cultura, a identidade e a resistência no processo organizativo do trabalho quilombola.

A cultura, nesse contexto, não se limita a manifestações simbólicas, mas opera como um princípio organizador das formas de produzir, partilhar e decidir, orientando o uso dos recursos naturais e a divisão do trabalho. Geertz (1989) propõe que a cultura deve ser entendida como um sistema de significados que orienta as ações humanas, sendo construída a partir da produção simbólica dos grupos sociais. Esse olhar amplia a compreensão da cultura, reconhecendo-a não apenas como herança ou tradição, mas também como um espaço de disputas e interpretações, onde diferentes sentidos são continuamente negociados.

Na visão de Berigo e Regina (2022), as práticas corporais atuam como componentes culturais significativos nas comunidades quilombolas, expressando tradições e sentidos de pertencimento. Nessa perspectiva, a compreensão dessas práticas como expressões culturais de pertencimento insere-se em um debate mais amplo sobre cultura e identidade no contexto quilombola, historicamente construído a partir das análises da antropologia e da história social.

Para Borges, Silva e Rodrigues (2021), a dimensão cultural configura-se como um campo simbólico de significações e, simultaneamente, como um conjunto de práticas de resistência nos âmbitos social, político e cultural, que orientam tanto a produção dos espaços quanto a organização das bases econômica e ambiental. Para esses autores, as práticas territoriais quilombolas são permeadas por significados históricos e simbólicos, os quais reafirmam o empoderamento político, social e cultural dessas comunidades, reconhecendo-as como portadoras de direitos e construtoras coletivas de seus modos de existir.

À medida que essas práticas culturais se reproduzem no cotidiano do trabalho, elas contribuem para a construção e a reafirmação da identidade quilombola. Com o tempo, o conceito de quilombo foi ressignificado, passando a representar identidade coletiva e afirmação cultural. Como destacam Paulino-Pereira et al. (2017), cultura, identidade e

memória são dimensões fundamentais para a consciência individual e coletiva, o que explica por que o trabalho quilombola é entendido não apenas como prática econômica, mas também como expressão cultural e política de resistência.

No contexto da valorização das práticas culturais e da construção identitária das comunidades quilombolas, é fundamental reconhecer a vitalidade e a capacidade de reinvenção presentes nas culturas de matriz africana. Como salienta Nascimento (2019), essas culturas não apenas preservam saberes ancestrais, mas também demonstram uma impressionante abertura para o diálogo e para a incorporação de novos conhecimentos, reforçando, assim, sua força diante dos desafios históricos e sociais, como aponta Nascimento (2019, p. 68):

De fato, as culturas africanas são aquilo que nossos povos criam e produzem. Por isso, elas são flexíveis, criativas e seguras de si mesmas, a ponto de interagir espontaneamente com outras culturas, aceitando e incorporando valores “científicos” e/ou “progressistas” que porventura possam funcionar de modo significativo para o homem, a mulher e a sociedade africana.

Nascimento (2019), ainda ressalta que, as culturas africanas são marcadas por uma flexibilidade e criatividade que lhes permitem dialogar com outras culturas, incorporando novos valores e conhecimentos de forma autônoma e segura. Essa abertura evidencia não apenas a preservação de saberes ancestrais, mas também a capacidade de reinvenção e adaptação diante dos desafios históricos e sociais, reforçando a vitalidade dessas culturas.

A partir dessa perspectiva, a identidade revela-se como um processo dinâmico, que transita entre múltiplas representações oferecidas pelos sistemas culturais nos quais os sujeitos estão inseridos. Isso possibilita que o indivíduo vivencie diferentes identidades em distintos contextos, sem se limitar a um eu estável, reconhecendo-se momentaneamente em variados pertencimentos (Hall, 2000; Sousa; Santos, 2019).

Ao relacionar essa construção identitária à experiência histórica e social das comunidades quilombolas, Monteiro (2019, p.55) destaca que “os territórios e territorialidades representam espaços de afirmação de identidade territorial, reconstrução da memória ancestral e reprodução de modos de existência em permanente luta”. Dessa forma, cultura e identidade, no contexto quilombola, articulam-se como elementos fundamentais para a valorização da memória coletiva e para a resistência cultural e política dessas comunidades.

Assim, a identidade quilombola se constitui em estreita relação com a luta pelo território, vinculando-se historicamente à resistência, à preservação da cultura e à proteção dos saberes tradicionais (Schmitt, Turatti e Carvalho, 2002). Nesse sentido, como aponta

Haesbaert (1999), a identidade é resultado de vínculos concretos, simbólicos e imaginários estabelecidos com o território, o que, no caso dos quilombolas, revela sujeitos que, marcados pela diferença étnica, constroem espacialidades próprias em um contexto social de discriminação e vulnerabilidade.

A memória coletiva das comunidades quilombolas através do significado do que é ser quilombola, reinscreve no contexto atual, a afirmação da identidade através das práticas coletivas anteriormente desenvolvidas por seus antepassados (Souza et al., 2023). Dessa forma, os quilombos não devem ser entendidos apenas como locais de refúgio, mas como comunidades dinâmicas que desenvolveram práticas próprias de vida, trabalho e sociabilidade, preservando saberes tradicionais e formas coletivas de organização.

As práticas de trabalho desenvolvidas nas comunidades também se articulam diretamente à identidade cultural. Para Sousa e Santos (2019), essas práticas não são dominantes, mas estão intrinsecamente relacionadas ao uso comum da terra e à forma de “fazer vida” no território, expressando a diversidade cultural que resulta de processos históricos de fragmentação e desterritorialização. Nesse sentido, o trabalho quilombola deve ser compreendido como uma estratégia coletiva de sobrevivência, mas também como um espaço simbólico de resistência cultural.

Portanto, quando se fala em cultura e identidade quilombola, não se trata apenas de tradições preservadas, mas de formas ativas de organização que articulam memória, pertencimento e práticas de trabalho. Como destacam Schmitt, Turatti e Carvalho (2002), a identidade quilombola é inseparável da luta pelo território e da preservação dos saberes tradicionais, o que demonstra a profunda relação entre trabalho, cultura e resistência social nessas comunidades.

Dessa forma, a identidade quilombola não se limita à noção de pertencimento, mas fundamenta estratégias próprias de resistência diante das recorrentes situações de exclusão e exploração vivenciadas historicamente. Como destacam Lima Filho e Araújo (2007), os processos de resistência e organização das comunidades quilombolas, bem como a constituição de suas instâncias representativas em diferentes níveis, são essenciais para a efetivação de direitos e promoção de reparação social, constituindo uma luta contínua por uma vida autônoma, sustentável e comunitária, que valorize, proteja e perpetue os saberes, tradições e práticas da identidade afro-brasileira.

Nesse sentido, a identidade quilombola não apenas nomeia um pertencimento, mas sustenta formas específicas de resistência diante das dinâmicas históricas de exclusão e exploração. A resistência quilombola, portanto, ultrapassa o âmbito das políticas públicas,

inserindo-se em um projeto de sociedade orientado por uma cosmovisão própria, que constrói e vivencia os territórios a partir de princípios distintos dos modelos predominantes, reafirmando outras formas de organização e existência (Souza e Zuquim, 2021).

As formas cotidianas de resistência quilombola incidem diretamente sobre a organização do trabalho, reafirmando o coletivo como eixo estruturante das estratégias de reprodução social dessas comunidades. Nessa perspectiva, o trabalho não se restringe a uma dimensão meramente econômica, mas constitui-se como prática social e cultural que orienta a vida coletiva. Conforme argumenta Harvey (2015), o trabalho pode ser compreendido como uma categoria universal, presente em todos os modos de produção, diferentemente da noção de valor, que é específica do capitalismo e resultante da lógica burguesa.

Essa compreensão articula-se à leitura de Marx (2013), segundo o autor, o trabalho é uma condição essencial da existência humana, configurando-se como uma necessidade natural e permanente de mediação do metabolismo entre o ser humano e a natureza. Assim, o trabalho assume centralidade na construção da vida social, permitindo ao sujeito produzir sua existência e refletir criticamente sobre suas práticas e sobre si mesmo, como também reflete Harvey (2015).

Marx (2013, p. 577) destaca que:

O ser humano isolado não pode atuar sobre a natureza sem o emprego de seus próprios músculos, sob o controle de seu cérebro. Não há distinção entre trabalho intelectual e trabalho físico, pois assim como no sistema natural a cabeça e as mãos estão interligadas, também o processo de trabalho conecta o trabalho intelectual ao trabalho manual.

A perspectiva marxista contribui para compreender as práticas quilombolas ao evidenciar o trabalho como uma atividade social historicamente construída. Nesse contexto, o trabalho nas comunidades quilombolas resulta da articulação entre saberes tradicionais e estratégias coletivas de sobrevivência, expressando a diversidade cultural produzida ao longo de processos históricos. Assim, o trabalho quilombola encontra-se profundamente vinculado à natureza e às práticas de ancestralidade que orientam o cotidiano dessas comunidades.

Ao considerar a perspectiva cultural dos seres humanos, conforme Santos (1987), observa-se que a capacidade de superar a dicotomia entre natureza e cultura, ao criar instrumentos de produção e ampliar a transformação do meio, é central para compreender o trabalho nas comunidades quilombolas. Assim, o trabalho quilombola se configura como prática coletiva, intrinsecamente ligada à construção identitária, à memória e à resistência cultural.

Harvey (2015) enfatiza que, na concepção marxiana de trabalho, não existe uma oposição entre humanidade e natureza, entre aspecto mental e físico, cultura e natureza, mundo natural e artificial. Para esse autor não se trata de uma luta entre duas forças, mas de uma relação dialética, em que o trabalho é sempre resultado da interação entre elementos concretos, simbólicos e imaginários. Essa compreensão é fundamental para analisar o trabalho quilombola, pois revela como as práticas produtivas estão profundamente ligadas à construção identitária, à memória coletiva e à resistência cultural dessas comunidades.

Carlota, Peixoto e Oliveira (2024), ao revisarem os desafios e oportunidades dessas comunidades, reforçam que a luta quilombola permanece atual e multifacetada, enfrentando questões políticas, jurídicas e sociais. Nesse cenário, a preservação do trabalho tradicional se mostra fundamental para a manutenção da identidade e da cultura quilombola, fortalecendo o sentido de pertencimento e a memória coletiva. Dessa forma, observa-se que trabalho, cultura e identidade estão interligados como elementos centrais na dinâmica quilombola, marcando não apenas a sobrevivência, mas também a valorização e a continuidade da resistência e das práticas culturais dessas comunidades.

A análise das práticas de trabalho nas comunidades quilombolas revela uma articulação profunda entre cultura, identidade e resistência, elementos destacados por Schmitt, Turatti e Carvalho (2002) e por Harvey (2015), ao relacionarem o trabalho à luta pelo território e à preservação dos saberes tradicionais. Essa perspectiva encontra respaldo em Marx (2013), que entende o trabalho como condição essencial para a existência humana, promovendo a interação entre aspectos físicos e intelectuais, e em Santos (1987), ao destacar a superação da dicotomia entre natureza e cultura na criação de instrumentos e saberes.

Além disso, a literatura aponta que o modo de vida quilombola representa uma alternativa concreta à lógica capitalista, fundamentando-se em práticas de subsistência, relações coletivas e protagonismo feminino (Souza e Zuquim, 2021). Dessa forma, a identidade quilombola se consolida por meio da valorização do trabalho tradicional, da memória coletiva e das estratégias de resistência, aspectos essenciais para a manutenção e fortalecimento dessas comunidades.

A seguir, serão detalhados os procedimentos de pesquisa, incluindo a abordagem utilizada, o método escolhido e os instrumentos de coleta e análise de dados, de modo a evidenciar o rigor e a relevância do processo investigativo para o entendimento aprofundado da realidade quilombola.

2.3 Modos de Organização do Trabalho Rural

O conceito de trabalho, tal como se compreende atualmente, tem suas raízes na Antiguidade clássica, especialmente nas sociedades grega e romana, entre os séculos VIII a.C. e V d.C. Na Grécia antiga, o trabalho era visto de forma pejorativa. Como destaca Gomes (2014, p. 9), “com Platão e Aristóteles, o importante era o pensamento. Eles exaltavam a ociosidade e classificavam o trabalho como degradante, inferior e desgastante, devendo ser executado pelos escravos”. Essa visão negativa se reflete também na origem etimológica da palavra "trabalho".

Essa concepção depreciativa também está presente na origem da palavra “trabalho”. Albornoz (2002, p.10) observa que, “em nossa língua a palavra trabalho se origina do latim *tripalium*, um instrumento feito de três paus aguçado com pontas de ferro, utilizado pelos agricultores para baterem o trigo, as espigas de milho, o linho, para rasgá-los e esfiapá-los”. Entretanto, a autora ressalta que “na maioria dos dicionários *tripalium* está registrado apenas como instrumento de tortura”.

Ainda segundo Albornoz (2002, p. 47), há distinções importantes entre formas de trabalho. Na visão da autora, “labor é aquele trabalho do corpo do homem pela sobrevivência. Há uma dose de passividade nessa atividade humana: a submissão aos ritmos da natureza, às estações, à intempérie”. Segundo a autora, “o trabalho físico é penoso, degradante e mesmo repugnante” (Albornoz, 2002, p. 47), o que reforça a associação histórica entre trabalho e sofrimento.

Para uma compreensão mais completa desta visão de subjetivação é importante trazer “a maneira como os sujeitos vivenciam e dão sentidos as suas experiências de trabalho” (Fonseca, 2015, p. 16). Nesse sentido é essencial compreender o contexto histórico e territorial das relações para entender os modos de trabalho.

Nesse sentido, Moura (2020) aponta que o trabalho quilombola, objeto deste estudo, apresentava diversas formas de organização, todas voltadas à resistência e à fuga do sistema escravista. Em razão da grande diversificação da economia escravista, essas comunidades frequentemente reproduziam, em seu interior, os tipos de atividades econômicas predominantes na região em que estavam inseridas, adaptando-as às suas condições de autonomia e sobrevivência.

Silva e Silva (2014) ressaltam que a formação desse novo modelo de sociedade se estruturou a partir das instituições e visões de mundo de origem africana, mas também foi

marcada por intensas trocas culturais, expressas nos saberes, fazeres e alianças estabelecidas tanto entre africanos de diferentes regiões quanto com nativos, mestiços, crioulos e brancos.

As diferenças de características e formas de organização entre os quilombos, resultantes das possibilidades de trocas culturais entre os aquilombados, esses grupos precisavam, no cotidiano, elaborar alternativas de sobrevivência, defesa e segurança coletiva, criando estratégias diversas a partir de sua realidade, do lugar em que estavam inseridos e de suas experiências (Silva e Silva, 2014).

Moura (2020) destaca que a organização dos quilombos se estruturava a partir do aproveitamento dos recursos naturais regionais, os quais eram explorados ou transformados, mas destinados de forma distinta daquela observada na agricultura escravista. Enquanto o modelo vigente se baseava na monocultura, concentrando a produção nas mãos dos senhores, os quilombos desenvolviam uma economia policultora, de caráter distributivo e comunitário, capaz de suprir as necessidades de todos os seus membros.

Nesse sentido, Moura (2020) destaca que o modo de produção agrícola prevalece em todas as regiões do Brasil, especialmente no trabalho desenvolvido no meio rural. Cunha (1902), em *Os Sertões*, descreve o trabalho rural como uma atividade que transcende a esfera econômica, estando profundamente ligada à identidade e à cultura dos povos do campo. Segundo o autor, o trabalho rural representa uma forma de vida, expressando a relação do homem com a terra e sua comunidade. Essa visão foi ampliada por Fernandes (2000), que define o trabalho rural como uma atividade fortemente conectada ao território, indo além da produção agrícola. Para os camponeses, a terra não é apenas um meio de produção, mas também um espaço de vida e identidade.

A ruralidade é frequentemente compreendida em contraste com o urbano, mas sua essência vai além dessa dicotomia. Como destaca Wanderley (2009), o espaço rural é um ambiente complexo, marcado por relações de trabalho que transcendem a mera produção econômica, integrando-se a aspectos simbólicos, culturais e comunitários. Essa perspectiva reforça que o trabalho rural não se restringe à atividade produtiva, mas está intrinsecamente ligado à construção de identidades e à manutenção de tradições. Dessa forma, o campo se configura como um espaço de vida, onde as práticas de trabalho se entrelaçam com a história e a cultura das comunidades, destacando a importância de se compreender o rural em sua multidimensionalidade.

Historicamente, as relações de trabalho no Brasil foram profundamente impactadas pelo legado da escravização. Cardoso (2008) argumenta que a estrutura agrária brasileira foi

moldada por práticas excludentes oriundas desse período, dificultando a inclusão social e econômica dos trabalhadores rurais até os dias atuais.

Segundo Gonzalez (2020), ao falar do papel das mulheres negras no pós-abolição traz o papel dessas mulheres de sustentação material e simbólica das comunidades negras, tornando-se o principal eixo de garantia da sobrevivência familiar. Nesse contexto, seu trabalho foi intensificado de forma significativa, uma vez que precisou conciliar as atividades domésticas e de cuidado no âmbito familiar com o trabalho pesado realizado nas casas grandes, em condições marcadas pela precariedade e pela sobrecarga.

Segundo Furtado (1972), a escravização teve o papel de matriz no processo de estruturação da economia agrícola brasileira, pois proporcionou às grandes empresas agrícolas a possibilidade de frustrar qualquer outra forma de organização. O autor ressalta que, a partir do momento em que a mão de obra escravizada se tornou escassa e a oferta de trabalho livre se tornou mais abundante, criaram-se condições para pequenas explorações agrícolas (Furtado, 1972).

Nesse sentido, a dinâmica do trabalho rural no Brasil é marcada por uma tensão entre o moderno e o arcaico, refletindo contradições profundas que permeiam a história do campo. Essa dualidade estrutural, como aponta Martins (1981), evidencia que o espaço rural não pode ser compreendido de forma simplista, mas como um cenário complexo de dominação e resistência. A análise de Martins (1981) reforça a importância de se considerar as relações de trabalho rural para além da esfera econômica, reconhecendo o papel central das dinâmicas familiares, culturais e históricas. Assim, o campo brasileiro se revela não apenas como um local de produção, mas como um espaço de luta e construção de identidades, onde o passado e o presente se entrelaçam de forma permanente.

De acordo com Martins (1981), a Lei de Terras de 1850 marcou o início da questão agrária como uma temática nacional, ao vetar o acesso livre à terra, permitindo-o apenas por meio de compra. Essa legislação visava garantir a formação de um mercado de trabalho agrícola, evitando que o crescente fluxo de imigrantes europeus se dispersasse pelas vastas terras brasileiras, o que poderia esvaziar o mercado de trabalho.

Contudo, é fundamental problematizar a Lei de Terras e reconhecer seu papel como instrumento de exclusão social. Ao estabelecer que apenas quem pudesse comprar teria acesso à terra, a elite agrária brasileira buscou impedir que escravizados libertos, imigrantes ou outros grupos socialmente marginalizados ocupassem terras devolutas e se tornassem pequenos produtores. Na prática, essa medida perpetuou o ciclo de dependência econômica,

obrigando essas pessoas a vender sua força de trabalho nas fazendas e estâncias, em vez de conquistar autonomia produtiva.

O contexto era marcado pela concentração de terras nas mãos dos barões do café, cana, açúcar e charque, que mantinham extensos latifúndios em suas famílias. Assim, a Lei de Terras não apenas restringiu o acesso à terra, mas também consolidou a estrutura agrária excludente e desigual, dificultando a construção de alternativas econômicas e sociais para os grupos subalternos. Trata-se, portanto, de um tema complexo, cuja compreensão exige considerar as estratégias de dominação e perpetuação do poder da elite rural brasileira sobre o território e o trabalho.

Além disso, a Lei serviu como uma compensação para os proprietários de escravizados, coincidindo com o debate sobre o fim da escravização. Acreditava-se que ela preparava o Brasil para um processo gradual e seguro de libertação dos cativos, sem causar rupturas no sistema socioeconômico da época (Mattoso, 1982)

A Lei de Terras também teve um papel crucial ao dificultar o acesso à terra para os libertos pela Lei Áurea ou por outras leis anteriores, como as alforrias, a Lei do Sexagenário e a Lei do Ventre Livre. Isso garantiu que essa parcela da população permanecesse no mercado de trabalho. Embora os ex-escravizados não fossem a primeira escolha para a mão de obra nos cafezais, sua possível autonomia poderia ameaçar a estabilidade socioeconômica do sistema vigente. Portanto, a Lei de Terras foi um instrumento fundamental para manter o controle sobre a força de trabalho e assegurar a continuidade do modelo econômico da época (Martins, 2007)

A legislação específica para trabalhadores rurais surgiu apenas na década de 1960, com o Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 4.214/1963), que instituiu direitos trabalhistas e previdenciários. Na década de 1970, a Lei nº 5.889/1973 estendeu aos trabalhadores rurais algumas disposições da CLT, embora persistissem diferenças significativas em relação aos trabalhadores urbanos (TST, 2019). A Lei nº 5.889/1973, regulamentada pelo Decreto nº 73.626/1974, constitui um dos principais instrumentos legais para a regulamentação do trabalho rural. O Ministério do Trabalho e Emprego publicou o Manual de Contrato de Safra, que contém as principais orientações sobre esse tipo de contrato.

A legislação trabalhista rural no Brasil evoluiu para reduzir desigualdades em relação aos trabalhadores urbanos. A CLT de 1943 não os incluiu, e apenas na década de 1960 surgiram medidas específicas para garantir seus direitos. O Quadro 3 apresenta as principais leis que compõem a legislação trabalhista rural no Brasil.

Quadro 3 - Legislação trabalhista rural no Brasil

Lei	Ano	Descrição
Lei nº 4.214	1963	Estatuto do Trabalhador Rural, estendeu aos trabalhadores rurais direitos trabalhistas e previdenciários semelhantes aos trabalhadores urbanos.
Lei Complementar nº 11	1971	Instituiu o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL), transferindo assistência social e previdenciária específica para o trabalhador rural.
Lei nº 5.889	1973	Regulamentou as condições de trabalho rural, estabelecendo normas sobre jornada de trabalho, descanso e remunerações.
Decreto nº 73.626	1974	Regulamentou a Lei nº 5.889/1973, detalhando as regras para a contratação e os direitos dos trabalhadores rurais.
Lei nº 8.212	1991	Disposições sobre a organização da Segurança Social, incluindo trabalhadores rurais no Regime Geral da Previdência Social.
Lei nº 11.718	2008	Criou regras específicas para o contrato de trabalho rural por pequeno prazo, formalizando vínculos temporários no setor agrícola.

Fonte: Elaborado pelo autor (2026)

A construção dessas normas reflete um processo de reconhecimento progressivo da importância do trabalhador rural no desenvolvimento econômico e social do país. Na perspectiva epistemológica, essa evolução legislativa pode ser evidenciada à luz das mudanças na compreensão do trabalho ao longo do tempo.

A relação de emprego do trabalhador rural é caracterizada sempre que estejam presentes algumas condições específicas, conforme estabelece a Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que regulamenta o trabalho rural no Brasil. Caracteriza-se a relação de emprego do trabalhador rural sempre que ocorram as seguintes condições: a) Pessoa física: a pessoa física do empregado presta serviço e executa tarefas para um empregador rural, não podendo contratar auxiliares nem se fazer substituir por outra pessoa; b) Não eventualidade: o serviço é normal e rotineiro dentro da atividade rural; c) Remuneração: o empregado recebe uma contraprestação pelo trabalho executado; d) Subordinação: o empregado trabalha sob as ordens do patrão ou de seu preposto, sujeitando-se a horários e regras que definem a execução do serviço (Brasil, 1973).

Atualmente, o tema e o debate sobre a questão agrária mudaram significativamente devido à mudança no perfil da economia nacional, que se tornou mais urbano-industrial e menos rural. Conforme apontado por Gemelli, Fraga e Prestes (2019), no contexto nacional, os estudos enfatizam temas como mercado de trabalho, sustentabilidade, cultura e clima organizacional, diversidade, expatriação, gestão do conhecimento, gestão estratégica de pessoas, relações trabalhistas, terceirização, rotatividade e inovação. Essa diversificação de abordagens sugere a amplitude e a relevância dessas áreas de pesquisa.

Já o estudo de Fleck et al. (2019) enfatiza que a precarização das relações de trabalho no campo também decorre da falta de investimentos públicos em infraestrutura, saúde e

educação, o que agrava a exclusão social. Assim, percebem-se os desafios que o debate sobre as relações de trabalho apresenta à sociedade e ao Estado, especialmente pela questão histórica de um passado marcado pela escravização e pela marginalização do povo negro em nosso país.

Em resumo, as relações de trabalho e a organização do trabalho rural refletem uma trajetória marcada por contradições históricas e sociais, desde a herança escravocrata até a criação de legislações específicas. Mais do que uma atividade econômica, o trabalho rural é também um espaço de construção de identidades, práticas culturais e disputas de poder. Compreender essas relações exige uma abordagem multidimensional, que considere os fatores históricos, simbólicos e estruturais que ainda influenciam o cotidiano dos trabalhadores do campo.

Diante desse panorama, torna-se fundamental refletir sobre os métodos e abordagens que possibilitam investigar de maneira sensível e aprofundada as múltiplas dimensões do trabalho rural, especialmente em contextos marcados por identidade e resistência. É nesse sentido que a escolha da metodologia, detalhada a seguir, se constitui como um elemento central para a compreensão das práticas e dos significados presentes no Quilombo Ibicuí da Armada, orientando o percurso analítico deste estudo.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo, descrevo o percurso metodológico que orientou o presente estudo. Apresento o tipo e o método de pesquisa adotados, assim como as técnicas utilizadas para a coleta e análise dos dados.

3.1 Tipo de Pesquisa

Adotei neste estudo uma abordagem qualitativa de natureza exploratória, por entender que ela é importante para a compreensão aprofundada dos significados atribuídos pelos sujeitos a fenômenos sociais, considerando seus contextos e experiências vividas. Minha escolha metodológica reflete um compromisso com a valorização dos saberes locais e com a construção de um conhecimento que emerge das próprias realidades dos participantes, conforme proposto por Fals-Borda (2010). Apresento a pesquisa como descritiva, pois meu objetivo foi analisar como a cultura, a identidade e a resistência quilombola influenciam a organização do trabalho rural no Quilombo Ibicuí da Armada, no Pampa Gaúcho, buscando captar as complexas tramas de sentido que ali se manifestam.

Segundo Denzin (2006), estudos descritivos no campo qualitativo não se limitam à enumeração de características, mas envolvem interpretações múltiplas e situadas dos fenômenos, reconhecendo os discursos, as práticas e os sentidos em disputa nos contextos investigados. Essa abordagem exige de mim uma escuta crítica e reflexiva sobre os aspectos analisados. Dessa forma, considero pertinente a escolha metodológica adotada, pois ela me permite identificar e compreender as dinâmicas presentes no quilombo e suas implicações nas vivências locais.

Optei pela pesquisa qualitativa para possibilitar o aprofundamento necessário ao alcance dos objetivos do estudo. De acordo com Denzin (2006), essa abordagem ressalta a construção social da realidade e estabelece uma relação estreita entre mim e o problema investigado, além de permitir considerar as limitações do estudo e propor soluções a partir da compreensão do conhecimento produzido.

A adoção dessa abordagem metodológica mostrou-se pertinente, pois ofereceu instrumentos sólidos para a análise do particular, permitindo-me apreender contradições e paradoxos próprios do contexto investigado (Vieira, 2006). Um aspecto diferencial desta abordagem foi sua flexibilidade, que me permitiu adaptar à estrutura teórica conforme a

investigação avançou, possibilitando revisar e aprofundar minha análise ao longo do andamento do estudo.

3.2 Método de Pesquisa

Para atingir os objetivos propostos, empreguei a etnografia como metodologia. Reconheço, desde o início, a importância de uma visão na pesquisa, que busca desconstruir as narrativas predominantes e valorizar os saberes e as experiências dos povos e culturas tradicionais. Nesse sentido, a etnografia, conforme Cavedon (2003), nos estudos organizacionais, permite-me compreender os significados que os sujeitos atribuem às suas práticas cotidianas, por meio da imersão no campo e da observação participante, valorizando os contextos simbólicos, os discursos e os modos de vida construídos socialmente.

Ao abordar a pesquisa etnográfica, destaco a importância de compreender profundamente as perspectivas dos membros da organização objeto do estudo. Isso compreende uma presença em campo com observação atenta e profunda. Em vez de buscar uma "visão do nativo" como um objeto a ser estudado, como tradicionalmente proposto, adoto a perspectiva de Restrepo (2018), que critica a colonialidade do saber e a autoridade etnográfica tradicional.

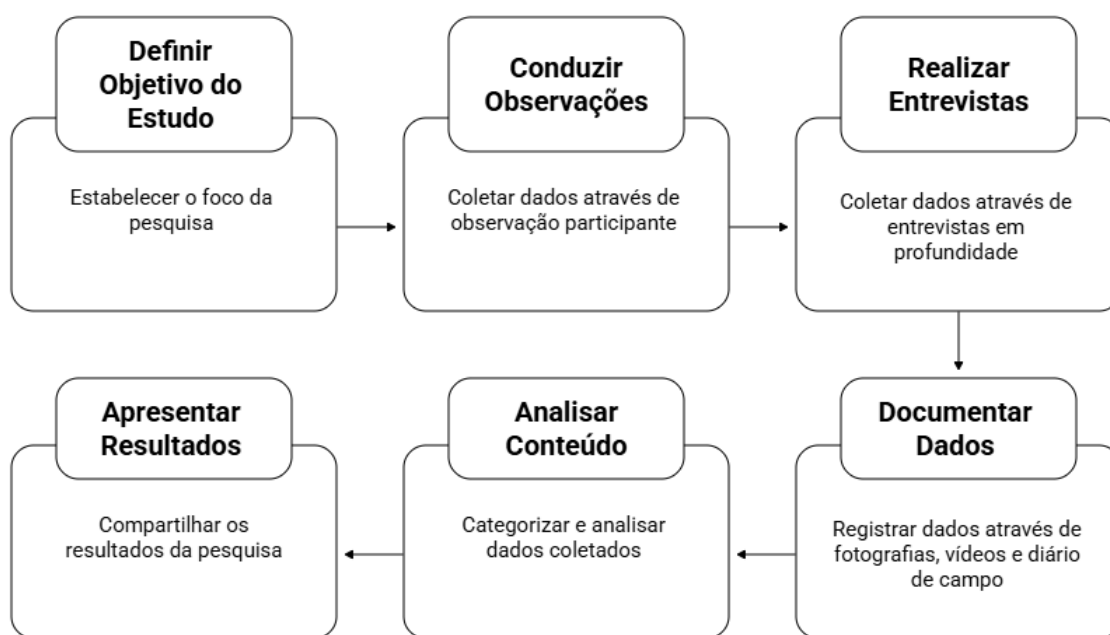
Para Restrepo (2018), a etnografia deve ser um exercício de descolonização das metodologias, buscando "antropologias de outra forma" que questionem as práticas acadêmicas e institucionais. Complementarmente, a abordagem de Fals-Borda (2010), orienta-me a um compromisso com a transformação social, valorizando o "conhecimento situado" e a participação ativa dos sujeitos na construção do saber (Fals-Borda, 2010). Assim, a pesquisa etnográfica apresenta-se como essencial para captar as nuances e significados que permeiam as práticas e vivências dos sujeitos investigados, a partir de uma postura reflexiva e engajada.

Nessa perspectiva, a etnografia que proponho transcende a mera descrição superficial, buscando uma compreensão que descolonize o olhar e valorize os saberes locais. Alinhado a Restrepo (2018), entendo que a prática etnográfica deve questionar os modelos colocados do saber, evitando a reprodução de hierarquias de conhecimento e promovendo "antropologias de outra forma" que reconheçam a pluralidade de epistemologias (Restrepo, 2018). Minha abordagem busca, portanto, uma interpretação que não apenas capte os sentidos culturalmente produzidos pelas ações humanas, mas que também se engaje ativamente com as realidades dos sujeitos pesquisados.

Segundo Cavedon (2003), a etnografia é compreendida como o levantamento da maior quantidade possível de dados sobre um determinado grupo, com o objetivo de entender e conhecer melhor seu modo de vida e sua cultura específica. Desse modo, a etnografia configura-se como um caminho metodológico importante para acessar a complexidade dos fenômenos sociais de forma contextualizada, relacional e simbólica, especialmente quando busco compreender como a cultura, a identidade e a resistência quilombola influenciam a organização do trabalho rural no quilombo Ibicuí da Armada, considerando as experiências, os saberes tradicionais e as formas coletivas de vida que estruturam os quilombos.

Dessa forma, apresento um delineamento cujo objetivo é exemplificar os procedimentos realizados ao longo da pesquisa, conforme ilustrado na Figura 2:

Figura 2 - Desenho da pesquisa



Fonte: Elaborada pelo autor (2026).

O quadro ilustra o percurso metodológico da pesquisa etnográfica no quilombo Ibicuí da Armada, no Pampa Gaúcho, destacando as etapas de definição dos objetivos, observação participante, realização de entrevistas e documentação dos dados. Essas etapas me permitem compreender, de forma contextualizada, como a cultura, a identidade e a resistência quilombola permeiam a organização do trabalho rural, cujos resultados são posteriormente analisados e compartilhados.

3.3 Coleta de Dados da Pesquisa

Minha história junto à comunidade quilombola do Ibicuí da Armada foi estabelecido desde meus antepassados. Minhas raízes de ancestralidade, tanto maternas quanto paternas, são do Ibicuí da Armada. Assim, desde criança eu ia passar as férias de janeiro no quilombo juntamente com minha avó materna, onde tinha contato com praticamente toda a minha família. Essas lembranças permeiam minha infância e adolescência.

Mais recentemente, nos últimos dois anos, passei a atuar junto ao quilombo como agente cultural. Nesse período, iniciei o mestrado e, durante a Semana da Consciência Negra de 2024, o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da UNIPAMPA, em Sant'Ana do Livramento, promoveu uma formação sobre o movimento negro. A partir dessa experiência, tomei a decisão de pensar a organização do quilombo como objeto de investigação. A partir daí, por meio de interlocução direta com a atual presidente, foi possível estabelecer o acesso ao quilombo para fins de realização da pesquisa.

Em uma etapa subsequente, minha inserção no campo ocorreu durante a rotina das atividades diárias do grupo, possibilitando a aproximação e a construção de vínculos com os membros quilombados de forma mais direta, bem como a participação no cotidiano do quilombo. Esse processo favoreceu a vivência junto à comunidade e possibilitou identificar como a cultura, a identidade e a resistência quilombola influenciam a organização do trabalho rural, elementos fundamentais para compreender as dinâmicas sociais e culturais que caracterizam o contexto investigado.

Essa abordagem inicial já se alinha a uma perspectiva que valoriza a construção de relações e a confiança mútua, em oposição a uma postura extrativista de pesquisa (Smith, 2012). Nesse sentido, os participantes entrevistados da pesquisa foram os membros da comunidade quilombola do Ibicuí da Armada, com ênfase naqueles que vivem na zona rural, ou seja, os que residem no quilombo situado no interior do município de Sant'Ana do Livramento (RS).

A escolha por esse grupo se justifica pelo fato de que, embora existam membros da comunidade que vivem no perímetro urbano, os quilombados na zona rural mantêm uma relação mais estreita com o território tradicional, preservando práticas culturais, modos de vida e formas de organização social fundamentais para a compreensão da dinâmica que busco analisar neste estudo. Reconheço a agência e o protagonismo desses participantes na construção do conhecimento, afastando-me da ideia de "informantes" e buscando uma colaboração genuína (Walsh, 2007).

Nessa perspectiva, os participantes não são meros objetos de estudo, mas cocriadores do conhecimento, cujas experiências e narrativas são centrais para a compreensão dos significados sociais que estruturam a vida coletiva. Em consonância com Smith (2012), entendi que a pesquisa foi um processo de escuta atenta, que respeitou a autodeterminação dos sujeitos e valorizou seus próprios modos de conhecer e interpretar o mundo. A pesquisa, portanto, buscou interpretar os significados que os próprios sujeitos construíram, reconhecendo sua agência e a complexidade de seus modos de vida, em um processo de diálogo de saberes que desafiou as hierarquias epistemológicas (Restrepo, 2018).

A investigação etnográfica, a partir de uma perspectiva que valoriza os saberes e as experiências produzidas nos próprios territórios, não busca a representatividade estatística, mas sim a profundidade interpretativa capaz de revelar os significados compartilhados e as estruturas simbólicas que orientam a vida social. Partindo dessa perspectiva, o quilombo em questão é composto por 65 famílias, das quais 38 vivem na zona rural. Dentre essas, selecionei 10 membros para a realização de entrevistas em profundidade. O critério de seleção priorizou indivíduos com maior tempo de pertencimento ao território, o que possibilita a reconstrução de narrativas históricas e coletivas relevantes para a pesquisa, em um processo que valoriza o "sentipensar" e a experiência vivida (Fals-Borda, 2010).

Como fonte fundamental, utilizei a observação participante. Minha condição de membro do quilombo investigado me permite ocupar diversos espaços de participação cotidiana, como as assembleias gerais, reuniões da diretoria e encontros com membros externos. Tal inserção favorece o aprofundamento da análise, ao possibilitar uma vivência ampliada das dinâmicas sociais, dos processos decisórios e das interações comunitárias, ampliando o alcance compreensivo da experiência etnográfica. Essa participação ativa e engajada se alinha à perspectiva de Fals-Borda (2010), que preconiza o papel do pesquisador como um "pesquisador-militante" comprometido com a transformação social, e à reflexividade proposta por Restrepo (2018) sobre a posição do pesquisador.

Utilizei ainda o diário de campo para registrar observações e reflexões no trabalho científico. Este instrumento é fundamental para a análise detalhada dos dados coletados, mas, sob uma perspectiva decolonial, ele se torna também um espaço de reflexão crítica sobre minhas próprias subjetividades e as intersubjetividades construídas no campo. Por meio desse registro sistemático, foi possível aprofundar a compreensão das experiências vivenciadas em campo, enriquecendo a análise dos fenômenos observados e contribuindo para uma pesquisa mais situada e engajada.

3.4 Pesquisa de Campo

A pesquisa etnográfica, conforme apresentado anteriormente, fundamenta-se na imersão sistemática no campo de estudo. No entanto, no meu caso, a relação com o quilombo Ibicuí da Armada antecede a própria pesquisa. Assim, quando iniciei esta investigação, eu não estava me aproximando de um espaço desconhecido, mas retomando uma relação que já fazia parte da minha trajetória pessoal e familiar. Essa condição exigiu de mim um exercício constante de reflexão sobre minha posição no campo, buscando conduzir a pesquisa de forma respeitosa, cuidadosa e comprometida com as pessoas e com o território que me acolheram ao longo da vida.

O planejamento mais sistemático do trabalho de campo foi organizado no primeiro semestre de 2025. A entrada em campo, enquanto etapa estruturada da pesquisa, ocorreu em junho de 2025. Nesse momento, passei a acompanhar de forma mais intencional as atividades e os encontros cotidianos do quilombo, procurando escutar, observar e aprender com as experiências compartilhadas pelos membros da comunidade. Minha presença no campo foi orientada pelo entendimento de que produzir conhecimento exige tempo, convivência e, sobretudo, relações construídas com base no respeito e na confiança.

Minha permanência em campo estendeu-se de junho a novembro de 2025. Durante esse período, participei de atividades do cotidiano e intensifiquei minha convivência com os membros quilombados, o que me permitiu compreender, a partir da experiência compartilhada, aspectos importantes das formas de organização do trabalho, da vida coletiva e das práticas culturais presentes no quilombo. Procurei conduzir essa convivência a partir de uma postura de escuta e diálogo, reconhecendo que o conhecimento produzido nesta pesquisa não é resultado apenas da minha observação, mas também das trocas, das conversas e das aprendizagens construídas junto à comunidade. Nesse sentido, minha relação prévia com o território facilitou o acesso e o estabelecimento de vínculos, mas também me convocou a assumir uma postura ética de responsabilidade com as narrativas e experiências que me foram confiadas ao longo do processo de pesquisa.

Com vistas ao cumprimento dos objetivos delineados neste estudo, procedi conforme as etapas dispostas no Quadro 4, que detalha o percurso metodológico adotado para a coleta e análise dos dados.

Quadro 4 - Passo a passo da coleta e análise de dados

MÉTODO ETNOGRÁFICO		
Objetivos	Instrumento de coleta dos dados	Análise dos Dados
a) Caracterizar o processo de Aquilombamento no Quilombo Ibicuí da Armada no Pampa Gaúcho;	Entrevistas em profundidade com os membros aquilombados da comunidade quilombola Ibicuí da Armada e fotografias	Interpretação situada e engajada
b) Identificar as estratégias utilizadas pelos membros do Quilombo do Ibicuí da Armada para lidar com as práticas culturais, as identidades e a resistência quilombola no contexto do trabalho	Observação participante, entrevistas em profundidade com os membros aquilombados da comunidade quilombola Ibicuí da Armada e fotografias	Interpretação situada e engajada
c) Investigar como se dão os modos de organização do trabalho rural entre os membros do Quilombo do Ibicuí da Armada.	Foram utilizadas a observação participante e entrevistas em profundidade com membros aquilombados da comunidade quilombola Ibicuí da Armada e fotografias	Interpretação situada e engajada

Fonte: Elaborada pelo autor (2026).

Ressalto que todas as etapas realizadas durante o trabalho de campo foram devidamente registradas por meio de fotografias, reforçando a abordagem metodológica adotada nesta pesquisa. Conforme aponta Achutti (1997), a utilização da fotografia em pesquisas etnográficas ultrapassa o caráter meramente ilustrativo, configurando-se como um recurso fundamental para a produção e o aprofundamento do conhecimento. Nesse sentido, utilizei as imagens como parte do processo de observação e registro do campo. As fotografias capturadas contribuíram para ampliar e densificar as descrições da realidade social investigada, permitindo registrar nuances do cotidiano da comunidade que, por vezes, escapam ao relato escrito.

3.5 Entrevista em Profundidade

Neste estudo, utilizei entrevistas em profundidade como uma das principais técnicas de registro e compreensão das experiências vividas no quilombo Ibicuí da Armada. Optei por um formato aberto de entrevista, no qual convidei os participantes a falar livremente sobre suas vivências, memórias e percepções sobre o trabalho e a vida no quilombo. Essa forma de escuta permitiu que as narrativas emergissem a partir das próprias experiências dos membros da comunidade, valorizando suas formas próprias de narrar e compreender o mundo. Nesse sentido, busquei conduzir as conversas a partir de uma postura de sentipensar, reconhecendo que conhecer a realidade envolve não apenas a dimensão racional, mas também os afetos, as

memórias e as experiências vividas no território, perspectiva associada às reflexões de (Fals-Borda, 2010).

As entrevistas foram realizadas durante o período de trabalho de campo, nos dias 20 e 21 de novembro de 2025, momento em que intensifiquei minha presença no território e realizei conversas individuais com os participantes entrevistados. Ao todo, conduzi dez entrevistas, sendo seis com mulheres e quatro com homens. A maior participação de mulheres ocorreu porque, nesse período, muitos homens estavam envolvidos em atividades de trabalho nas estâncias da região, o que limitou sua disponibilidade para participar das conversas.

Ao longo desse processo, procurei registrar as narrativas a partir da convivência e da escuta atenta das experiências compartilhadas, entendendo a etnografia como um modo de compreender as práticas sociais a partir da perspectiva das próprias pessoas que vivem aquela realidade, conforme discutido por Restrepo (2018). Dessa forma, as entrevistas contribuíram para aprofundar a compreensão das dinâmicas de trabalho, das relações comunitárias e dos sentidos atribuídos à vida coletiva no quilombo Ibicuí da Armada.

Para preservar a identidade dos participantes entrevistados, foram utilizados nomes fictícios nesse sentido utilizei nomes de África . O Quadro 5 apresenta o percurso metodológico de coleta de dados por meio das entrevistas, detalhando informações sobre os entrevistados, gênero, idade e suas respectivas ocupações.

Quadro 5 - Perfil dos entrevistados

Entrevistado	Gênero	Idade	Ocupação
Ganga Zumba	Homem	72	Peão Campeiro
Amari	Homem	44	Apicultor
Malê	Homem	75	Pecuarista familiar
Zumbi	Homem	69	Pecuarista familiar
Benguela	Mulher	64	Dona de Casa
Quitéria	Mulher	47	Dona de casa e diarista
Aicha	Mulher	32	Dona de casa e diarista
Aylla	Mulher	60	Dona de Casa
Imani	Mulher	76	Dona de casa
Alika	Mulher	77	Dona de casa

Fonte: Elaborado pelo autor (2026)

O Quadro 5 detalha o perfil dos integrantes do quilombo Ibicuí da Armada, evidenciando aspectos como idade, gênero, geração e ocupação, além de outros elementos que enriquecem a compreensão sobre a composição social da comunidade.

A diversidade de idades entre os participantes, que varia de 32 a 77 anos, permitiu observar a presença de diferentes gerações no quilombo, evidenciando como saberes, práticas de trabalho e experiências de vida são compartilhados entre os mais velhos e os mais jovens.

A presença significativa de mulheres entre as entrevistadas também revela sua centralidade no cotidiano da comunidade, tanto na organização da vida doméstica quanto nas estratégias de trabalho e cuidado que sustentam a vida no território.

Assim, ao reunir informações sobre gênero, idade e ocupação, o quadro contribui para compreender a composição social dos participantes da pesquisa e as diferentes formas de trabalho e organização presentes no quilombo Ibicuí da Armada, elementos fundamentais para a interpretação das narrativas e das experiências compartilhadas durante o trabalho de campo.

3.6 A observação Participante

Cavedon (2003) traz observação participante como técnica através da qual é possível obter dados com profundidade necessária para elaboração do texto etnográfico. No contexto desta pesquisa, utilizei a observação participante como uma técnica fundamental para captar nuances do cotidiano da comunidade, como o modo de organização das atividades produtivas, o uso do espaço comunitário, os valores transmitidos às gerações mais jovens e as formas de negociação coletiva que permeiam decisões importantes. Por meio dessa convivência no campo, também pude perceber a presença de símbolos culturais, como a música, a oralidade e determinados rituais, que fortalecem o sentimento de pertencimento e a continuidade da comunidade quilombola Ibicuí da Armada.

Com o intuito de aprofundar meu entendimento sobre as práticas culturais e organizacionais dos membros do quilombo Ibicuí da Armada, iniciei o processo de observação participante durante o período de imersão no campo. Nesse tempo, acompanhei diversas atividades cotidianas da comunidade, como reuniões comunitárias, seminários e encontros de auto-organização, buscando compreender tanto os modos de organização coletiva quanto as dinâmicas presentes nas rotinas locais. Todas essas experiências foram registradas em um diário de campo, que serviu como instrumento para sistematizar as observações realizadas ao longo da pesquisa.

Para sintetizar os principais aspectos que fundamentaram a construção metodológica desta pesquisa, apresento, a seguir, o Quadro 6, que reúne de forma organizada os elementos essenciais observados durante o trabalho de campo e que contribuíram para a elaboração do percurso investigativo.

Quadro 6 – Registro das situações observadas no quilombo Ibicuí da Armada

Data	Situação Observada	Vivência / Descrição Sintética
08/06/2025	Encerramento do projeto Conexões Quilombolas	Lógica comunitária na produção e compartilhamento; diálogo que evidencia solidariedade.
08/08/2025	Atividade Conexão Ancestral	Relatos históricos; comercialização local; organização coletiva de memorial.
17/10/2025	Reunião da plataforma de territórios tradicionais	Aut organização comunitária; registro audiovisual; elaboração de ofício ao INCRA.
05/11/2025	Construção de cartografia social	Desenhos do passado e presente; desaparecimento de nascentes; impactos da soja.
20 e 21/11/2025	Imersão de dois dias no quilombo	Rotina dos membros do quilombo, observação dos modos de organização do trabalho e realização de entrevistas.

Fonte: Elaborado pelo autor (2026)

No Quadro 6, apresento uma síntese das principais atividades e experiências de campo realizadas ao longo da pesquisa, destacando momentos que foram fundamentais para minha compreensão da realidade do quilombo Ibicuí da Armada. Nesse quadro, registro experiências como reuniões comunitárias, atividades de construção de cartografia social e períodos de imersão no quilombo, cada uma delas contribuindo de maneira significativa para o entendimento das dinâmicas locais.

A vivência no campo foi extremamente importante para o desenvolvimento desta pesquisa, pois me permitiu observar diretamente os modos de organização, trabalho e resistência presentes na comunidade. Essa aproximação possibilitou não apenas o registro audiovisual e documental das práticas cotidianas, mas também o contato próximo com os saberes, as memórias e as experiências compartilhadas pelos membros aquilombados do Ibicuí da Armada.

A partir dessa convivência, pude compreender com maior profundidade aspectos sociais, culturais e territoriais que atravessam a vida no quilombo. Assim, a experiência de campo foi decisiva para consolidar as análises da pesquisa, pois proporcionou dados ricos e situados, fundamentais para a interpretação do material coletado e para o aprofundamento teórico do estudo.

3.7 A Análise dos Dados

As informações reunidas neste estudo foram analisadas sob a ótica de uma interpretação situada e engajada, que busca romper com a neutralidade distante e valorizar a pluralidade de saberes presentes no território. Para tanto, fundamentei meu processo analítico na perspectiva do sentipensar, proposta por Fals-Borda (2010), que orienta a integração entre a razão e o sentimento, reconhecendo que o conhecimento não é apenas um esforço intelectual, mas uma vivência compartilhada que emerge da empatia e do compromisso ético com os sujeitos da pesquisa.

Nessa perspectiva, a análise transcende a mera organização técnica de dados, configurando-se como um exercício de escuta profunda e de reconhecimento das subjetividades. Como Restrepo (2018), a prática investigativa deve ser um ato reflexivo que questiona as hierarquias de saber e busca "antropologias de outra forma", onde o pesquisador se reconhece como parte integrante do fluxo social e não como um observador externo. Essa abordagem permitiu-me desvendar os sentidos que os próprios indivíduos atribuem às suas práticas, respeitando a integridade de suas visões de mundo e evitando a imposição de categorias universais que silenciam as particularidades locais.

Meu processo de análise seguiu etapas interligadas e reflexivas, inspiradas por uma postura de abertura ao outro e de valorização das epistemologias do Sul (Meneses; Vasile, 2014). O percurso metodológico foi estruturado da seguinte forma:

a) **Imersão e Vivência Orgânica:** A partir da minha inserção no cotidiano do quilombo, busquei uma aproximação que não se limitasse ao registro de eventos, mas que permitisse vivenciar as dinâmicas comunitárias. Essa etapa foi marcada pelo que Erramuspe (2014) descreve como a superação da dicotomia entre sujeito e objeto, onde a pesquisa se torna um espaço de interculturalidade e de reconhecimento de saberes alternativos.

b) **Registro Reflexivo e Sistematização:** Em um diário de campo, registrei não apenas os diálogos e observações, mas também as minhas próprias impressões e sentimentos despertados pelo campo. Esse registro sistemático permitiu transformar as vivências em narrativas contextualizadas, captando as nuances e as "piscadelas" culturais que revelam as formas de resistência e organização social.

c) **Construção Dialógica de Significados:** Na fase final, realizei a interpretação dos resultados buscando um diálogo constante entre os achados empíricos e o referencial teórico. Em vez de uma análise extrativista, busquei o que Duarte (2014) denomina como o papel do

"pesquisador comunitário", capaz de construir provas e argumentos a partir da realidade local, fortalecendo a mobilização social e a valorização das identidades tradicionais.

Ao conduzir a apreciação dos dados, mantive um compromisso com a reflexividade, reconhecendo que minha própria história e posição no quilombo são fios condutores na construção deste conhecimento. A análise, portanto, não buscou uma verdade absoluta, mas uma compreensão profunda e situada, cujos passos metodológicos estão detalhados no Quadro 7 a seguir.

Quadro 7 - Procedimentos e análise dos dados da pesquisa

Categorias de Dados	Descrição da Análise
Fotografias	Esse material permitiu identificar expressões simbólicas e práticas culturais que revelam as formas de organização do trabalho, a resistência e o pertencimento quilombola. As imagens mais significativas foram incorporadas ao corpo do texto, como forma de ilustrar visualmente as dinâmicas da vida no Quilombo Ibicuí da Armada.
Entrevistas	As entrevistas permitiram identificar expressões simbólicas e práticas culturais que revelam as formas de organização do trabalho, bem como elementos de resistência e pertencimento quilombola. As entrevistas foram transcritas e codificadas, e aquelas mais aderentes aos objetivos da pesquisa foram incorporadas à análise.
Observações Participantes e Diário de Campo	As observações participantes, realizadas ao longo da imersão etnográfica, constituíram o núcleo interpretativo da pesquisa. As anotações diárias foram sistematizadas no diário de campo e posteriormente categorizadas conforme os eixos de análise: cultura, identidade e resistência quilombola. Esse processo, de natureza reflexiva e interpretativa, buscou compreender como os modos de trabalho e as práticas cotidianas se articulam às dimensões históricas e coletivas do quilombo.

Fonte: Elaborado pelo autor (2026)

O Quadro 7 apresenta a sistematização dos procedimentos de tratamento e análise dos dados, evidenciando a integração entre distintas fontes de informação. Fotografias, entrevistas e registros oriundos das observações participantes foram articulados de modo complementar, permitindo revelar expressões simbólicas, práticas culturais e dinâmicas organizacionais próprias do quilombo.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo, concentro-me à análise e discussão dos resultados, buscando compreender as complexas dinâmicas da organização do trabalho rural no quilombo Ibicuí da Armada, situado no Pampa Gaúcho. Para tanto, integrei diversas fontes de evidência: as fotografias que coletei durante o trabalho de campo, as entrevistas que realizei com os membros da comunidade, as observações participantes que registrei e as anotações em meu diário de campo. A partir desse entrelaçamento de informações, pude analisar de que maneira as práticas culturais e os processos de resistência não apenas moldam, mas também fortalecem as formas de organização do trabalho rural neste quilombo. Além das questões já mencionadas, o meu foco específico recai sobre as dinâmicas do trabalho rural, um elemento que considero central para a compreensão profunda da vida quilombola.

Assim, apresento aqui os diferentes métodos de coleta de dados que utilizei na pesquisa, que juntos compõem o caso de análise deste estudo. Ao revisitar o que observei durante a imersão etnográfica, os registros visuais e as narrativas dos participantes, percebi a profundidade das dinâmicas do território quilombola e a força dos elementos de pertencimento e resistência presentes na comunidade.

Este capítulo, portanto, desdobra-se para apresentar os principais aspectos da vida no quilombo Ibicuí da Armada. Início com a caracterização do processo de quilombamento, destacando os vínculos, a identidade coletiva e o profundo pertencimento ao território. Em seguida, abordarei as estratégias culturais, identitárias e de resistência que a comunidade adota diante dos desafios cotidianos. Por fim, investigo os modos de organização do trabalho rural, evidenciando os elementos de identidade e resistência que observei nos registros e relatos etnográficos, com uma ênfase especial nas práticas de trabalho como eixo essencial das relações comunitárias.

Nesse sentido, a primeira seção deste capítulo começa com uma abordagem histórica do quilombo Ibicuí da Armada, ressaltando as narrativas de origem que fundamentam a identidade coletiva da comunidade. Exploro aspectos que evidenciam a relação profunda com a terra, um elemento que considero central tanto para a construção identitária quanto para a dinâmica produtiva local.

4.1 Aquilombar é Existir: Raízes, Território e Vínculos no Quilombo Ibicuí da Armada

Nesta seção, dedico-me a compreender que o processo de aquilombamento no quilombo Ibicuí da Armada constitui a base organizadora das relações sociais, produtivas e simbólicas da comunidade. Entendemos esse movimento, o aquilombar-se, como um conjunto de práticas e de construção coletiva, enraizado em territorialidades, memórias e no cotidiano. O aquilombamento surge, assim, como um elemento fundamental para nossa compreensão tanto das formas de vida em comunidade quanto das dinâmicas do trabalho rural.

4.1.1. Raízes da Sustentação: História, Memória e Território

Percebemos, no Quilombo Ibicuí da Armada, que o reconhecimento, enquanto processo histórico de aquilombamento, não ocorre de forma dada ou imediata, mas se constitui a partir de um movimento contínuo de encontro e reconexão com a própria história do quilombo e da região em que este se encontra situado. Ele surge como um processo de construção de identidade. Nesse sentido, Nascimento (2018) nos revela, e percebi isso no Ibicuí da Armada, o aquilombamento como uma tática de resistência e organização social, usando saberes ancestrais como instrumentos para garantir a sobrevivência e lutar por direitos. Só a partir dessa compreensão entendemos o sentido fundamental de descrever o processo de aquilombamento no quilombo Ibicuí da Armada para entender o funcionamento do trabalho rural e sua organização.

Nascimento (2018) compreende o processo de aquilombamento como um acontecimento que transcende a dimensão territorial, configurando-se como um grande engendramento e um encontro identitário com a ancestralidade, como podemos perceber na fala do entrevistado Amari: "sei da história dos escravos, de tudo que aconteceu, mas até então a gente não se envolvia tanto, então através de palestra e coisa tu escuta muita coisa que às vezes tu fica pensando pô isso aí acontece até hoje né". Na fala do entrevistado, percebemos que o processo de aquilombamento se manifesta tanto pelo contato com a história do período de escravização quanto pela organização interna do quilombo. Desse modo, é possível identificar, ainda hoje, reflexos desse passado nas práticas cotidianas.

As observações participantes realizadas durante o trabalho de campo reforçam essa percepção, pois evidenciaram como os encontros promovidos pela associação e o modo legal de organização do quilombo fomentam o compartilhamento de memórias e saberes entre diferentes gerações sobre a própria história. Nisso, percebo a construção identitária. Assim, a associação quilombola emerge como um espaço de aquilombamento, de encontros e de

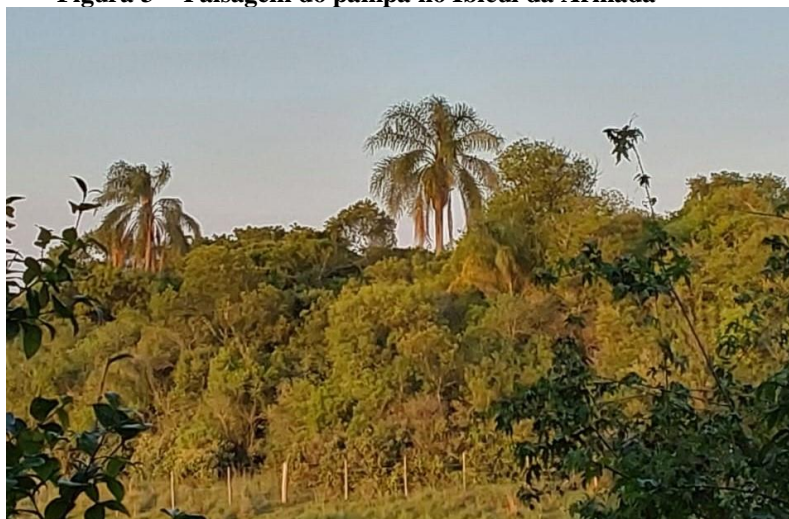
formação sobre o que constitui o quilombo em sua historicidade, reafirmando o papel central das experiências vividas e compartilhadas na manutenção da memória e da resistência comunitária.

A fala do entrevistado e as observações feitas em campo nos remetem a Munanga (1996), quando percebemos que o significado de quilombo transcende a mera localização física, representando a luta pela liberdade e a organização comunitária. No quilombo Ibicuí da Armada, observamos que o resgate da história emerge como um processo organizativo através de uma associação e de reencontro com a própria história.

O processo de aquilombamento e de aquilombar-se no quilombo Ibicuí da Armada provém de um resgate das raízes ancestrais. Nesse sentido, Costa (2016) nos ajuda a entender que a ancestralidade do quilombo está vinculada à família Vaqueiro, sendo o registro mais antigo o de Manoel Vicente Vaqueiro, datado do início dos anos 1800. Descendente de pessoas escravizadas, Manoel Vicente teria vivido na região e sido adotado por uma família branca, que lhe atribuiu o sobrenome. Durante o trabalho de campo, em conversas com os membros da comunidade, essa narrativa é confirmada como o marco inicial do reconhecimento da região como território de remanescentes de quilombo.

Para ilustrar a relação entre o quilombo e a região que o abriga, a Figura 3 apresenta uma perspectiva do Pampa observada a partir da própria comunidade. A imagem evidencia não apenas a paisagem natural que acolhe o quilombo, mas também simboliza um espaço de vivências, memórias e resistência que sustenta a identidade coletiva de seus moradores. A visualização do Pampa permite situar a forma como o território é apropriado, vivido e ressignificado no cotidiano, reafirmando o vínculo histórico e afetivo que fundamenta o processo de aquilombamento.

Figura 3 - Paisagem do pampa no Ibicui da Armada



Fonte: Autor (2026)

Os resultados que observei ao longo do trabalho de campo demonstram a relevância da região em todo o processo de reconhecimento da comunidade. Percebi que a organização formal, enquanto associação de remanescentes de quilombo, teve início em 2002, quando a comunidade começou a se reunir sistematicamente com o propósito de desencadear o processo de reconhecimento do território. Esse movimento organizativo, que acompanhei de perto, expressa a construção coletiva de uma identidade quilombola e a articulação política em torno da luta pelo direito à terra, como evidencia a fala do entrevistado Malê:

Quando começou, iniciou aqui, há mais de 20 anos. Quando iniciou, o primeiro que iniciaram foi chamado, começou pela Emater; quando começou a se falar em quilombola, e aí quem participou, as primeiras pessoas que saiu, foi a Zilma Vaqueiro e a dona Jussara, que foram até Bagé, e lá foi falado da nossa região ser quilombola.

O que captamos da fala do entrevistado é um movimento de aquilombamento contínuo que, percebemos, teve início há mais de vinte anos e não se encerra no presente. Ele é construído no cotidiano da comunidade e emerge de uma mobilidade onde duas mulheres deste quilombo se deslocam a outro, e desse encontro surge a possibilidade de um reconhecer-se quilombola a partir do território.

Observa-se, a partir da fala de Malê, dos registros do diário de campo realizados durante o trabalho e dos resultados apresentados por Hander e Duarte (2019) e Moreira (2022), a relevância da atuação da Emater/RS-Ascar (Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural) no processo organizativo da comunidade quilombola. Trata-se de uma instituição civil sem fins lucrativos, com papel central no desenvolvimento da agricultura familiar e do meio rural no Rio Grande do Sul, cuja atuação, por meio da assistência técnica e social, contribuiu de forma significativa para o apoio ao quilombo no processo de reconhecimento institucional junto à Fundação Cultural Palmares.

Esse processo de construção do conhecimento e de fortalecimento identitário, que percebemos ser contínuo, também se manifesta na fala da entrevistada Imani, quando questionada sobre o significado de ser quilombola:

Olha, é um, é uma, é uma lembrança, é um, como é que eu posso te dizer, é algo dos nossos antepassados ali que passaram toda a dificuldade que eles tiveram. E hoje a gente, através de entrevista, de livros, de histórias que muitos ainda, muitos assim do pessoal que está lá, lembra de um de um avô de um bisavô que contava a história, claro que a nossa geração, tanto de

meus tios quanto da minha, não passou por isso, mas eles, eles, os mais velhos, tem um pouco daquela história que era contado pelo avô, pelo bisavô, alguma coisa assim.

Os resultados a que encontramos dialogam diretamente com os achados de Santos (2023), pois, ao longo de minha vivência no campo, compreendi o quilombamento como um processo de convocação à apropriação da ancestralidade, onde reconhecer-me enquanto sujeito quilombola o “ver-me” e ser quilombola, tornou-se central. Essa percepção foi reiterada na observação participante, pois, durante as reuniões comunitárias e conversas informais, percebi que recorremos com frequência às histórias dos nossos antepassados para reafirmar a nossa identidade e fortalecer o sentimento de pertencimento coletivo.

Nesse sentido, Imani partilhou comigo que esse processo ocorre tanto através dos livros quanto da oralidade ancestral, evidenciando, assim, a importância do registo dessas narrativas como estratégia fundamental para manter viva a memória quilombola. Nos registos do diário de campo, observei que a construção do que é ser quilombola se fortalece a cada novo encontro, sobretudo nas reuniões, e ainda mais com a presença dos mais velhos, permitindo-nos um contacto mais profundo com a nossa própria história.

A partir desta perspectiva, reconheço que a memória adquire respaldo legal no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988, que assegura aos remanescentes das comunidades quilombolas o direito à propriedade definitiva das terras tradicionalmente ocupadas. O reconhecimento da comunidade quilombola do Ibicuí da Armada, vivenciado por mim e pelos meus, ocorreu em 2009, através da Fundação Cultural Palmares. Destaco que esse reconhecimento diz respeito à existência de remanescentes de quilombo na região, não implicando, ainda, a titulação das terras. Esse movimento esteve intrinsecamente articulado com o processo organizativo de afirmação da nossa ancestralidade e do nosso pertencimento territorial.

Assim, Souto (2021) argumenta que o quilombamento vai além do resgate da memória histórica, constituindo-se como uma estratégia de organização social dinâmica, capaz de se adaptar às diferentes realidades enfrentadas pela população negra ao longo do tempo. Como me relatou Malê ao partilhar o significado de ser quilombola: “então essa descendência eu tenho a impressão de que assim para mim é uma vitória muito grande se nós conseguirmos o direito que nós temos”. Na fala dele, vejo que ser quilombola se transforma em garantia de acesso, uma verdadeira “vitória”: reconhecer-me e ser reconhecido é, para nós, uma forma de aceder a um lugar de segurança e dignidade.

Nas anotações do meu diário de campo, ficou evidente que, no caso do Ibicuí da Armada, o reconhecimento jurídico impulsionou novas formas de organização coletiva. Ouvi nos relatos que, antes da construção da sede, realizávamos as reuniões nas casas da comunidade, cada dia num lugar diferente, o que fortalecia a identidade quilombola e sustentava práticas sociais e políticas no nosso território. Assim, constatei que o processo de reconhecimento e organização política do quilombo Ibicuí da Armada assenta numa dinâmica histórica e social marcada pela valorização da ancestralidade, do território e da coletividade. A construção da nossa identidade e a luta pelo direito à terra revelam a resiliência e a capacidade de articulação da comunidade perante os desafios impostos pelo contexto histórico e institucional.

Deste modo, ao compreender o quilombamento enquanto estratégia de resistência e de afirmação cultural, abro caminho para analisar as experiências cotidianas de pertencimento, que estruturam e renovam, dia após dia, o sentido de ser quilombola no Ibicuí da Armada.

4.1.2 Ser do Ibicuí: A Fabricação Cotidiana do Pertencimento

Percebo que o sentimento de pertencimento ao quilombo Ibicuí da Armada é construído e reafirmado diariamente por meio das experiências vividas, das memórias que partilham e da transmissão dos saberes ancestrais entre as gerações. Considero que essas práticas cotidianas são fundamentais para fortalecer a identidade coletiva e manter viva a tradição quilombola, tornando o território não apenas um espaço físico, mas também um lugar simbólico de resistência, memória e continuidade cultural.

No documentário "Ôrí" (1989), Nascimento destaca que o significado de quilombo transcende a ideia de um espaço geográfico, assumindo a forma de um contínuo cultural e político. Nesse sentido, o quilombamento é entendido como uma estratégia contemporânea de resistência e organização social, onde os conhecimentos ancestrais são empregados como instrumentos fundamentais para a sobrevivência e a luta por direitos (Nascimento, 2018). Observamos, a partir dos relatos e práticas cotidianas no quilombo, a presença marcante dos saberes transmitidos pelos mais velhos, evidenciada, por exemplo, nas memórias de infância compartilhadas na entrevista de Amari:

Então as brincadeiras eram, como se diz, aquela brincadeira raiz. Tu brincava com, fazia mangureira de gado no chão ali com uns pedacinhos de pau, fazia as manguieras, o sabugo era uma vaca, era um boi, entendeu?

Brincava de correr carreira, montado numa taquara. Sim, tinha essas brincadeiras, as brincadeiras assim de se esconder, pega, pega, isso e aquilo, futebol.

A fala do Amari evidencia a relação direta entre o cotidiano do quilombo Ibicuí da Armada, o território no qual a comunidade está inserida e as práticas culturais que estruturam a vida social local. Essa relação revela que o território do Pampa Gaúcho não constitui apenas um espaço físico, mas um elemento central, no qual as brincadeiras são transmitidas a partir das vivências das crianças em contato com o trabalho e os saberes dos mais velhos.

Os registros produzidos durante a observação participante indicam que essa forte relação, construída durante as atividades, permite perceber como as lembranças conectam os membros do quilombo. Sempre há alguém com uma história de infância que estabelece vínculos e faz com que eles sejam revividos, apesar da rotina de atividades e de trabalho.

Esses dados corroboram a perspectiva de Mazurana, Dias e Laureano (2016), ao destacarem que diversas comunidades quilombolas estão situadas no bioma Pampa, tanto em contextos rurais quanto urbanos. Esses elementos reforçam que as práticas cotidianas observadas no Ibicuí da Armada são atravessadas por heranças históricas que seguem estruturando a organização social e cultural do quilombo.

No contexto observado, captar as vivências culturais no quilombo, bem como a presença da cultura local, conforme se pode observar na fala de Benguela: “de domingo se juntavam tudo. Morava a guria e rapaz aqui. Aí faziam aqueles bailezinhos na hora, só tinha que ir ali”. A partir do relato da entrevistada e da observação participante, identificamos o que Moura (2020) define como o movimento de estar em comunidade. Nesse sentido, as reuniões familiares e as práticas culturais relatadas reforçam o pertencimento cultural e contribuem para o processo de aquilombamento, por meio da reprodução e ressignificação das práticas culturais próprias da região.

Destaco, ainda, o processo de observação que realizei durante a atividade “Conexão Ancestral”, ocorrida em 08 de agosto de 2025, no âmbito do 9º Festival Binacional de Enogastronomia. A atividade contou com a presença de membros da comunidade quilombola do Ibicuí da Armada e de participantes do festival que se deslocaram até o território com o objetivo de conhecer o quilombo. Esse momento, segundo as palavras da presidenta, representou uma oportunidade importante de compartilhamento de histórias, saberes e vivências, além de possibilitar que os visitantes tivessem contato direto com os objetos e as memórias que compõem o cotidiano e a identidade do quilombo Ibicuí da Armada, conforme ilustrado na figura 4 a seguir.

Figura 4 - Objetos e memórias do quilombo Ibicui da Armada



Fonte: Autor (2026)

Nesse evento, cada um dos membros da comunidade foi convidado a trazer um elemento que remetesse à ancestralidade da comunidade, em uma espécie de “museu”. As espas são utilizadas porque, em um diálogo durante o campo, os membros do quilombo frisaram que não gostariam de chamar o espaço de museu, em uma tentativa de romper com a lógica colonial e pensar em um nome que remetesse ao povo negro e quilombola. Nisso, percebo um empoderamento do quilombo sobre a construção e os significados de sua história.

Esses momentos reforçam a ideia de coletivo dentro do quilombo e a importância do processo organizativo enquanto associação, como podemos perceber na fala da Benguela: "que às vezes, primeiro a gente quase nem se via, depois ficou tudo dispersado, parentes nem se via, né. Agora juntou tudo que a gente está se vendo de volta, se conhecendo de volta. A gente parecia desconhecido". Na fala, o estar em grupo fortalece o reconhecer-se na coletividade, evidenciando a importância da convivência para o aquilombar-se. Observo, em seu relato, que pareciam desconhecidos, indicando que o simples fato de estar no mesmo território não garante, por si só, o pertencimento e o aquilombamento.

As observações feitas durante a atividade e a fala da entrevistada corroboram Almeida (2011), ao afirmar que cada grupo social possui uma trajetória histórica própria, por meio da qual legitima sua condição e constrói sua identidade coletiva. No contexto observado, os

relatos dos membros do quilombo e as observações realizadas demonstram o processo histórico de formação do quilombo e o aquilombamento como um movimento contínuo de organização social e de fortalecimento dos vínculos comunitários.

Assim, percebemos que a valorização das vivências, memórias e práticas culturais no quilombo Ibicuí da Armada é fundamental para fortalecer a identidade coletiva e promover a conexão social, refletindo processos históricos de resistência e pertencimento. Ao final deste tópico, considero importante destacar que, a partir desse entendimento, poderei compreender mais profundamente como o aquilombamento se manifesta enquanto ação política, aspecto que será abordado no próximo tópico.

4.1.3 Quando o Coletivo se Faz Corpo: Aquilombamento como Ação Política

O aquilombamento no Ibicuí da Armada engendra-se como uma forma ativa e contínua de resistência, na medida em que expressa estratégias históricas de enfrentamento às desigualdades, à expropriação territorial e às formas de subalternização impostas à população quilombola. Nesta perspectiva, Moura (2020, p. 55) contribui para a minha compreensão de como os quilombos se organizavam:

Eles não eram um simples aglomerado amorfo sem que seus membros tivessem papéis específicos a desempenhar. Isso não ocorria. Quando os quilombos se consideravam já estabilizados, organizavam tipos de governo que determinavam a harmonia da comunidade e eram responsáveis por ela.

Nesse contexto, a coletividade, materializada por meio da organização política comunitária, assume papel central, articulando práticas de solidariedade, pertencimento e defesa do território. Percebo essa participação na fala de Ganga Zumba “como eu digo, eu sempre fui assim, desde que surgiu que montaram a diretoria, eu sempre fui alguma coisa, sempre tive a função de alguma coisa”. Na narrativa do entrevistado, posso captar o caráter coletivo e o senso de pertencimento, uma vez que, ao assumir uma responsabilidade, o membro passa a se tornar importante dentro da lógica de trabalho voltada para o quilombo.

Pude observar o modo de organização política na atividade: Reunião sobre a plataforma de territórios tradicionais que aconteceu no dia 17 de novembro de 2025 na sede do quilombo que teve como propósito debater a questão do território. Sobre o tema, o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal do Brasil (Brasil, 2001) garante aos remanescentes das comunidades dos quilombos a

propriedade definitiva das terras que habitam, cabendo ao Estado emitir-lhes os respectivos títulos. Pude observar essa organização política acontecendo na atividade.

A atividade constituiu-se como um espaço de diálogo e reflexão coletiva entre lideranças comunitárias e moradores, voltado à problematização da autodeclaração enquanto instrumento estratégico de autonomia, visibilidade social e fortalecimento político dos povos e comunidades tradicionais. Nesse sentido, Alika fala da importância da titulação das terras para permanência no quilombo:

Eu quero que essas terras sejam intituladas. Eu quero que a comunidade persista e eu não quero mais que as terras dos antepassados sejam vendidas. Eu quero que quem queira voltar para a comunidade, que volte, que incentive e que ajude a melhorar.

A fala da entrevistada enfatiza a titulação das terras como condição indispensável para a volta de pessoas que deixaram o território e a permanência no território e para a valorização da ancestralidade quilombola, evidenciando a importância do direito territorial na reprodução social dessas comunidades. Para tal compreensão encontro respaldo no ordenamento jurídico brasileiro, uma vez que o Decreto nº 8.593/2015 estabelece os procedimentos para a titulação das terras quilombolas, definindo prazos e atribuições aos órgãos responsáveis pelo processo. Embora a normativa tenha como objetivo a agilização da titulação, diversos estudos e relatos apontam para mim as limitações em sua efetivação prática, o que revela tensões entre o reconhecimento legal e a concretização dos direitos territoriais (Brasil, 2015).

Nesse contexto, a realização do evento promovido pelo Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa, em articulação com a iniciativa Tô No Mapa, vinculada ao Instituto Sociedade, População e Natureza, e com o Projeto Territórios Vivos (GIZ), assumiu um papel estratégico no fortalecimento das lutas por reconhecimento e garantia de direitos. A participação do Ministério Público Federal e da Plataforma de Territórios Tradicionais, bem como o apoio da cooperação alemã e de organizações comprometidas com a preservação cultural, social e territorial dos povos do Pampa, evidenciam a importância das parcerias institucionais na construção de ações coletivas voltadas à efetivação da titulação territorial e ao reconhecimento das comunidades quilombolas e tradicionais, em consonância com os marcos legais.

Durante a atividade, os membros da comunidade foram chamados a deliberar coletivamente sobre a inclusão do território nas plataformas digitais apresentadas, bem como a definir um representante responsável pela inserção das informações da comunidade nesses espaços. Tal decisão ocorreu por aclamação coletiva, evidenciando a centralidade da

coletividade e do consenso como princípios orientadores do processo decisório comunitário. Esse modo de organização dialoga diretamente com o que estabelece o Decreto nº 4.887/2003, que dispõe sobre as etapas da regularização fundiária das terras quilombolas e reconhece os remanescentes de quilombos como grupos étnico-raciais que se autoidentificam, possuem trajetória histórica própria, vínculos territoriais específicos e ancestralidade negra associada a processos de resistência à opressão (Brasil, 2003).

A centralidade do território como condição material e simbólica para a reprodução da vida quilombola também se evidencia na fala de Malê, ao afirmar: "se não haver isso aí, se não tiver o território, não tem meio de continuar o quilombo, não tem meio, né, de ficar". Essa narrativa reforça os achados empíricos do nosso estudo, ao demonstrar que o território ultrapassa a dimensão física, constituindo-se como elemento estruturante das relações de trabalho, da identidade coletiva e da própria existência quilombola no meio rural.

Nesse sentido, as orientações sistematizadas ao longo da oficina acerca dos procedimentos de registro territorial, bem como os debates sobre o uso de plataformas digitais enquanto instrumentos estratégicos de defesa de direitos, reconhecimento institucional e fortalecimento das identidades e territorialidades locais, revelam-se fundamentais no processo de fortalecimento político da comunidade.

Os espaços formativos que analisei ampliaram a minha compreensão coletiva acerca dos mecanismos disponíveis para a garantia dos direitos territoriais, articulando práticas comunitárias, marcos legais e estratégias contemporâneas de visibilidade, o que reforça o aquilombamento como um processo vivo, coletivo e permanentemente atualizado.

Dessa atividade resultou um ofício que foi encaminhado ao INCRA, dando início ao processo de titulação do território quilombola. A elaboração coletiva do ofício evidenciou o engajamento dos participantes e a importância da articulação entre diferentes atores sociais, fortalecendo o sentimento de pertencimento e união entre todos os envolvidos.

Os resultados evidenciam um avanço em relação aos achados de Hander e Duarte (2019), que indicavam a inexistência de um engajamento coletivo mais amplo em razão do receio, por parte dos moradores, quanto à perda do direito individual sobre a terra e à possibilidade de conflitos com os proprietários do entorno. Diferentemente desse cenário, observo, no contexto atual, um processo de amadurecimento identitário da comunidade quilombola, no qual o direito à terra passa a ser compreendido como um elemento coletivo e estratégico para a continuidade, a reprodução social e a afirmação do quilombo.

Segundo Lira Neto (2016, p. 49) o território é a base fundamental para a reprodução identitária das comunidades quilombolas, pois "a identidade quilombola se constrói sempre na

relação mútua com seu território, sendo também um espaço econômico, social, político e cultural”. É importante destacar que o processo de titulação do território apenas teve início e costuma ser longo, em razão dos procedimentos burocráticos por parte do Estado.

A seguir apresento a figura 5 que ilustra a organização política do quilombo Ibicui da Armada.

Figura 5 - Reunião da plataforma de territórios



Fonte: Acervo do quilombo Ibicui da Armada.

A Figura 5 ilustra um momento de reunião da plataforma de territórios, evidenciando o engajamento coletivo dos representantes do quilombo Ibicuí da Armada e de demais atores sociais envolvidos no processo de reconhecimento e titulação territorial. A imagem captura a atmosfera de diálogo e cooperação, destacando a importância da participação comunitária e da articulação institucional para o fortalecimento das ações em defesa dos direitos quilombolas.

Em síntese, as discussões e deliberações realizadas reforçam para mim que o território é central para a identidade e a sobrevivência das comunidades quilombolas, bem como para a efetivação dos seus direitos. O processo de titulação e o uso de instrumentos digitais são estratégias fundamentais para a visibilidade e proteção dessas comunidades, promovendo o Aquilombamento como prática viva e coletiva.

O Quadro 8 demonstra os achados desta seção, indicando que o processo de aquilombamento no quilombo Ibicuí da Armada se estrutura em três eixos interdependentes, raízes, pertencimento e ação política, os quais organizam, de forma dinâmica, as relações sociais, produtivas e simbólicas da comunidade.

Quadro 8- Aquilombamento no Ibicui da Armada

Característica	Raízes	Pertencimento	Ação Política
Base	História, memória, território	Experiências vividas, memórias compartilhadas	Resistência, organização política
Foco	Reconexão com história	Transmissão de saberes ancestrais	Defesa do território, solidariedade
Estratégia	Reconhecimento da ancestralidade	Fortalecimento da identidade coletiva	Articulação de práticas comunitárias
Resultado	Organização política posterior	Ligação social, tradição viva	Preservação cultural, social, territorial

Fonte: Elaborado pelo Autor (2026)

Os eixos não operam de maneira simples, mas constituem um movimento permanente de reconexão histórica, fortalecimento identitário e mobilização coletiva, confirmando o aquilombamento e o aquilombar-se como um processo vivo e permanentemente atualizado, conforme apontam Nascimento (2018) e Souto (2021).

No eixo das raízes, observo que a história, a memória e o território constituem a base fundante do aquilombamento no Ibicuí da Armada. O reconhecimento da ancestralidade aparece como estratégia central para a organização comunitária posterior, corroborando Munganga (1996), ao afirmar que o quilombo transcende a dimensão espacial e se configura como um símbolo de luta, liberdade e organização coletiva. Nesse sentido, a reconexão com a história dos antepassados, marcada pela experiência da escravização e pela permanência no território do Pampa Gaúcho, surge como elemento importante da identidade quilombola, tal como também indicado por Santos (2023), ao destacar o papel da memória histórica na resistência dos povos quilombolas frente às desigualdades estruturais.

O eixo do pertencimento evidencia que as experiências vividas e as memórias compartilhadas no cotidiano são fundamentais para a transmissão dos saberes ancestrais e para um acordo da comunidade. Conforme Almeida (2011), a identidade coletiva se constrói a partir da trajetória histórica própria de cada grupo social, sendo continuamente reafirmada nas práticas culturais e nas relações comunitárias. No Ibicuí da Armada, nossos achados demonstram que o pertencimento é fabricado cotidianamente por meio da oralidade, das práticas culturais, das atividades coletivas e da convivência intergeracional, reforçando o que

Moura (2020) define como o “estar em comunidade” enquanto elemento central da organização quilombola.

Já o eixo da ação política revela que o aquilombamento se materializa como estratégia de resistência ativa e de organização coletiva em defesa do território e dos direitos da comunidade. A articulação de práticas comunitárias, como reuniões e deliberações coletivas, evidencia a solidariedade e a ação política no processo de fortalecimento quilombola. Esse resultado dialoga diretamente com Moura (2020), ao afirmar que os quilombos historicamente desenvolveram formas próprias de governo e organização social, orientadas pela coletividade e pela defesa do bem comum. Além disso, Lira Neto (2016) reforça que o território constitui a base da reprodução identitária, econômica e política das comunidades quilombolas, o que se confirma nas falas dos entrevistados e nas observações que realizei, ao associar a titulação da terra à própria continuidade do quilombo.

Os resultados sintetizados no quadro também evidenciam que o aquilombamento no Ibicuí da Armada articula dimensões culturais, sociais e políticas, resultando na preservação territorial, na manutenção das tradições e no fortalecimento da organização comunitária. Tal articulação confirma a compreensão de Nascimento (2018) de que o aquilombamento contemporâneo não se limita à resistência passiva, mas se configura como uma estratégia ativa de produção de vida, dignidade e autonomia. Assim, o quadro analítico demonstra que raízes, pertencimento e ação política não apenas coexistem, mas se reforçam mutuamente, sustentando o processo de aquilombamento como base das formas de viver, trabalhar e resistir no quilombo Ibicuí da Armada.

A próxima seção dedica-se à análise das práticas culturais, identitárias e de trabalho que amparam as estratégias de resistência no Quilombo Ibicuí da Armada. Discutirei as formas pelas quais o cotidiano da comunidade fortalece a organização coletiva, valorizando saberes tradicionais e dinâmicas próprias do trabalho rural.

4.2 Práticas que Semeiam Resistências Quilombolas: Estratégias Culturais, Identitárias e de Trabalho no Ibicuí da Armada

Esta seção analisa as estratégias mobilizadas pelos membros do quilombo Ibicuí da Armada no cotidiano do trabalho rural, evidenciando como práticas culturais, identidades coletivas e formas de resistência estruturam modos próprios de organização do trabalho rural no quilombo.

4.2.1 O Saber Fazer de Antigamente: A Cultura que organiza o Trabalho

O “saber fazer de antigamente” refere-se ao conjunto de práticas produtivas e modos de trabalho transmitidos historicamente no quilombo Ibicuí da Armada, constituindo-se como um conhecimento prático ancorado na ancestralidade, na experiência cotidiana e na memória coletiva da comunidade. Como observamos na fala de Benguela:

Quando nós éramos gurias, aí nós chegávamos do colégio e tirava a roupa do colégio e almoçava eai, nessas coxilhas aqui tudo, o pai plantava, era de boi, né, e nós vinha para plantar, vinha de atrás com o bernal de milho, aqueles bernal de coro, aí nós vinha atrás, plantando, na colheita também, ajudava.

Na fala da entrevistada, percebo que os pais transmitiam as práticas de trabalho aos filhos desde a infância. As práticas que organizam a rotina do quilombo evidenciam que o trabalho rural é permeado por processos de aprendizagem não formalizados, nos quais a ação antecede a explicitação teórica, e o conhecimento é produzido e consolidado pela experiência no cotidiano.

Nesse sentido, os registros produzidos durante a observação participante indicam que essa troca entre gerações está presente no dia a dia da comunidade. Observei que esses ensinamentos são transmitidos por meio de práticas como o preparo de receitas de doces e bolos, especialmente com a chegada da agroindústria na comunidade, o que amplia a renda das famílias. Esses dados corroboram a perspectiva de Borges, Silva e Rodrigues (2021), ao compreenderem a cultura como um modo de apropriação e manejo dos recursos naturais, dotado de potencial para a reconstrução contínua de práticas e saberes nas comunidades tradicionais.

Durante o trabalho de campo, pude perceber de forma concreta o sentido simbólico destacado por Borges, Silva e Rodrigues (2021), especialmente no que diz respeito às representações e ao conjunto de práticas de resistência social, política e cultural que orientam a construção dos espaços na comunidade. Essa percepção se evidencia de maneira particular na Figura 6, onde essas práticas ganham corpo e significado no cotidiano do quilombo.

Figura 6 - Produtos do quilombo



Fonte: Autor (2026)

No registro da Figura 6, compartilho uma das reuniões do projeto Conexões Quilombolas, realizado pela Fundação Cultural Palmares em parceria com a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), no Campus Dom Pedrito. Foi um momento especial, em que produtos das hortas foram distribuídos entre os membros da comunidade. Lembro de um dos participantes entregando batatas-doces para a presidente da associação; quando ela perguntou sobre o valor daquele produto, ele respondeu que aquelas batatas eram destinadas ao coletivo, ressaltando que possuía outras para comercialização individual. Esse gesto reforçou o sentido de partilha que vivenciamos no quilombo.

Percebo, através dessas interações, que a produção agrícola no quilombo articula de forma indissociável aspectos econômicos e coletivos. O trabalho rural, para nós, não se orienta apenas pela lógica da renda, mas também por princípios de solidariedade, reciprocidade e fortalecimento do grupo. Os produtos da horta assumem dupla função: garantem a subsistência e o apoio coletivo dentro da comunidade e, ao mesmo tempo, possibilitam a geração de renda. É assim que é o cotidiano, entrelaçando necessidade e solidariedade.

Ao acompanhar essas experiências, compreendo que as práticas observadas no cotidiano do quilombo funcionam como dispositivos de atualização da nossa memória coletiva quilombola, reafirmando o significado de “ser quilombola” por meio de ações concretas de cooperação,

partilha e reciprocidade. Essas práticas não apenas atualizam, no presente, formas históricas de organização social e do trabalho, mas também conferem sentido político às relações dentro da comunidade. Conforme Paulino-Pereira *et al.* (2017) destacam, cultura, identidade e memória são dimensões centrais da consciência individual e coletiva, e é por isso que vejo o trabalho quilombola como muito mais do que uma atividade econômica: ele se configura como expressão cultural e política de resistência.

O fazer de antigamente continua presente nas experiências de trabalho desenvolvidas nas grandes propriedades rurais da região. Vejo ali as continuidades históricas: jornadas extensas, baixa remuneração e pouca autonomia, trabalhadores quilombolas. Esse cenário aparece de forma clara na fala do Amari, que compartilhou:

Eu acho que tu trabalha muito e ganha pouco na região da campanha, porque tu trabalha, tu não tem muito horário; é assim: o sol saiu, tu tá trabalhando, e o sol tá se pondo, continua às vezes trabalhando, e às vezes o que tu ganha mesmo não é, não; pelo que tu trabalha, é pouco.

Ao escutar os relatos e vivenciar o cotidiano nas estâncias, através do meu avô que foi peão uma vida inteira, percebo que o trabalho ainda é marcado por uma lógica de exploração do tempo e da força de trabalho. O esforço que é dedicado diariamente não se traduz em condições dignas de vida, perpetuando desigualdades que já acompanham o trabalho rural no Pampa Gaúcho há gerações. Vejo, assim, que as mudanças no mundo do trabalho foram limitadas, e essa realidade permanece viva em nosso cotidiano.

Durante as observações, pude identificar as longas distâncias que percorrem para ir e voltar das estâncias, principalmente as mulheres, que relataram caminhar extensos trechos a pé. Essa constatação dialoga diretamente com a análise de Gonzalez (2020), ao mostrar que no Brasil se consolidou uma divisão racial do trabalho que empurra a população negra para posições marcadas pela precariedade, instabilidade e baixa remuneração.

Percebo que, no contexto em que estamos inseridos, seguimos majoritariamente ocupando funções rurais desvalorizadas, com pouca proteção social e reduzidas possibilidades de mobilidade. Isso evidencia como as heranças do período escravocrata se reatualizam nas relações contemporâneas de trabalho e reforçam a importância do quilombamento como estratégia de resistência e busca por autonomia.

4.2.2 Identidade Quilombola e Trabalho no Pampa Gaúcho

No contexto do quilombo Ibicuí da Armada, percebo que nossa identidade quilombola se constitui como um princípio organizador das práticas de trabalho rural que vivenciamos diariamente, orientando as condutas, decisões e relações com base em valores historicamente construídos no território do Pampa Gaúcho.

Essa relação se revela, por exemplo, na fala de Aicha: “eu digo, eu gosto do campo, eu gosto de lidar no campo; assim, se eu tivesse que escolher entre fazer uma faxina ou lidar no campo, eu escolheria o campo, porque é o que eu gosto, né?”. Ao escutá-la, reconheço como essa construção de identidade se ancora em um vínculo profundo com o campo e com o trabalho, mostrando que a escolha pelo rural é, para nós, expressão de pertencimento e modo de vida.

Ressalto que, durante uma das minhas experiências como observador participante, em um café comunitário, surgiu uma conversa, que registrei em meu diário de campo, sobre o abastecimento de água na comunidade. A presidenta da associação relatou que, há cerca de vinte anos, quando chegou à comunidade, o acesso à água era extremamente precário, evidenciando as dificuldades enfrentadas no cotidiano. Ao refletir sobre essas vivências, concordo com Schmitt, Turatti e Carvalho (2002), que assinalam que a identidade quilombola se constrói a partir da preservação de saberes tradicionais e das práticas coletivas que organizam nossa vida social.

Nessa perspectiva, o relato evocou uma de minhas memórias de infância, que rememorou a prática de buscar água em uma cacimba para atividades domésticas, como o banho e a lavagem de roupas, utilizando um carrinho de mão para auxiliar minhas tias-avós, o que revela a articulação entre trabalho, cultura e resistência cotidiana.

Ao realizar minhas observações e dialogar com membros da comunidade, percebo que os dados que recolho também reforçam a perspectiva de Sousa e Santos (2019). Para mim, as práticas quilombolas não se impõem como dominantes, mas se constituem justamente pelo uso comum da terra e pelas formas coletivas de “fazer vida” aqui no território. Noto, assim, uma relação muito próxima com o Pampa e o papel central que os recursos do território ocupam o dia a dia da comunidade.

No que diz respeito à organização das atividades no quilombo, observo que existe uma divisão do trabalho, marcada por papéis sociais que aprendemos no convívio comunitário. Gênero, idade e o pertencimento ao território são elementos que estruturam as tarefas, mas sem que isso se traduza em imposições hierárquicas. A Figura 7, logo adiante, retrata um

desses momentos de organização do trabalho e me permite visualizar como cada membro contribui de acordo com suas experiências e possibilidades, reafirmando a dinâmica coletiva do cotidiano.

Figura 7 - Registro da organização do almoço



Fonte: Autor (2026)

Ao observar a Figura 7, que registra a organização de um almoço comunitário, percebo de maneira concreta como a dinâmica coletiva se manifesta no cotidiano do quilombo. Fico atento aos múltiplos papéis que cada assume nesse espaço: ora organizando, ora colaborando, ora aprendendo. Essa vivência reafirma para mim a compreensão de Hall (2000) e de Sousa e Santos (2019), de que identidade não é fixa, mas se transforma conforme as situações e os contextos em que estamos inseridos. No momento do almoço, noto que transitamos entre funções diversas, reconhecendo-nos nos vários pertencimentos que o coletivo possibilita, e assim o nosso vínculo se constrói de maneira relacional e dinâmica.

Na mesma perspectiva, destaco a fala de Alika:

Eu acho que a gente sempre trabalhou no coletivo, né, tendo muitas ou poucas pessoas, mas a maioria decide, e a gente tem o grupo ali. Às vezes não falam e tal, mas, quando tem uma atividade, eu chamo no particular; às vezes o pessoal vem, não tem queixa assim. Eu gostaria que, claro, o pessoal viesse mais às reuniões, porque tu chama para as reuniões e, às vezes, tem três, quatro, mas, às vezes, é muito melhor tu ter três, quatro do que não ter ninguém, né? E, às vezes, tem momentos em que menos pessoas é mais fácil de tu trabalhar. Mas eu acho que é uma coisa que é um contínuo, né, de tu incentivar a vir, de tu incentivar a participar. E eu acho que falta, assim, a juventude, né, dos jovens dentro da comunidade, e de eles também se

identificarem como quilombolas, que são, né. Isso está bem difícil; não sei como é que eu vou fazer essa identificação.

Ao escutar o relato da entrevistada, percebo como suas palavras dialogam diretamente com as contribuições de Lima Filho e Araújo (2007), reforçando que o trabalho coletivo no quilombo Ibicuí da Armada é uma prática enraizada historicamente e vivida cotidianamente. Sinto que a lógica organizativa, sempre flexível, privilegia a decisão da maioria, mas segue adiante mesmo sem a participação de todo o grupo. Assim, noto que a dinâmica coletiva se mantém como prioridade, mais importante do que o número de pessoas envolvidas. Também vejo emergir preocupações bastante atuais, principalmente no que diz respeito ao engajamento da juventude e ao fortalecimento da autoidentificação quilombola. Para mim, fica evidente que a organização comunitária é um processo contínuo, de incentivo mútuo, aprendizado e constante reafirmação de quem somos.

Minhas anotações de campo reforçam essa compreensão, pois observei que a divisão das tarefas acontece sempre de modo negociado e conforme a situação do momento, sem regras fixas ou hierarquias impostas. Nas reuniões, percebo que as responsabilidades são distribuídas de acordo com a disponibilidade de cada um, respeitando os limites e as possibilidades de quem está presente. Um exemplo que se repete é na organização dos almoços coletivos: cada pessoa contribui como pode, é decidido na hora quem ficará responsável por cozinhar, dependendo das condições e da vontade de quem está ali. Ao vivenciar esses momentos, afirmo que a flexibilidade, a cooperação e a autonomia coletiva estão no centro da organização do trabalho no quilombo.

Ressalto, ainda, o papel fundamental do trabalho coletivo das mulheres nesse território, pois é através dele que garantimos a subsistência das famílias e fortalecemos a identidade e modo de vida no campo. Isso se expressa, de forma marcante, na fala da entrevistada Benguela, que ilustra bem essa dimensão.

E nós era umas quantas uma semana para cada uma, né. Fiquei uma semana para ficar nas casas com os pequenos, que a mãe trabalhava aqui na estância, e a outra semana para lavar roupa, que a mãe lavava na estância para os peões, mas quem lavava era nós, lá na sanga, lá embaixo.

Ao escutar o relato da entrevistada e refletir sobre minhas observações de campo, percebo com clareza a centralidade da divisão do cuidado no quilombo Ibicuí da Armada, que é realizada principalmente pelas mulheres. Reconheço também a necessidade de sua participação em atividades voltadas à geração de renda, essenciais para a subsistência familiar. Durante o trabalho de campo, notei que as mulheres assumem predominantemente os

afazeres domésticos e as tarefas de cuidado, enquanto precisam se deslocar para fora do espaço do lar para complementar a renda das famílias. Essa vivência reforça o quanto o cuidado e a busca por sustento estão entrelaçados no cotidiano dessas mulheres, evidenciando o papel fundamental que desempenham na construção da vida comunitária.

Vejo esses resultados dialogarem com a análise de Mazurana, Dias e Laureano (2016), que apontam que a utilização da mão de obra de pessoas negras escravizadas esteve historicamente associada às grandes estâncias de gado, às lidas campeiras, ao trabalho doméstico e às charqueadas. Ao vivenciar e observar essas práticas, compreendo como essa herança histórica contribui para a persistência de uma divisão sexual do trabalho, que hoje se atualiza nas estratégias cotidianas das mulheres quilombolas. Percebo que elas articulam cuidado, trabalho produtivo e geração de renda como elementos centrais para a reprodução da vida comunitária, reafirmando o modo de vida quilombola em cada ação.

Diante disso, observo que a organização comunitária do quilombo se constrói a partir de práticas coletivas, flexíveis e ativas, que valorizam o pertencimento, o cuidado e a identidade dos sujeitos. No próximo tópico, trarei minhas reflexões sobre como a resistência se manifesta como método fundamental para garantir a permanência e a afirmação dos modos de vida quilombolas frente aos desafios contemporâneos.

4.2.3 Lutar para Permanecer: A Resistência como Método

Percebo que a resistência, enquanto quilombola, no contexto do trabalho rural, se manifesta como um método cotidiano de permanência no território e de afirmação de modos próprios de vida, indo além de ações pontuais de enfrentamento. No quilombo Ibicuí da Armada, esse processo se expressa desde a infância, especialmente no que se refere ao acesso à educação, como evidencia a fala de Benguela: “era nosso colégio de madeira, era um colégio simples; nós estudávamos, íamos a pé e saíamos do trabalho para ir à escola. Com chuva, às vezes, não tínhamos calçado para ir”. Quando questionada sobre sua infância no território, o relato revela as dificuldades enfrentadas para acessar a escola, as condições precárias do ambiente educacional e a presença da divisão do trabalho permeando esse processo formativo desde cedo.

Essa percepção se aprofunda nos meus registros de campo, pois vejo que a busca por capacitação, em especial entre os mais jovens, é reconhecida como prioridade fundamental. Entendemos que esse investimento é essencial para que possamos seguir no território e manter vivos os modos de vida quilombolas. Os resultados que observei dialogam diretamente com a

análise de Sousa e Zuquim (2021), que ressaltam a luta histórica das comunidades quilombolas pela manutenção dos territórios e pela preservação digna dos seus modos de viver. Assim, reafirmo que a resistência permanece como uma prática presente e viva na realidade, algo que também escuto e reconheço nas falas da Aicha, quando ela divide comigo suas experiências na educação.

As crianças que saem daqui e vão para a cidade acabam chegando sem saber quase nada e ficam perdidas, porque aqui, muitas vezes, quase não há aulas. Os que estão terminando agora sabem muito pouco, passam pouco tempo estudando. Em um caderno de 96 folhas, não se enche nem em um ano. Assim, elas acabam ficando perdidas. Eu digo: se continuar desse jeito, não sei como vai ser.

Ao refletir sobre sua trajetória e as experiências no território, percebo que a precariedade do acesso à educação de qualidade é uma realidade persistente, permeando o processo formativo, especialmente quando penso nas dificuldades do deslocamento diário até à escola e no constante descaso do poder público. Ao analisar esses desafios e oportunidades que observo na comunidade quilombola, compreendo, em consonância com Carlota, Peixoto e Oliveira (2024), que a luta quilombola permanece atual e multifacetada, atravessando diferentes dimensões da vida cotidiana. Os relatos de Aicha ecoam em mim, pois revelam que as limitações impostas à educação não são experiências isoladas, mas parte de um conjunto mais amplo de desigualdades que incidem sobre uma trajetória escolar e social enquanto membros do quilombo.

A resistência para a comunidade, também se expressa como mecanismo de autoproteção coletiva diante das pressões externas que ameaçam a continuidade do nosso modo de vida quilombola. Como bem relata Alike: “o nosso pessoal é pecuarista familiar e trabalha com gado e é uma coisa que diminuiu muito. As fazendas de gado e tal vem muito a monocultura da soja para dentro da comunidade”. Essa percepção, apontada pela maioria dos entrevistados, aponta a expansão da soja como um dos principais entraves à produção local, sobretudo pelo uso constante de aviões pulverizadores, cujos efeitos comprometem a pequena produção agrícola, aspecto que observo cotidianamente.

Essa realidade ficou ainda mais evidente para mim durante a atividade realizada em 05/11/2025, que teve como objetivo a construção de uma cartografia social. Proposta pela UERGS, em parceria com um professor da Colômbia que pesquisa os impactos climáticos em comunidades tradicionais, essa experiência me permitiu dialogar e visualizar, junto aos membros da comunidade, os desenhos que retrataram o passado e o presente do território, abordando desde o desaparecimento de nascentes até os impactos da expansão da soja. Fui

convidado, assim como outros membros, a representar por meio de desenhos como o território se configurava há cerca de 20 anos e como se apresenta atualmente, conforme ilustrado na Figura 8.

Figura 8 - Cartografia social



Fonte: Autor (2026)

Ao observar os cartazes elaborados durante a atividade de cartografia social, percebo que o cartaz inferior representa como era a comunidade antes da chegada da soja: havia uma vegetação nativa abundante, predominava a pecuária, existiam mais espaços coletivos, como uma segunda escola no território, além de áreas de convivência, como a cancha de carreiras e o espaço destinado aos rodeios. Já o cartaz superior, em fundo branco, mostra o cenário atual, marcado pela presença da soja em quase todo o território, pelo desaparecimento desses espaços coletivos e pela intensificação do uso de aviões de pulverização e máquinas agrícolas de grande porte.

Ao analisar o desenvolvimento rural no Pampa Gaúcho, compreendo, como aponta Madrid (2025), que o avanço das monoculturas, impulsionado por pacotes de incentivos governamentais, tem provocado profundas mudanças nos territórios tradicionais, afetando diretamente comunidades e povos que dependem de práticas produtivas baseadas na agricultura familiar e em modos de vida coletivos. Diante desse cenário, percebo que a comunidade quilombola, intensifica as estratégias coletivas de organização e fortalece as redes de apoio como forma de enfrentar os impactos sobre os modos de vida.

A construção dessas redes de apoio internas e externas é uma dimensão da resistência quilombola, pois sustenta o social e o trabalho comunitário. Nas entrevistas e observações de campo, ficou claro o apoio mútuo entre nós, especialmente no que diz respeito à cooperação no trabalho, como fica evidente na fala de Aylla:

Na cidade pessoas são uma frieza. Aqui não. E aqui os vizinhos ajudam não tem uma coisa o vizinho ajuda, entendeu? Eu arrumo. Não tenho uma carona, não quer ir para a cidade, arruma uma carona. Quer comprar uma coisa, encomenda, por um vizinho que estejam indo para a cidade.

Na fala da entrevistada, evidencio a importância do coletivo; nesse sentido, os resultados desta minha pesquisa divergem dos achados de Fonseca (2022), que, ao investigar o mesmo quilombo, aponta a necessidade de um processo formativo voltado ao fortalecimento do conhecimento da própria história e do senso de coletividade. Diferentemente dessa interpretação, a partir das minhas observações de campo e das falas dos entrevistados, percebo a presença efetiva da coletividade, bem como um processo contínuo de aquilombamento e resistência ancorado na própria história da comunidade, aspecto que ilustro também na Figura 9, a qual registra o trabalho coletivo no quilombo.

Figura 9 - Trabalho coletivo no quilombo



Fonte: Acervo do quilombo

Na rotina da comunidade, observo o papel da coletividade como princípio organizador das ações comuns. A Figura 9 ilustra esse aspecto ao registrar a construção de uma área de lazer junto à sede comunitária, realizada de forma compartilhada pelos moradores. Essa prática evidencia que as atividades corporais e os usos do espaço coletivo extrapolam a dimensão recreativa, assumindo um papel cultural relevante na produção de vínculos sociais e no fortalecimento do pertencimento comunitário, uma vez que tais práticas expressam tradições, valores e formas próprias de convivência social, conforme discutido por Berigo e Regina (2022).

O Quadro 9 sintetiza, de forma articulada, as principais estratégias presentes no quilombo Ibicuí da Armada a partir da cultura, da identidade quilombola e da resistência, evidenciando como essas dimensões operam de maneira integrada na organização do trabalho rural.

Quadro 9 - Estratégia a partir da Cultura, Identidade e Resistência

Característica	Saber Fazer de Antigamente	Identidade Quilombola	Resistência
Descrição	Práticas produtivas transmitidas historicamente	Princípio organizador das práticas de trabalho	Método cotidiano de permanência no território
Foco	Cultura que organiza o trabalho	Identidade e trabalho no Pampa	Luta para permanecer
Exemplos	Plantio e colheita com ferramentas tradicionais	Escolher o trabalho rural por pertencimento	Acesso à educação apesar das dificuldades
Resultado	Atualização da memória coletiva	Trabalho coletivo e divisão de tarefas	Construção de redes de apoio

Fonte: Elaborado pelo autor (2026)

Os resultados demonstram que essas estratégias não se configuram como esferas isoladas, mas como processos interdependentes que sustentam a permanência no território e a reprodução da vida comunitária.

No que se refere ao “saber fazer de antigamente”, observo que as práticas produtivas transmitidas historicamente constituem a base cultural que organiza o trabalho no quilombo. O plantio, a colheita e o manejo da terra com ferramentas tradicionais expressam um conhecimento prático ancorado na ancestralidade e na memória coletiva, conforme discuto em Borges, Silva e Rodrigues (2021). Os resultados indicam que essas práticas operam como dispositivos de atualização da memória quilombola, reafirmando saberes herdados e adaptados às condições contemporâneas. Assim, a cultura não apenas guia o fazer produtivo, mas também confere sentido identitário às atividades cotidianas, fortalecendo o vínculo entre trabalho, território e história.

A identidade quilombola, por sua vez, emerge como um princípio organizador das práticas de trabalho no contexto do Pampa Gaúcho. Conforme sintetizo no quadro, a escolha pelo trabalho rural não se restringe a uma necessidade apenas econômica, mas está profundamente associada ao pertencimento territorial e ao modo de vida no campo. As falas dos entrevistados e as observações evidenciam que trabalhar na terra é uma forma de reafirmar quem sou e de manter uma relação ética com o território, corroborando a análise de Sousa e Santos (2019) sobre o uso comum da terra e as formas coletivas de “fazer vida”.

Nesse sentido, os resultados mostram que a identidade regula a divisão de tarefas, orienta decisões coletivas e sustenta o trabalho compartilhado, configurando uma organização baseada mais na colaboração social do que somente em critérios mercantis de eficiência.

A resistência aparece, no quadro, como um método cotidiano de permanência no território, manifestando-se tanto em estratégias materiais quanto simbólicas. O acesso à educação, mesmo diante de condições adversas, exemplifica uma forma concreta de resistência que atravessa gerações, como aponto por Sousa e Zuquim (2021) e Carlota, Peixoto e Oliveira (2024). Os resultados evidenciam que a resistência se materializa na construção de redes de apoio internas, na solidariedade entre vizinhos e na articulação coletiva frente às pressões externas, como a precarização dos serviços públicos e o avanço das monoculturas no Pampa Gaúcho, conforme revelado pelo estudo de Madrid (2025).

De modo geral, o Quadro 9 evidencia que cultura, identidade e resistência constituem eixos estruturantes da organização do trabalho rural no quilombo Ibicuí da Armada. A partir da articulação entre práticas produtivas ancestrais, pertencimento territorial e estratégias de enfrentamento cotidiano, o trabalho quilombola se configura como uma prática social e política que ultrapassa a dimensão econômica. Os resultados reforçam, assim, que a organização do trabalho no quilombo expressa um modo próprio de existência coletiva, no qual produzir, resistir e pertencer são dimensões indissociáveis da vida no território.

Dessa forma, percebo que o trabalho no quilombo Ibicuí da Armada é resultado de uma complexa articulação entre heranças históricas, práticas cotidianas e marcadores sociais, como raça, gênero e classe. Essas dimensões se entrelaçam na luta pela subsistência e permanência no território. Na próxima seção, aprofundarei como esses modos de organização do trabalho dialogam com os desafios atuais, destacando as estratégias coletivas que sustentam a vida comunitária.

4.3 Trabalho de Território: Modos de Organizar o Trabalho Rural no Quilombo

Esta seção compreende o trabalho rural quilombola em seus modos de produzir e de vivenciar o trabalho, não apenas como atividade econômica, mas como prática histórica, territorial e cultural. Parto de um modo de trabalho ainda marcado por resquícios de um passado escravocrata, avançando para as vivências coletivas na contemporaneidade e para os meios coletivos de vida no cotidiano do quilombo Ibicuí da Armada, em diálogo com a ruralidade do Pampa Gaúcho.

4.3.1 Trabalho, Subsistência e Heranças Pós-Escravização no Quilombo Ibicuí da Armada

A divisão do trabalho no quilombo Ibicuí da Armada se estrutura a partir de regras costumes construídos historicamente, nas quais idade, gênero e pertencimento familiar orientam a distribuição das atividades. A construção histórica do trabalho rural se dá em um contexto pós-escravização, como observa Martins (1981, p. 45):

O monopólio de classe sobre o trabalhador escravo se transfigura no monopólio de classe sobre a terra. A terra que até então fora desenhada em face da propriedade do escravo passa a constituir objeto de disputas amplas. A velha disputa colonial pela fazenda pelos bens da família, transforma-se em disputas pela terra, pois essa é a forma de subjugar o trabalho livre.

O autor refere-se à mudança no que está em disputa logo após o fim da escravização, quando a terra passa a ser o ponto central para manter o controle sobre o trabalho dos ex-escravizados. Desse modo, os modos de trabalho no quilombo estão diretamente ligados à terra e se articulam, em muitos casos, ao trabalho realizado nas grandes fazendas, em paralelo às atividades desenvolvidas nas pequenas propriedades, como se percebe na fala do Ganga Zumba:

Eu posso te dizer que de uns anos para cá eu nunca tive aquele serviço fixo, o que vinha, eu tropeava, eu alambrava, eu esquilava, né, isso aí é o que eu mais fazia né e sempre cuidei da minha propriedade né, o dia que eu montei minha casa eu segui trabalhando para fora, mas sempre cuidando o que era meu.

Na fala do entrevistado, o trabalho nas estâncias da região, exercido em diversas funções tanto no passado quanto na atualidade, aparece como uma forma de garantir a subsistência. Nesse sentido, a luta para manter-se na terra dialoga com Martins (1981), ao evidenciar a permanência da necessidade de trabalhar nos grandes monopólios fundiários como alternativa de existência no território. O que também é relatado por Malê: "eu trabalhei muito de empregado, aí depois que me aposentei já fiquei mais na parte da changa para ajudar um pouco. E aí vivo aqui, trabalho com a partezinha da Pecuária aqui". Na fala do entrevistado, fica evidente a necessidade de, mesmo após a aposentadoria, complementar a renda familiar por meio de trabalhos esporádicos.

A partir dos registros do diário de campo, observo que, para chegar às propriedades da comunidade, percorro um longo caminho, passando por grandes aglomerados de terra onde os membros do quilombo buscam trabalho. Com isso, evidencio a diversidade de formas de

trabalho realizadas pelos membros do quilombo para garantir o sustento de suas famílias. Já na fala de Benguela, aparece o marcador de gênero na organização dos modos de trabalho:

Aí nós ia lavar roupa de cama da pionada e depois passava, a semana que era a copeira, a cozinheira ia, nós era três e a outra para, era uma semana para cada uma. A copeira tinha que lavar. E tinha que ser tudo bem limpinho, bem branquinho. Sim. E dali, depois, secava, nós tinha que passar e que era roupa tanto dos peões da estância, roupa de cama como da do pai, das crianças, dos pequenos que tinha.

Os relatos indicam que raça, gênero e classe se articulam de forma indissociável na organização do trabalho quilombola. Conforme Madrid (2025), percebo que essas dimensões são construídas nos processos de formação social e no letramento racial, especialmente entre mulheres negras da classe trabalhadora. Essa leitura converge com Gonzales (2020), ao evidenciar que, no Brasil, mulheres e a população negra ocupam historicamente os níveis mais baixos de participação na força de trabalho, revelando a permanência de desigualdades estruturais que também atravessam os contextos quilombolas.

Posso identificar uma realidade diferente nos registros produzidos durante a observação participante, os quais indicam que, nos papéis de liderança no trabalho comunitário, as mulheres assumem um papel de protagonismo, acumulando demandas e articulações tanto dentro quanto fora do território. Essa atuação destaca não apenas a capacidade de organização e mobilização das mulheres quilombolas, mas também evidência como elas desafiam e ressignificam, no cotidiano, as dinâmicas tradicionais de divisão sexual do trabalho, promovendo espaços de resistência e transformação social. Assim, fica evidente que, mesmo diante das hierarquias de gênero historicamente estabelecidas, as mulheres assumem posição importante na condução das iniciativas coletivas e na sustentação da vida comunitária, o que se reflete na própria divisão sexual do trabalho que observei no quilombo Ibicuí da Armada.

No quilombo Ibicuí da Armada, os marcadores sociais da diferença manifestam-se de forma concreta na divisão sexual do trabalho, na medida em que as atividades desempenhadas pelos homens estão majoritariamente associadas ao trabalho no campo, enquanto as mulheres concentram seu trabalho nas grandes estâncias, sobretudo em funções relacionadas à faxina e à cozinha. Essa configuração evidencia a persistência de hierarquias de gênero no meio rural e revela como raça, classe e gênero se entrelaçam na definição dos lugares sociais ocupados pelos sujeitos quilombolas no mundo do trabalho.

Essa realidade dialoga com a análise de Leal (2022), ao apontar que as trabalhadoras rurais frequentemente enfrentam formas de pagamento inadmissíveis ou valores

extremamente baixos, jornadas exaustivas e condições precárias de trabalho, aspectos que comprometem diretamente suas condições de vida. Essa dinâmica pode ser observada na fala de Aicha, que relata: "eu trabalho aqui na volta, eu trabalho em quatro casas fazendo faxina", evidenciando a intensificação do trabalho feminino, a multiplicidade de vínculos informais e a precarização que marcam a inserção das mulheres quilombolas no mercado de trabalho rural.

Nesse cenário também, torna-se relevante trazer a contribuição de Fonseca (2015) para a compreensão de como os sujeitos vivenciam o trabalho e atribuem sentido às suas práticas de trabalho no cotidiano. É importante destacar que, ao longo de toda a minha análise, percebo um emaranhado entre identidade, pertencimento e luta pela terra, processos que se constituem e se manifestam de forma contínua.

Tal compreensão pode ser observada na fala de Aylla, que expressa de forma direta essa relação com o trabalho: "Eu estou trabalhando para ajudar em casa, sabe? Meu marido está com problemas e não pode trabalhar muito, então estou ajudando. Ainda continuo trabalhando, porque gosto da lida. Não gosto de ficar em casa parada", revelando que o trabalho é compreendido tanto como responsabilidade familiar quanto como fonte de realização pessoal e pertencimento social.

Os resultados apresentados neste tópico corroboram que o trabalho no quilombo Ibicuí da Armada se constitui como uma prática social profundamente enraizada nas heranças do período pós-escravização, articulando terra, subsistência e relações sociais marcadas por raça, gênero e classe. A articulação entre o trabalho nas grandes estâncias e nas pequenas propriedades, bem como a divisão sexual das atividades, revela continuidades históricas de desigualdade, ao mesmo tempo em que expressa formas de resistência e adaptação no contexto rural contemporâneo.

4.3.2 Práticas de Trabalho Coletivo no Quilombo Ibicuí da Armada

No tópico anterior, procurei evidenciar a necessidade de os membros do quilombo saírem de suas casas para complementar a renda e buscar realização no trabalho, mesmo que, por vezes, em condições precárias. Neste tópico, apresento as formas de trabalho que observo se desenvolverem no âmbito da associação entre os quilombados.

As práticas de cooperação e troca coletiva constituem, a partir do que observo, um dos eixos principais da organização do trabalho rural no quilombo, configurando-se como formas históricas de sobrevivência, resistência e reprodução da vida coletiva. Como pude registrar na fala do Amari ao comentar sobre o trabalho: "sempre coletivos. Se era uma tosa de ovelha,

juntavam como ali no meu avô tinha mangueira, tinha galpão, tinha banho de ovelha, então levavam o gado para fazer vacina, banho, tosa. A maioria da vizinhança fazia ali".

Essa dinâmica revela, a partir do que acompanhei, que o trabalho não se organiza de maneira individualizada, mas sim por meio de relações de solidariedade e interdependência entre as famílias quilombolas. Esses achados dialogam com Moura (2020) e Silva e Silva (2014), ao indicar que o trabalho quilombola se estruturava por múltiplas formas organizativas orientadas à resistência e à rupturas com a lógica individualizante imposta pelo sistema escravista, reafirmando a centralidade da coletividade como princípio organizador do trabalho no contexto quilombola.

Nesse sentido, pude observar que, antes da reunião da Plataforma de Territórios Tradicionais, realizada em 17/10/2025, alguns membros da comunidade se reuniram no centro de manejo localizado junto à sede do quilombo. Esse espaço foi adquirido com recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e constitui uma estrutura coletiva utilizada pelos membros aquilombados, especialmente para as atividades relacionadas à pecuária, contando com mangueiras e infraestrutura adequada para o manejo dos animais.

Ao questionar os participantes sobre esse modo de organização do trabalho, pude registrar que, sempre que um dos membros necessita lidar com seus animais, os demais se mobilizam para auxiliar, evidenciando o coletivo como princípio recorrente em todas as situações de trabalho.

A Figura 9 ilustra um dia de trabalho realizado no centro de manejo antes de uma reunião da associação, demonstrando como os encontros institucionais também são apropriados como oportunidades para a realização de atividades produtivas, reforçando a articulação entre organização comunitária, trabalho coletivo e gestão do território.

Figura 10 - Trabalho no centro de manejo



Fonte: Autor (2026)

Essas dinâmicas evidenciam que a circulação da força de trabalho no quilombo não se organiza somente a partir de relações contratuais formais, mas é orientada por princípios de reciprocidade, pertencimento e responsabilidade coletiva. Do mesmo modo, conforme apontam Hander e Duarte (2019), as conquistas alcançadas por meio de políticas públicas e as melhorias nas condições de vida da comunidade estão diretamente relacionadas aos recursos destinados à associação quilombola. Essa relação posso observar nas falas dos entrevistados, que evidenciam como os projetos institucionais impactaram concretamente o cotidiano, a produção e as condições materiais de vida dos membros da comunidade, conforme observo na fala de Quitéria:

É importante vir para nós, isso através do quilombo ali que vem. Tem muita coisa, vêm projetos. Eu mesmo fiz a minha mangueirinha ali por causa do projeto, que veio através da Emater também. Comprei, arrumei ali a minha hortinha, fiz o meu galinheiro.

No caso de Benguela, observa-se que:

Ah, mudou, porque veio muito projeto, né? Porque depois que veio esse plano, a minha casa era uma casinha de capim. Morava numa casinha de capim, dando por cima com o tapado do lado. E depois que veio esse projeto dos quilombos, aí ganhei essa casa de material, essa aí. Era três peças: a sala, o meu quarto e o quarto das gurias. Sim, aí já deu um momento, aí depois eu

já peguei a aumentar, tô aumentando devagarzinho, né. Mas tá vindo tudo muito bem, muito bom.

As falas dos entrevistados demonstram que os impactos dos projetos e das políticas públicas que chegam à associação quilombola vão além da dimensão estritamente econômica, repercutindo diretamente nas formas de viver, trabalhar e se organizar no território. Ao relatarem melhorias na infraestrutura produtiva, como a construção de mangueiras, hortas e galinheiros, bem como transformações significativas nas condições de moradia, os participantes demonstram que os recursos acessados por meio do quilombo fortalecem não apenas a produção, mas também a permanência no território e o sentimento de pertencimento comunitário.

Durante o trabalho de campo, foi possível identificar que a chegada de políticas públicas altera significativamente a dinâmica da comunidade na forma como a coletividade é vivenciada. Percebo as famílias reunidas em torno de um objetivo comum, bem como a intensificação do diálogo entre os membros. Observei, por exemplo, que, diante da previsão de uma visita técnica à agroindústria, um dos membros se prontificou a disponibilizar o espaço e realizar a limpeza, sem que houvesse imposição ou deliberação prévia, mas de maneira espontânea.

Essa dinâmica dialoga com a perspectiva de Wanderley (2009), para quem o espaço rural deve ser compreendido como um ambiente complexo, no qual as relações de trabalho não se restringem à lógica da produção apenas econômica, mas se articulam a dimensões simbólicas, culturais e comunitárias. No caso analisado, as falas e as observações revelam que o trabalho e os projetos acessados por meio da associação quilombola estão profundamente imbricados na reprodução da vida social.

Nos últimos anos, o quilombo recebeu recursos oriundos de políticas públicas, o que possibilitou a criação e o fortalecimento de novas formas de trabalho, como destaca o Amari: “eu posso falar da parte da apicultura. É algo que a gente está começando hoje, está plantando. A gente já conseguiu envolver. Somos 15 hoje, metade homem, metade mulher, e temos adolescente também”. Na Figura 10, posso visualizar o trabalho desenvolvido pelos apicultores.

Figura 11 - Trabalho com apicultura



Fonte: Acervo do quilombo

A comunidade conquistou, também, uma agroindústria, na qual realiza a produção de doces e pães caseiros, além do manejo da apicultura, evidenciando como o acesso a políticas públicas possibilitou a diversificação das formas de trabalho e de geração de renda no território. Essas iniciativas reforçam que o espaço rural quilombola se configura como um território vivido, no qual políticas públicas, trabalho coletivo e pertencimento se articulam de maneira indissociável, reafirmando a organização política do quilombo como mediadora entre o Estado, o território e a vida cotidiana da comunidade.

Nesse contexto, a associação quilombola assume papel estratégico, pois é por meio dela que a comunidade organiza seus processos decisórios, busca a captação de recursos e fortalece sua autonomia, ampliando parcerias com outras instituições. Conforme aponta Moreira (2022), o reconhecimento e a organização associativa conferem legitimidade à comunidade no âmbito municipal, fazendo com que o quilombo se torne referência para a participação em atividades com universidades, movimentos sociais e órgãos públicos, seja em consultas populares, seja em ações simbólicas, como homenagens em datas comemorativas.

O Quadro 10 sintetiza as principais formas de trabalho presentes no quilombo Ibicuí da Armada, destacando a diversidade de estratégias de trabalho da comunidade, que incluem desde a agricultura familiar até iniciativas institucionais, evidenciando a complexidade e riqueza das atividades locais.

Quadro 10 - Formas de trabalho presentes no quilombo Ibicui da Armada

Forma de Trabalho	Descrição	Características	Exemplos Identificados
Agricultura de subsistência	Produção destinada ao sustento das famílias quilombolas	Base histórica, transmissão de saberes, articulação com a ancestralidade	Plantio de milho, feijão, mandioca, hortaliças
Comercialização de excedentes	Venda de produtos excedentes para geração de renda	Autonomia econômica, resistência histórica	Venda de hortaliças e outros produtos agrícolas
Agroindústria comunitária	Transformação de produtos agrícolas em doces, pães e outros alimentos	Trabalho coletivo, diversificação, geração de renda	Produção de doces caseiros, pães
Apicultura	Criação e manejo de abelhas para produção de mel	Iniciativa recente, diversificação produtiva	Produção de mel e derivados
Trabalho coletivo	Realização de atividades em conjunto, com cooperação entre famílias	Solidariedade, organização associativa, pertencimento	Mutirões, trabalhos em grupo nas lavouras e agroindústria
Participação em políticas públicas e projetos	Busca por acesso a recursos, programas e parcerias institucionais	Organização política, fortalecimento comunitário	Captação de recursos, parcerias com universidades e órgãos públicos
Transmissão intergeracional de saberes	Ensino e vivência de práticas rurais entre gerações	Memória, identidade, responsabilidade intergeracional	Ensino dos mais velhos aos jovens sobre o trabalho na terra
Trabalho nas estâncias	Atividades ligadas ao manejo de animais e serviços rurais em propriedades vizinhas	Remuneração externa, integração regional, ampliação das oportunidades de trabalho	Serviços de peão, manejo de gado, manutenção de cercas
Trabalho de diarista	Prestação de serviços temporários ou sazonais em propriedades rurais, mediante diária	Poder de adaptação, fonte complementar de renda, dependência das demandas locais	Capina, colheita, serviços de apoio em plantações de terceiros

Fonte: Elaborado pelo autor (2026)

O quadro apresenta de forma organizada os diferentes modos de trabalho presentes na comunidade, demonstrando como o meu cotidiano e o dos moradores está permeado por práticas que articulam produção, cooperação e transmissão de saberes. Essa apresentação facilita a visualização das estratégias utilizadas para garantir a subsistência, a autonomia e o fortalecimento das relações socioculturais no quilombo.

Ao destacar a pluralidade das formas de trabalho, o quadro reforça a importância de reconhecer o território quilombola como espaço dinâmico, onde o trabalho é expressão da identidade, da resistência e do pertencimento coletivo. Assim, contribui para a valorização das experiências comunitárias e para o entendimento das especificidades que marcam o trabalho rural quilombola.

4.3.3 Entre a Herança da Escravização e a Autonomia Quilombola: Tensões Históricas do Trabalho Rural no Quilombo Ibicuí da Armada

Os resultados confirmam que o trabalho rural no quilombo Ibicuí da Armada está profundamente ancorado na ancestralidade, constituindo-se como uma prática que ultrapassa a dimensão produtiva e se afirma como forma de memória, identidade e continuidade histórica. Preservar as memórias ancestrais, nesse contexto, significa valorizar a luta cotidiana dos mais velhos e reconhecer que os modos atuais de viver e trabalhar na terra são resultado de um acúmulo histórico de saberes e experiências transmitidos entre gerações, conforme destaca Rodrigues (2020), ao afirmar que não há história dissociada da vivência ancestral.

Essa relação com a ancestralidade aparece de forma recorrente nas falas dos entrevistados, especialmente quando associada ao território e à responsabilidade intergeracional. Ao afirmar que “é importante porque é para todo o território, cada um trabalha com o que quer, já esses mais velhos vão indo, mas é bom deixar para os novos” (Malê), a entrevistada revela uma compreensão do trabalho rural como prática coletiva e territorializada, ao mesmo tempo em que expressa a preocupação com a transmissão desses modos de trabalho às gerações mais jovens. O trabalho na terra, nesse sentido, é compreendido como herança viva, cuja continuidade depende do reconhecimento e da valorização do legado dos antepassados.

Contudo, os resultados também apontam para tensões relacionadas à permanência e à reprodução social do quilombo, sobretudo no que se refere à juventude. O medo da descontinuidade aparece como um elemento recorrente, indicando que, embora a identidade quilombola esteja fortemente enraizada na memória histórica, sua manutenção enfrenta desafios contemporâneos. Moreira (2022) destaca que a juventude constitui um dos principais desafios para as comunidades quilombolas, especialmente diante das transformações sociais, econômicas e territoriais que atravessam o meio rural.

Ao mesmo tempo, as falas dos entrevistados revelam avanços nas condições de vida, que impactam diretamente o trabalho e a permanência no território. Ao relatar que “hoje a gente tem saúde, tem educação, tem um ônibus que leva e traz as crianças” (Alika), observo que políticas públicas e melhorias estruturais contribuem para a reprodução da vida comunitária, ainda que não eliminem as incertezas quanto ao futuro do quilombo. Esses avanços, entretanto, convivem com preocupações relativas à titulação das terras, à pressão externa e aos impactos ambientais, como expressa o desejo de que “essas terras sejam

intituladas, que a comunidade persista e que as terras dos antepassados não sejam vendidas” (Alika).

A agricultura emerge, nesse cenário, como um dos principais pilares históricos da sobrevivência quilombola, reafirmando-se como prática que articula trabalho, autonomia e resistência. Historicamente, a produção agrícola permitiu não apenas a subsistência, mas também a comercialização de excedentes, garantindo condições mínimas de autonomia frente ao sistema escravista e, posteriormente, às dinâmicas excludentes do campo. Embora hoje se realize com menor intensidade, essa prática permanece viva nos quilombos remanescentes, mantendo seu valor simbólico e material na organização do trabalho e da vida cotidiana.

Por fim, os resultados indicam que o futuro do trabalho rural quilombola é percebido de forma confusa, marcado simultaneamente por expectativas de melhoria e pela consciência das dificuldades persistentes. Ao afirmar que “a gente espera que o melhor cresça, mude muitas coisas... ainda tem dificuldade, mas não tanto” (Quitéria), a entrevistada expressa uma leitura histórica comparativa, que reconhece os avanços em relação ao passado, sem desconsiderar os limites estruturais ainda presentes. Assim, o trabalho rural no quilombo Ibicuí da Armada se configura como espaço de tensão entre a herança da escravidão e a busca contínua por autonomia, aquilombamento e permanência no território.

A análise do Quadro 11 demonstra que a organização do trabalho rural no quilombo Ibicuí da Armada se estrutura a partir de uma lógica histórica e territorial que articula subsistência, coletividade e ancestralidade, revelando continuidades e transformações nos modos de trabalhar rural.

Quadro 11 - Organização do trabalho rural no quilombo Ibicui da Armada

Característica	Trabalho, Subsistência e Heranças Pós-Escravidão	Práticas de Trabalho Coletivo e Ajuda Mútua	Tensões Históricas do Trabalho Rural
Organização do Trabalho	Regras tácitas baseadas em idade, gênero e família	Cooperação, troca e ajuda mútua	Ancorado na ancestralidade, memória e identidade
Relação com a Terra	Ligado à terra, trabalho em fazendas	Centro de manejo para atividades pecuárias	Agricultura como pilar de sobrevivência
Desafios	Hierarquias de gênero, condições precárias	Mais apoio de políticas públicas e projetos	Medo da descontinuidade, pressão externa
Oportunidades	Trabalho como responsabilidade familiar e realização	Criação de novas formas de trabalho	Avanços em saúde, educação e infraestrutura

Fonte: Elaborado pelo autor (2026)

Conforme indicam Martins (1981) e Moura (2020), o trabalho rural em contextos quilombolas não podem ser compreendido apenas como atividade econômica, mas como prática social marcada pelas heranças do período pós-escravização, nas quais regras implícitas baseadas em idade, gênero e pertencimento familiar orientam a distribuição das tarefas. Esses elementos aparecem no quadro como componentes centrais da organização do trabalho, evidenciando que a relação com a terra permanece indissociável da história de subordinação e resistência que atravessa a experiência quilombola.

No que se refere às práticas de trabalho coletivo e ajuda mútua, o quadro demonstra que a cooperação, a troca e a solidariedade constituem princípios estruturantes do trabalho no quilombo, reafirmando achados discutidos por Silva e Silva (2014) e Wanderley (2009). A utilização do centro de manejo para atividades pecuárias, bem como a mobilização coletiva em torno das demandas produtivas, evidencia que a circulação da força de trabalho se organiza para além de relações contratuais formais, sendo orientada por vínculos comunitários e responsabilidades compartilhadas. Esse modelo coletivo expressa uma racionalidade distinta da lógica individualizante do trabalho rural predominante, aproximando-se do que Moura (2020) identifica como estratégias históricas de resistência e reprodução da vida nos quilombos.

As tensões históricas do trabalho rural, destacadas no quadro, revelam que a organização do trabalho no Ibicuí da Armada permanece ancorada na ancestralidade, na memória e na identidade coletiva, ao mesmo tempo em que enfrenta desafios contemporâneos relacionados à precarização, à pressão externa sobre o território e ao medo da descontinuidade geracional. Conforme discutem Rodrigues (2020) e Moreira (2022), a ancestralidade opera como eixo de sustentação simbólica e prática das comunidades quilombolas, mas sua manutenção depende da transmissão intergeracional e da permanência dos jovens no território. Essa tensão entre continuidade histórica e incerteza futura aparece como um dos principais desafios do trabalho rural quilombola na atualidade.

Por outro lado, o quadro também evidencia oportunidades que emergem a partir da articulação entre trabalho, políticas públicas e organização comunitária. Os avanços em saúde, educação e infraestrutura, associados à criação de novas formas de trabalho, dialogam com as análises de Hander e Duarte (2019) e Wanderley (2009), ao demonstrarem que o acesso a políticas públicas mediadas pela associação quilombola contribui para a reprodução social e para a permanência no território. Assim, o trabalho rural no quilombo Ibicuí da Armada se configura como um campo de disputas e possibilidades, no qual heranças históricas da

escravização coexistem com estratégias de quilombamento, autonomia e reinvenção dos modos de viver e trabalhar na terra.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste estudo foi analisar como a cultura, a identidade e a resistência quilombola influenciam a organização do trabalho rural no quilombo Ibicuí da Armada, no Pampa Gaúcho. A partir de uma abordagem etnográfica, ancorada na observação participante, em entrevistas em profundidade e nos autores da fundamentação teórica, considero que tal objetivo foi alcançado. A investigação possibilitou-me compreender os modos pelos quais o trabalho rural é organizado, sustentado e ressignificado no cotidiano da comunidade, articulando dimensões históricas, culturais, identitárias e políticas.

Em relação ao primeiro objetivo específico, que foi caracterizar o processo de aquilombamento no quilombo Ibicuí da Armada no Pampa Gaúcho a pesquisa demonstrou que a construção do aquilombamento se dá por meio da articulação entre ancestralidade, memória coletiva e práticas cotidianas de trabalho, onde as heranças do período pós-escravização e as regras implícitas baseadas em idade, gênero e pertencimento familiar são elementos centrais na organização da vida comunitária. O aquilombamento, neste contexto, é entendido não apenas como a reunião física de pessoas em determinado território, mas como um fenômeno dinâmico, pautado pela resistência, pela transmissão intergeracional de saberes e pela afirmação da identidade quilombola, sendo sustentado tanto por práticas tradicionais quanto pela adaptação às demandas da atualidade, conforme evidenciado no cotidiano da comunidade e nas narrativas dos entrevistados.

Já com base no segundo objetivo específico, identificar as estratégias utilizadas pelos membros do quilombo do Ibicuí da Armada para lidar com as práticas culturais, as identidades e a resistência quilombola no contexto do trabalho, foi possível perceber que os membros do quilombo desenvolvem estratégias que combinam trabalho coletivo, solidariedade e cooperação, expressas na mobilização comunitária em torno das atividades produtivas e na utilização de espaços compartilhados, como o centro de manejo pecuário.

Essas práticas são orientadas por vínculos comunitários e responsabilidades compartilhadas, evidenciando uma racionalidade distinta da lógica individualizante predominante no meio rural. A circulação da força de trabalho, portanto, transcende relações contratuais formais, sendo guiada por princípios de ajuda mútua, troca de saberes e fortalecimento dos laços identitários, o que contribui para a reprodução social e a permanência dos jovens no território, reafirmando a resistência frente às adversidades históricas e contemporâneas.

No que diz respeito ao terceiro objetivo específico, investigar como se dão os modos de organização do trabalho rural entre os membros do quilombo do Ibicuí da Armada, este meu estudo identificou que a organização do trabalho rural se estrutura em torno de princípios de ancestralidade, memória e identidade coletiva, ao mesmo tempo em que enfrenta desafios como a precarização, a pressão externa sobre o território e o risco de descontinuidade geracional. Os modos de organização observados são marcados pela integração entre práticas tradicionais e a incorporação de avanços em saúde, educação e infraestrutura, mediada pelo acesso a políticas públicas por meio da associação quilombola. Tal configuração revela que o trabalho rural quilombola é um campo de disputas e possibilidades, no qual coexistem heranças históricas da escravização e estratégias de aquilombamento, autonomia e reinvenção dos modos de viver e trabalhar na terra, sendo central para a afirmação identitária e a reprodução social da comunidade.

Os resultados evidenciam que a organização do trabalho rural no quilombo Ibicuí da Armada não pode ser compreendida a partir de uma lógica meramente econômica ou produtivista. A existência de uma relação indissociável entre cultura, identidade e resistência permite-me afirmar que o trabalho se configura como uma prática social coletiva, orientada por saberes ancestrais, pela memória do “saber fazer de antigamente” e por formas de troca e cooperação.

Nesse sentido, a pergunta de pesquisa, sobre como a cultura, a identidade e a resistência quilombola influenciam a organização do trabalho rural, foi respondida ao demonstrar que o aquilombamento opera como princípio organizador do trabalho, estruturando práticas produtivas que articulam subsistência, pertencimento territorial e enfrentamento às heranças históricas da escravização e da precarização do trabalho rural no Pampa Gaúcho.

Dessa forma, a principal contribuição desta minha dissertação está na articulação entre os estudos organizacionais e o campo dos estudos quilombolas, ao evidenciar que as comunidades quilombolas produzem formas próprias de organização do trabalho, ancoradas em racionalidades outras, distintas da lógica capitalista predominante. Ao analisar empiricamente o quilombo Ibicuí da Armada, meu estudo contribui para preencher uma lacuna identificada na literatura, que tende a privilegiar dimensões identitárias, jurídicas ou simbólicas, trazendo a materialidade do trabalho e suas formas de organização coletiva. Assim, minha pesquisa amplia a compreensão sobre trabalho rural quilombola ao evidenciar sua centralidade como espaço de resistência, reprodução social e afirmação identitária.

Uma contribuição importante é trazer uma definição transitória para Aquilombamento e Aquilombar-se, reconhecendo que tais fenômenos ultrapassam a mera associação física ou geográfica de pessoas e territórios. Assim, a partir dos resultados deste meu estudo, proponho uma definição transitória e proponho o seguinte conceito: Aquilombamento é um processo dinâmico de criação e fortalecimento de espaços de resistência, pertencimento e construção coletiva de identidade, onde a memória, a ancestralidade e as práticas cotidianas de trabalho se entrelaçam para formar territórios simbólicos com fortes características na autonomia de um grupo social.

Respaldo esse novo conceito acima, tenho que os resultados do presente estudo apontam que o aquilombamento, no contexto do quilombo Ibicuí da Armada, manifesta-se na articulação entre práticas tradicionais herdadas do período pós-escravização, regras de convivência baseadas em idade, gênero e pertencimento familiar, e na transmissão intergeracional de saberes. Trata-se de uma articulação viva e contínua, reinventada frente aos desafios históricos e atuais, que fortalece laços comunitários e possibilita novas formas de existir, lutar e produzir com base na solidariedade, na cooperação e na afirmação identitária.

Já Aquilombar-se, à luz dos achados da pesquisa, proponho conceituar, de forma transitória, como o exercício ativo e cotidiano de posicionamento, resistência e reinvenção. É o movimento pelo qual sujeitos e coletivos do quilombo assumem o protagonismo na reconstrução de suas narrativas, saberes e relações, criando estratégias de resistência identitária, territorial e política.

Como respaldo para esse novo conceito, os resultados desta minha pesquisa demonstram que aquilombar-se implica mobilizar o trabalho coletivo, a ajuda mútua, a circulação de saberes e o fortalecimento dos vínculos comunitários, criando e recriando espaços de convívio, trocas e pertencimento. Mesmo diante de adversidades, como a precarização do trabalho rural, pressões externas sobre o território e o risco de descontinuidade geracional, aquilombar-se representa a capacidade de transformar desafios em oportunidades de afirmação, garantindo a reprodução social e a permanência dos jovens no território.

Dessa forma, a partir dos resultados apresentados, Aquilombamento e Aquilombar-se não se restringem a categorias fixas, mas se apresentam aqui nestas considerações finais como conceitos transitórios, abertos ao devir, à experimentação e à ousadia de interpretar novos modos de vida coletiva. Trata-se de fazer com que este estudo apresente uma entrega, uma contribuição marcante, bem como ressignifique determinados contextos antropológicos tipicamente brasileiros. São processos que promovem rupturas com lógicas opressoras,

alimentam alternativas emancipatórias e evidenciam a centralidade do trabalho rural quilombola como espaço de resistência, reprodução social e afirmação identitária. Assim, tais conceitos se constroem na articulação entre dimensões históricas, culturais, políticas e econômicas, reafirmando o papel do quilombo como território de luta, autonomia e reinvenção constante.

No que tange às limitações do estudo, destaco que a pesquisa foi realizada em uma única comunidade quilombola, o que não me permite generalizações para outras realidades territoriais ou regionais. Além disso, haja vista que todos os entrevistados pertencem ao Quilombo Ibicuí da Armada, as análises refletem experiências situadas, marcadas pelas especificidades históricas, culturais e territoriais dessa comunidade. Outra limitação refere-se ao recorte temporal do trabalho de campo, que, embora suficiente para os objetivos propostos, não abarca transformações de longo prazo nas dinâmicas de organização do trabalho e nas relações com políticas públicas e mercados regionais.

Como sugestões e recomendações para pesquisas futuras, sugiro a ampliação de estudos comparativos entre diferentes comunidades quilombolas do Pampa Gaúcho e de outras regiões do Brasil, de modo a identificar semelhanças e especificidades nos modos de organização do trabalho rural. Recomendo, ainda, o aprofundamento de análises que articulem gênero, geração e trabalho quilombola, bem como investigações sobre os impactos das políticas públicas, da regularização fundiária e das transformações ambientais nas estratégias produtivas dessas comunidades. Por fim, indico a importância de estudos longitudinais que acompanhem, ao longo do tempo, os processos de resistência, aquilombamento e reorganização do trabalho frente às dinâmicas contemporâneas de exclusão, conflito territorial e precarização do trabalho rural.

REFERÊNCIAS

- ACHUTTI, L. E. R. **Fotoetnografia**: um estudo de antropologia visual sobre cotidiano, lixo e trabalho. Porto Alegre: Tomo Editorial, 1997.
- ALBORNOZ, S. **O que é trabalho**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2002.
- ALMEIDA, A. W. B. de. **Quilombolas e novas etnias**. Manaus: UEA Edições, 2011.
- BARGAS, J.; MAIA, R. **Teoria do reconhecimento e interações cotidianas**: o caso das lutas dos quilombolas do Pará. *Contracampo*, Niterói, v. 38, n. 2, p. 85-98, ago./nov. 2019.
- BERIGO, R. S. S.; REGINA, C. Práticas corporais como componente da cultura quilombola no sudoeste de Goiás: comunidade do Cedro. **Ideação**, v. 24, n. 2, p. 106–121, 2022. DOI: 10.48075/ri.v24i2.29093. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/29093> .Acesso em: 19 dez. 2025.
- BORGES, L. da S.; SILVA, J. B. do C; RODRIGUES, D. do S. Educação ambiental e cultura quilombola: entre ausências de políticas públicas e práticas de resistência. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 430–449, 2021.
- BRASIL. Constituição (1988). Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, art. 68. Garante o reconhecimento da propriedade definitiva às comunidades remanescentes de quilombos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 mar. 2025.
- BRASIL. Decreto nº 3.912, de 10 de setembro de 2001. Define critérios para identificação e titulação de terras quilombolas. **Diário Oficial da União, Brasília**, DF, 11 set. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3912.htm. Acesso em: 13 mar. 2025.
- BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação de terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, p. 1, 21 nov. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 19 jan. 2025.
- BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o reconhecimento e titulação das terras quilombolas. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 nov. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 13 mar. 2025.
- BRASIL. Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção 169 da OIT sobre povos indígenas e quilombolas. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 abr. 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2004/d5051.htm. Acesso em: 13 mar. 2025.
- BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 fev. 2007. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 13 mar. 2025.

BRASIL. Decreto nº 73.626, de 12 de fevereiro de 1974. Regulamenta a Lei nº 5.889/1973, detalhando as regras para a contratação e os direitos dos trabalhadores rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 fev. 1974. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D73626.htm. Acesso em: 8 mar. 2025.

BRASIL. Decreto nº 8.593, de 17 de dezembro de 2015. Regulamenta o procedimento de titulação de terras quilombolas. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 dez. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8593.htm. Acesso em: 13 mar. 2025.

BRASIL. Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971. Institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL), transferindo assistência social e previdenciária específica para o trabalhador rural. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 maio 1971. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp11.htm. Acesso em: 3 mar. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.718, de 20 de junho de 2008. Altera a Lei nº 5.889/1973, criando o contrato de trabalhador rural por pequeno prazo e estabelece normas sobre a aposentadoria rural. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 jun. 2008. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11718-20-junho-2008-576871-publicacaooriginal-99988-pl.html>. Acesso em: 5 mar. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e áreas quilombolas. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 maio 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm. Acesso em: 13 mar. 2025.

BRASIL. Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963. Estatuto do Trabalhador Rural: estende aos trabalhadores rurais direitos trabalhistas e previdenciários semelhantes aos trabalhadores urbanos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 4 mar. 1963. Disponível em:

BRASIL. Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973. Regulamenta as condições de trabalho rural, estabelecendo normas sobre jornada de trabalho, descanso e remunerações. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 jun. 1973. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15889.htm. Acesso em: 4 mar. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre a organização da Segurança Social, incluindo trabalhadores rurais no Regime Geral da Previdência Social. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 jul. 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18212.htm. Acesso em: 2 mar. 2025.

CARDOSO, C. F. S. **Escravidão e relações de trabalho no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

CARLOTA, C. L.; PEIXOTO, M. M. da C. L.; OLIVEIRA, M. J. Raízes fortes, CAVEDON, N. M. B. F. **Etnografia em estudos organizacionais: heranças e reinvenções**. Revista de Administração Contemporânea, v. 7, n. 4, p. 109–128, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/jnBg7yBY7v8jxwDRmcZkQ4J>. Acesso em: 10 jul. 2025.

CHRISTO, D. C. de. **As vidas que as mulheres criam: caminhos de resistência e luta pelo território na Comunidade Quilombola do Macaco Branco**. 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/197599>. Acesso em: 31 out. 2025.

COSTA, J. R. . **Território negro em Sant’Ana do Livramento: espaços de memória, representações socioculturais e emancipação social da comunidade quilombola do Ibicuí d’Armada**. 2006. Monografia (Graduação em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial) — Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.

CUNHA, E. da. **Os Sertões**. São Paulo: Ateliê Editorial, 1902.

DAUBERMANN, N. C. **PRÁTICAS DE ESCRITA ORDINÁRIAS DE MULHERES NEGRAS: memórias narrativas de si**. 2020. 322 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Br-Rs, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/centrais-de-conteudos/publicacoes/naira_daubermann.pdf. Acesso em: 31 out. 2025.

DENZIN, N. K. **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. São Paulo: Artmed, 2006.

DIAS, J. E. A objetividade para além do imperialismo do olho: uma perspectiva intersubjetiva como proposta metodológica para a narrativa visual. **Revista Desenvolvimento Rural Interdisciplinar**, Porto Alegre, v. 1, p. 70-93, 2018

DUARTE, I. B. Ciencia, conocimiento y movilización social en el sureste mexicano. In: MENESES, M. P.; VASILE, I. (org.). **Desafios aos Estudos Pós-Coloniais: As Epistemologias Sul-Sul**. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 2014. p. 82-91

ERRAMUSPE, J. B. La enseñanza de la metodología de la investigación en la Universidad. Implicancias de la mirada descolonizadora. In: MENESES, M. P.; VASILE, I. (org.). **Desafios aos Estudos Pós-Coloniais: As Epistemologias Sul-Sul**. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 2014. p. 70-81.

FERNANDES, B. M. **Terra, trabalho e identidade no campo**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2000.

FALS-BORDA, Orlando. Pesquisa-ação, ciência e educação popular nos anos 90. In: STRECK, Danilo R. (org.). **Fontes da pedagogia latino-americana: uma antologia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

FLECK, C. F; LUIZELLI, RC; VIANA, JGA; MOREIRA, MG As Relações de Trabalho no Meio Rural: uma análise da problemática no Rio Grande do Sul. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (UFV)**. Viçosa, v.8, n.1, jan.-jun. 2019.

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. In: *Desenho da pesquisa qualitativa*. 2009. p. 164-164.

FONSECA, Â. C. M. **Poder e corpo em Foucault: qual corpo?** Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC, Fortaleza, v. 35, n. 1, p. 15-29, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/21678>. Acesso em: 21 abr. 2025.

- FONSECA, N. P. **A inserção da mulher quilombola no mercado de trabalho em Sant’Ana do Livramento/RS.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial) - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Sant’Ana do Livramento, 2022. Disponível em: https://repositorio.uergs.edu.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/2700/_tcc_nelissa_final.pdf?sequence=-1&isAllowed=y. Acesso em: 31 out. 2025.
- FURTADO, C. **Análise do modelo brasileiro.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GEMELLI, C. E.; MENDONÇA FRAGA, A.; A. PRESTES, V. PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM RELAÇÕES DE TRABALHO E GESTÃO DE PESSOAS (2000/2017). *Contextus - Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, [S. l.] , v. 2, pág. 222–248, 2019. DOI: 10.19094/contextus.v17i2.41214. Disponível em: <https://periodicos.ufc.br/contextus/article/view/41214>. Acesso em: 12 abr. 2025.
- GOMES, F. dos S. e REIS, J. J. (Orgs). **Liberdade por um fio: História dos Quilombos no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- GOMES, P. B. **O significado e a motivação do trabalho para estagiários.** 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão de Pessoas no Serviço Público) – Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), Brasília. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/2660>. Acesso em: 20 abr. 2025.
- GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos.** Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (orgs.). *Manifestações da cultura no espaço.* Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2000
- HANDER, G; DUARTE, T. L. POLÍTICAS PÚBLICAS DE DEMARCAÇÃO TERRITORIAL: estudo de campo no quilombo do Ibicuí da armada de Santana do Livramento/rs. **Gesto:** Revista de Gestão Estratégica de Organizações, Santo Ângelo-RS, v. 7, n. 2, p. 117-136, jul./dez 2019.
- HARVEY, D. **Para entender O capital:** livro I. São Paulo: Boitempo, 2015.
- IBGE. **Brasil Quilombola: primeiros resultados do Universo – Censo Demográfico 2022.** Rio de Janeiro: IBGE, 2023.
- IBGE. **Censo demográfico 2022:** população quilombola do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.
- INCRA; Fundação Cultural Palmares – FCP; Estado do Rio Grande do Sul. **Diagnóstico das comunidades quilombolas no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: [publicação estadual], 2023.
- JORGE, A. L. **O jogo das discursividades:** a construção social da categoria “quilombola”. Niterói-RJ: Universidade Federal Fluminense, 2014.

KROEFF, D. R. et al. **Diagnostico das comunidades quilombolas certificados no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: SEAPI/DDPA, 2023.

LEAL, A. J. P. **Saúde das famílias do Quilombo Ibicuí d'Armada, no município de Sant'Ana do Livramento/RS**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial) - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Sant'Ana do Livramento, 2001.

LEAL, O. F. **Os gaúchos: cultura e identidade masculinas no pampa**. Porto Alegre: Tomo Editora, 2021.

LIMA FILHO, D. L.; ARAUJO, M. do S. G. Práticas sociais, trabalho e cultura: ancestralidade, produção do conhecimento e organização das comunidades negras quilombolas do Paraná. **In: XXVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología**, Guadalajara, 2007. [s.n.], 2007. p. 1 – 14. Disponível em: <https://www.academica.org/000-066/1011>.

LIRA, E. R; NETO, O. B. R. O território e a identidade quilombola: o caso da comunidade afrodescendente Mata Grande no município de Monte do Carmo. **Revista Produção Acadêmica** – Núcleo de Estudos Urbanos Regionais e Agrários. vol. 2 n. 2. P. 36-56 dez/2016

MADRID, Rosemeri da Silva. **DAQUI SÓ DEUS ME TIRA: escrevivência com as mulheres quilombolas do Ibicuí da armada/rs**. 2025. 163 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Br-RS, 2025. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/293298>. Acesso em: 31 out. 2025.

MENESES, Maria Paula; VASILE, Iolanda (org.). **Desafios aos Estudos Pós-Coloniais: As Epistemologias Sul-Sul**. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 2014. (Cescontexto, n. 5).

MAESTRI, M. **Breve História do Rio Grande do Sul: da pré-história aos dias atuais**. 2.ed. Porto Alegre: FCM Editora, 2021.

MARQUES, G. Pôrto. **O cuidar feminino: saberes e fazeres tradicionais de benzedadeiras quilombolas de Mostardas-RS**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/212672>. Acesso em: 31 out. 2025.

MARTINS, A. R. I. **MULHERES QUILOMBOLAS DA PAMPA: ancestralidade, negritude e resistência**. 2020. 74 f. TCC (Graduação) - Curso de Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Santana do Livramento, 2020. Disponível em: https://repositorio.uergs.edu.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/1632/_tcc_ana_rita_-_versao_final.pdf?sequence=-1&isAllowed=y. Acesso em: 31 out. 2025.

MARTINS, J. de S. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, J. de S. **A escravidão moderna**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

- MATTOSO, K. M. de Q. **Ser escravo no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982
- MAZURANA, J.; DIAS, J. E.; LAUREANO, L. C. **Povos e comunidades tradicionais do Pampa**. Porto Alegre: Fundação Luterana de Diaconia, 2016.
- MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MONTEIRO, G. R. F. de F. POR UMA ANÁLISE TERRITORIAL DA QUESTÃO QUILOMBOLA: processos e perspectivas. (SYN)THESIS, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 51–63, 2019.
- MORAES, A. C.R. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.
- MOREIRA, C. H. **LUTAS POR RECONHECIMENTO EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS DA FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE DO SUL**. 2022. 74 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/27689/DIS_PPGER_2022_MOREIRA_CASSI_EL.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 31 out. 2025.
- MOURA, C. **Quilombos: resistência ao escravismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.
- MUNANGA, K. Origem e histórico do quilombo na África. **Revista USP**, São Paulo, Brasil, n. 28, p. 56–63, 1996.
- NASCIMENTO, A. do. **O QUILOMBISMO: Documentos de uma militância pan-africana**. 1.ed. Petrópolis- RJ: Vozes, 1980.
- NASCIMENTO, A. do. **O Quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista**. 3. ed. São Paulo: Perspectivas, 2009.
- NASCIMENTO, A. do. **O Quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- NASCIMENTO, M. B. **Quilombola e intelectual: possibilidade nos dias de destruição**. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.
- ÔRÍ**. Direção: R. G. São Paulo: Raquel Gerber Produções, 1989.
- PAULINO-PEREIRA, F. C.; SANTOS, L. G. A. DOS; MENDES, S. C. C. Gênero e identidade: possibilidades e contribuições para uma cultura de não violência e equidade. **Psicologia & Sociedade**, v. 29, n. Psicol. Soc., 2017 29, 2017
- REINVENÇÃO DA IDENTIDADE E TERRITORIALIDADE NEGRA. In: **XII Colóquio** relação não dicotômica cultura e natureza. **Revista Katálisis**, v. 22, n. 1, p. 201–209, abr. 2019.
- RESTREPO, E. **Etnografia: alcances, técnicas y éticas**. Lima: Editorial Universidad San Marcos, 2018.

- RODRIGUES, D. de L. M. **As mulheres do Quilombo Anastácia e suas memórias:** protagonismo, conhecimentos ancestrais e as ciências da natureza. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/221682>. Acesso em: 31 out. 2025.
- SANTOS, J. L. O que é cultura . **Brasiliense**, 1987.
- SCHMITT, A; TURATTI, M. C. M; CARVALHO, M. C. P. de. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Ambiente & Sociedade**, p. 129-136, 2002.
- SMITH, L. T. **Decolonizing methodologies:** research and Indigenous peoples. 2. ed. London: Zed Books, 2012.
- SILVA, G. S.; SILVA, V. José. Quilombos brasileiros: alguns aspectos da trajetória do negro no Brasil. **Revista Mosaico**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 191-200, jul./dez. 2014
- SILVA, S. R. da. QUILOMBOS NO BRASIL: A MEMÓRIA COMO FORMA DE REINVENÇÃO DA IDENTIDADE E TERRITORIALIDADE NEGRA. In: **XII Colóquio Internacional de Geocrítica**. [s.n.], 2012. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/08-S-Rezende.pdf>. Acesso em: 25/11/2025.
- SOUSA, M. S. R. De; SANTOS, J. J. F. Dos. Territorialidade quilombola e trabalho: relação não dicotômica cultura e natureza. **Revista Katálysis**, v. 22, n. 1, p. 201–209, abr. 2019.
- SOUTO, S. É tempo de aquilombar: da tecnologia ancestral à produção cultural contemporânea. **Políticas Culturais em Revista**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 142–159, 2021. DOI: 10.9771/pcr. v14i2.44151
- SOUZA, A. G. de J. et al. Mulheres idosas quilombolas: memória, identidade e transmissão da cultura em território quilombola. **CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES**, v. 16, n. 6, p. 3847–3867, 14 jun. 2023.
- SOUZA, D.S de; BRAUNER, M.C.C Comunidades quilombolas no Brasil: um recorte do reconhecimento dos seus direitos à atribuição de territórios, em dois quilombos gaúchos. Campos Neutrais: **Revista Latino-Americana de Relações Internacionais**, Rio Grande, v. 97-118, maio/ago. 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/4CD96PrdycJX6xKSjLfrmbS/>. Acesso em: 14 jan. 2025.
- SOUZA, E. O. de; ZUQUIM, M. de L. As lutas pela terra, trabalho e cultura no Quilombo do Mutuca – Mato Grosso, Brasil. **Ciudades**, n. 24, p. 167–189, 12 maio 2021.
- SOUZA, M. L. de, 1963. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). **ADPF 186**. Discute a constitucionalidade do marco temporal para demarcação de terras quilombolas. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=ADPF%20186&base=baseAcordaos>. Acesso em: 13 jan. 2025.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO (TRT-4). **Cartilha do empregado e do empregador rural**. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://www.trt4.jus.br>. Acesso em: 10 out. 2023.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO (TST). **Histórico da legislação trabalhista rural**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.tst.jus.br>. Acesso em: 10 out. 2023.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VIEIRA, M. Por uma boa pesquisa (qualitativa) em administração. In: VIEIRA, M.; ZOUAIN, D. (Eds.). **Pesquisa qualitativa em administração**. 2a ed. [s.l.] FGV Editora, 2006. p. 14–28.

WANDERLEY, M. de N. B. **O Mundo Rural como um Espaço de Vida**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WALSH, C. Interculturalidad y colonialidad del poder: un pensamiento y posicionamiento “otro” desde la diferencia colonial. In: **Interculturalidad, descolonización del Estado y del conocimiento**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2007. p. 21-52.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar de um estudo que tem como objetivo analisar como a cultura, a identidade e a resistência quilombola influenciam a organização do trabalho rural no Quilombo Ibicuí da Armada, no Pampa Gaúcho.

Trata-se de uma pesquisa de Dissertação que está sendo desenvolvida pelo aluno Douglas Ramos Vaqueiro, mestrando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Pampa – Campus Santana do Livramento, e orientado pelo Professor Doutor Sebastião Ailton da Rosa Cerqueira-Adão. A sua participação será através de entrevista em que as falas serão gravadas. Após a sua transcrição, o registro em áudio será destruído como forma de garantir o sigilo das informações e identidades. Todas as informações coletadas serão utilizadas apenas para fins científicos. Nomes próprios de pessoas ou organizações que forem mencionados durante a entrevista não serão divulgados, em hipótese alguma, no intuito de manter o sigilo do entrevistado. Não há respostas certas ou erradas, isto é, o entrevistado falará sobre a sua percepção sobre o tema. A sua participação é voluntária. Você poderá interromper a sua participação na pesquisa a qualquer momento, sem qualquer prejuízo. Cabe ressaltar que a sua participação contribuirá para a produção de conhecimento científico.

Eu _____ aceito participar da presente pesquisa. Informo que todas as minhas dúvidas foram respondidas com clareza e sei que, a qualquer momento, poderei solicitar novos esclarecimentos, bem como pedir meu afastamento da pesquisa através de contato com o pesquisador responsável Douglas Ramos Vaqueiro, pelo e-mail douglasvaqueiro.aluno@unipampa.edu.br ou pelo telefone (55) 99685-6249.

Assinatura do Participante _____/_____/_____

Assinatura do Pesquisador _____/_____/_____

*Documento em duas vias, uma para o pesquisador e outra para o participante.

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA PROFUNDIDADE

1. Identificação

- Qual é o seu nome, idade e se nasceu ou cresceu aqui no quilombo Ibicuí da Armada?

2. História de vida e trabalho

- Como foi e tem sido a sua trajetória de trabalho aqui no quilombo?
- Que atividades você realiza ou já realizou na roça, nas lidas do campo ou em outros trabalhos?
- Há diferenças na forma de trabalhar hoje em relação ao tempo dos seus pais ou avós?

3. Cultura e identidade quilombola

- O que significa para você ser quilombola?
- Quais tradições, costumes ou saberes você considera importantes para manter viva a cultura da comunidade?
- De que forma essas tradições aparecem no seu dia a dia de trabalho e na convivência com os outros?

4. Vida na comunidade

- Como você se sente vivendo aqui no Ibicuí da Armada?
- Como era sua vida na infância? Costumava brincar aqui, ir até a cidade, participar das atividades do quilombo?
- O que mais gosta na vida aqui e o que considera mais difícil?

5. Organização e resistência

- Você participa das reuniões e encontros do quilombo? Como enxerga esses espaços coletivos?
- Na sua opinião, quais são as principais formas de resistência e união que o quilombo mantém hoje?
- Como a identidade quilombola ajuda na organização do trabalho e na luta pelo território?

6. Reflexões finais

- Como você imagina o futuro do Quilombo Ibicuí da Armada?
- O que considera essencial para que as próximas gerações continuem valorizando a cultura, a terra e o trabalho quilombola?

